

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017 -----

----- **QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E VINTE E SEIS** -----

----- Aos primeiros seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva).-----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luis Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Luis Manuel Inês Cavaco, Igor Boal Roçadas, Ana Paula da Silva Viseu, Susana

Maria da Costa Guimarães, Rosa Lourenço, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Fernando Oliveira Gonçalves, Francisco Alves da Silva Ramos, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, António José Lemos Martins Rêgo, João Gomes Boavida, Maria João Bernardino Correia, Luis Duarte Carreira, João Diogo Santos Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Sofia Margarida Vala Rocha, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Paulo Manuel Bernardes Moreira e Virginia Estorninho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro e Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira. -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Manuel Portugal Lage (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José Lemos Martins Rêgo.-----

----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata. -----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Rodrigues Lopes.-----

----- João Magalhães Pereira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Virginia Estorninho.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bataca Lavadinho.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- José Manuel Marques Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período compreendido entre 2 a 23 de dezembro de 2016, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 39/2016, de 6 de dezembro de 2016, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Belarmino da Silva (PS) à 122ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (79ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 25 de outubro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Ana Sofia Dias Figueiredo (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França e de Carlos Silva Santos (PCP) à 123ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (80ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 8 de novembro de 2016.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP) à 124ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (81ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 15 de novembro de 2016.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado, Catarina Albergaria e José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, Alexandra Duarte e João Gonçalves Pereira.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da AML em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** declarou aberta a Reunião.

----- **O Senhor Presidente da AML em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, já temos quórum, vamos dar início à Sessão. ---  
----- Agradecia que se pudessem sentar, a Bancada da Câmara também, os Senhores Assessores que também tomem os seus lugares.-----  
----- Vamos começar pela votação da Ata 115 referente à Sessão de 19 de julho de 2016.”-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA Nº. 115 DE 19-07-2016 – APRECIACÃO E VOTACÃO** ;-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Vamos passar então à votação desta Ata. Não tem votos contra e nem abstenções. A **Ata nº. 115**, de 19-07-2016 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Consideramos aprovada esta Ata com a referência habitual aos Deputados que estão ausentes.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 115, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 115, Terceira Sessão Ordinária – Terceira Reunião, realizada em 19 de julho de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), Davide Amado (PS), Inês Drummond (PS), José Roque Alexandre (PS), Nuno Pintão (PS), Rosa Lourenço (PS), António José Rego (PS), João Gomes Boavida (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Luis Duarte Carreira (PS), Victor Gonçalves (PSD), Sofia Vala Rocha (PSD), Paulo Campos Lopes (PSD), Paulo Bernardes Moreira (PSD), Virginia Estorninho (PSD), António Modesto Navarro (PCP), Sandra Cristina Andrade Carvalho (BE) e Fernando Oliveira Gonçalves (IND).-----

----- Já temos algumas inscrições para o PAOD e também já estamos a receber inscrições para a Informação Escrita do Presidente e, portanto, os Grupos Municipais e, portanto, os Grupos Municipais que se queiram inscrever, podem utilizar os telefones habituais e vamos passar à apresentação e depois votação do Voto de Pesar nº. 1/126, pelo falecimento de Maria de Fátima Nogueira, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, subscrito pelo Deputado Municipal Pedro Cegonho, a Deputada e 2ª Secretária da Mesa Rosa Maria Carvalho da Silva, que vai ler o Voto de modo pausado, dada a sua condição de saúde.”-----

----- **A Senhora Deputada e 2ª Secretária, Rosa Maria Carvalho da Silva**, que vai ler o Voto de Pesar nº. 1/126:-----

----- “*Voto de Pesar pelo falecimento de Maria de Fátima Nogueira.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria de Fátima Baptista Pinheiro Nogueira, no passado dia 30 de novembro, em sequência de doença súbita.*-----

----- *Maria de Fátima Nogueira, nascida em Lisboa, a 5 de fevereiro de 1959, dedicou a sua vida profissional à Administração Hospital, nomeadamente do Hospital de Santa*

Maria, Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Lisboa, S.A. e Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.-----  
----- Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras desde dezembro de 2012 foi renomeada para o mesmo cargo pelo Sr. Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, atendendo à sua competência técnica, aptidão, experiência profissional, em junho de 2016. -----  
----- Participou em diversos grupos de trabalho na área de gestão em saúde e foi coautora de alguns trabalhos publicados na mesma área. -----  
----- Maria de Fátima Nogueira era uma profissional de excelência, com nobreza ética e de carácter, humana e de extrema competência. -----  
----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 6 de Dezembro de 2016, que delibere:-----  
----- 1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;-----  
----- 2. Remeter o presente voto à família, apresentando as mais sentidas condolências e a solidariedade perante a sua dolorosa perda junto da família enlutada. -----  
----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, o Deputado Municipal Pedro Cegonho.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----  
----- Senhores Deputados, vamos votar. Não há votos contra e nem abstenções. Este **Voto de Pesar 1/126 foi aprovado por unanimidade**.-----  
----- (Ausência do Grupo Parlamentar do MPT nesta Votação)-----  
----- Vamos guardar um minuto de silêncio.”-----  
----- (Neste momento foi guardado um minuto de silêncio pelo falecimento de Maria de Fátima Nogueira)-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra prosseguiu:-----  
----- “No que concerne ao Expediente, para ficar registado, nós temos Expediente do Partido Comunista Português e o seu Grupo Parlamentar que nos dá conta de um conjunto de propostas que apresentou para o Orçamento de Estado, nomeadamente relacionados com as Autarquias Locais, temos uma Informação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” que informa que ainda não obteve resposta à pergunta dirigida ao Governo, através do Ministério da Saúde sobre a queda do teto no Hospital de São José, da cidade de Lisboa.-----  
----- Ao nível de Assembleias de Freguesia, temos correspondência da Assembleia de Freguesia do Lumiar, que enviou uma Moção e uma Recomendação relativa a pavimentação de uma zona da Freguesia e depois medidas de segurança no atravessamento passadeira junto às escolas do Lumiar. -----  
----- Ao nível de Associações temos do Movimento de Cívico Vizinhos do Areeiro, um conjunto de e-mails sobre variadíssimos assuntos: de esculturas danificadas na Praça de Londres, sacos de lixo em arruamentos da Freguesia do Areeiro, contratos públicos celebrados pela Freguesia e estacionamento no Bairro dos Atores. -----

----- O Fórum Cidadania também nos envia *emails* com um conjunto de queixas junto do Provedor de Justiça e do Ministério Público relativamente à demolição da moradia da Rua da Lapa número 69 para posterior construção nova.-----

----- Como é habitual alguma dessa correspondência deste expediente já foi remetido aos Grupos Municipais, mas está também disponível para consulta.-----

----- Seguidamente vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia e temos um conjunto, como é habitual, de Moções e Recomendações.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “ Dar-vos conta também que o Bloco de Esquerda comunicou, solicitando antecipadamente, a utilização de meios audiovisuais no PAOD, naturalmente respeitando e dentro do seu tempo de intervenção e, portanto, vou dar à Deputada Rosa Carvalho da Silva para chamar primeiro orador. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES**; Grelha B- máximo 60m;-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigado Senhor Presidente, muito boa-tarde a todos. -----

----- “Os Verdes” apresentam hoje 3 recomendações. -----

----- Uma sobre os “Acessos do Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz”.-----

----- Trata-se de um equipamento desportivo inaugurado em 2005, que vem servindo de apoio às aulas de educação física da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Bairro Padre Cruz e para os treinos e os jogos oficiais das equipas de diversos clubes da Freguesia de Carnide, com uma ocupação diária, praticamente, ininterrupta. No entanto, a entrada é feita através de um terreno de terra batida com bastantes buracos e desníveis.-----

----- Ora, considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem estado a proceder à renovação do piso da Avenida Professor Francisco da Gama Caeiro, seria de extrema valia que se aproveitasse também para reordenar as acessibilidades pedonais e de estacionamento no acesso dos praticantes a este Pavilhão, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida.-----

----- “Os Verdes” propõem, assim, que a Câmara Municipal de Lisboa reveja e corrija as acessibilidades pedonais da envolvente ao Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz, garantindo a mobilidade para pessoas portadoras de deficiência e para que estude, em conjunto com os órgãos autárquicos da Freguesia de Carnide, e implemente a criação de um parque de estacionamento de apoio junto a este equipamento desportivo.-----

----- Um segundo documento sobre o problema de “Amianto no Bairro Dona Leonor”.-  
-----

----- Estimando-se que 26 dos 192 fogos do Bairro Dona Leonor ainda possuem coberturas com telhas de fibrocimento; conhecendo-se que o amianto é um material tóxico e cancerígeno, altamente perigoso para a saúde pública; sabendo-se que a sua

remoção deverá ser feita nas mais rigorosas condições de segurança ambiental, será de todo indispensável realizar-se uma vistoria prévia aqueles prédios.

----- Neste sentido, porque devem ser asseguradas as necessárias condições de segurança e saúde pública dos moradores no Bairro Dona Leonor, “Os Verdes” apelam para que seja garantido um efetivo apoio e efetuadas as necessárias diligências conducentes à resolução deste problema, no mais curto espaço de tempo, sugerindo-se que o Município não deixe de acompanhar a elaboração dos necessários estudos técnicos conducentes a uma avaliação completa do estado de conservação e perigosidade das coberturas dos 36 edifícios em causa. -----

----- E uma terceira recomendação sobre a necessidade de “Construção de ponte pedonal em Belém”.-----

----- Aquando da recente inauguração do novo Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, a ponte pedonal, que permitia fazer o atravessamento sobre a linha férrea junto ao Museu dos Coches, foi encerrada pela PSP, por questões de segurança, devido a se reexaminar o impacto do peso excessivo da passagem de milhares de pessoas.-----

----- Ora, há alguns anos foi prevista uma nova passagem pedonal, que substitua a ponte antiga que se encontra envolta em tapumes, mas cuja reconstrução foi interrompida em 2013.-----

----- Considerando que a única passagem alternativa é subterrânea e fica em local bem mais distante, que apesar de já existirem projeto e orçamento aprovados, e que a nova construção viria permitir restabelecer a ligação do interior da cidade para a zona ribeirinha, potenciando o fluxo turístico local e um mais fácil acesso ao MAAT, “Os Verdes” propõem que esta Assembleia Municipal de Lisboa recomende à Câmara Municipal de Lisboa que promova a conclusão da nova ponte pedonal em Belém, mantendo a Assembleia Municipal de Lisboa informada sobre o resultado dessas diligências, assim como da calendarização e do desenvolvimento das obras.-----

----- Finalmente, quanto à ideia do PAN para criação pelo Município de uma loja de empréstimos, trata-se de uma quase repetição das já existentes agências de Banco de Tempo em Lisboa.-----

----- Os ‘Bancos de Tempo’ são “um sistema de organização de trocas solidárias a nível local que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços disponibilizados pelos seus membros, tais como pequenas reparações domésticas, aulas, companhia para ir ao médico, ajuda em assuntos burocráticos”, permuta de serviços, compras, etc. “Funciona como um banco, mas tem o tempo - e não o Euro - como moeda de troca”. -

----- Em Portugal há cerca de 1.900 membros inscritos para colaborar no Banco de Tempo, 74% dos quais são mulheres. Nasce de parcerias entre o Graal e entidades de natureza diversa, como Associações, Escolas, IPSS, Fundações, Juntas de Freguesia, órgãos de comunicação social, etc. -----

----- Ora, esta sugestão de uma única loja para toda a cidade implicaria uma duplicação de uma vasta rede de trabalho solidário já existente, pelo que nada de novo vem acrescentar. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia, em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado Municipal exatamente pelo rigoroso cumprimento do tempo e esperemos que continuemos assim até porque há muitos Senhores Deputados que manifestaram junto da Mesa interesse em que a Sessão termine em hora adequada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu hoje queria-me deter sobre um assunto que me parece bastante importante, que é a questão do Jardim do Caracol, que está a levantar e já levantou uma série de questões não só nesta Assembleia como fora dela, que eu creio que podemos chamar a atenção para isto. Parece-me que a Câmara aqui não andou bem, não fez o serviço que devia ter feito na análise que deve ser feita previamente aos projetos que são propostos para o Orçamento Participativo e de certa forma criou aqui um conflito de Propostas, entre uma Proposta que está estava em pé por via das juntas de Freguesia, a boa colaboração da EMEL e uma Proposta do Orçamento Participativo. -----

----- Eu creio que as Propostas que estão a chegar por via do Orçamento Participativo precisam por um lado de ser mais criteriosamente avaliadas e por outro as próprias regras do Orçamento Participativo a devem ser reavaliadas porque, neste caso aquilo que se pôde comprovar para quem assistiu às Reuniões nas Comissões é que na prática temos de uma parte da população contra outra parte da população e isto não é de todo desejável, sobretudo, quando nós sabemos que as votações do Orçamento Participativo não são feitas pela população ou são feitas por uma população *lato senso*, que inclui os portugueses todos de Trás-os-Montes e d Algarve, ou seja, eu acho que este é um assunto que merece reflexão e creio que neste caso uma boa solução para o que temos ali presente, é uma solução embora numa escala muito maior, do próprio Parque Eduardo VII. -----

----- Ninguém pode acusar a Parque Eduardo VII de andar cheio de carros no meio das pessoas e não andam pela simples razão que estão a num patamar inferior no subsolo. E eu creio que a deverá ser a solução encontrada para o Caracol da Penha, porque de outra forma, temos todo o tipo de conflitos e de competências e teremos uma parte da população totalmente descrente. -----

----- Creio que a Câmara terá que fazer qualquer coisa para conciliar os interesses das várias partes da população. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar a palavra ao orador seguinte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Caros Vereadores, o CDS apresentou as duas Recomendações, uma sobre acessibilidades e uma sobre a fruição do espaço público. -----

----- A primeira diz respeito aos acessos ao Serviço da Segurança Social, situados na Rua Moura Girão, junto à Avenida dos Estados Unidos da América em Alvalade, julgo que o texto da Recomendação e as fotos são claras, mas importa salientar a inexistência



de acessos a pessoas com mobilidade reduzida, tendo como única opção a utilização da rampa de acesso às garagens de inclinação significativa e algo degradada, ainda que porventura o espaço em apreço possa ser em domínio privado é de usufruto público pelo que cabe a todos nós enquanto eleitos pugnar para que se implementem condições de acesso iguais para todos e é nesse sentido que solicitamos à Câmara que interceda junto da Segurança Social que elabore um projeto intervenção neste espaço que garanta o livre acesso a todos e o cumprimento da Lei das Acessibilidades. -----

----- A segunda Recomendação que trazemos leva-nos novamente ao estado em que se encontram as zonas expectantes da rua Pardal Monteiro. Estes terrenos foram ocupados pela Feira do Relógio até 2005, data em que foi deslocalizar para a Avenida do Santo Condestável.-----

----- Tendo em conta a necessidade de requalificar esses espaços devolvendo-os aos municípios a Assembleia aprovou por unanimidade, uma Recomendação CDS em 2013, solicitando à Câmara que apresentasse um projeto de intervenção para o espaço, à data, o Vereador Manuel Salgado afirmou que que existia um projeto e que a obra estaria para breve, na verdade, a única intervenção efetuada foi a construção Ciclovía na extremidade destes terrenos mantendo-se os mesmos na generalidade sem qualquer alteração do seu estado, aliás, tem servido muitas vezes para despejo de lixos, sejam monos, sejam de obras. -----

----- Assim o CDS entende que o espaço deve ser devolvido Lisboa, nomeadamente através da criação de um espaço público com áreas verdes, com parque infantil e um circuito de manutenção física. Nesse sentido, voltamos a solicitar à Câmara que com urgência e definitivamente apresente um projeto de intervenção que sirva Lisboa em particular, os marvilenses do Bairro dos Loios.-----

----- Relativamente aos restantes documentos hoje apresentados sobre a Recomendação nº. 3 do PAN, a loja de empréstimos tem uma enorme importância numa altura em que a palavra de ordem, a bem do ambiente é reutilizar materiais eletrodomésticos sempre que possível e, portanto, obviamente iremos votar favoravelmente esta proposta que nos parece, digo mais uma vez, importante.-----

----- Depois sobre a Recomendação do PEV relativa ao amianto no Bairro Dona Leonor, é uma situação preocupante e ainda hoje vamos discutir aqui uma Petição relativamente a uma fábrica com os mesmos problemas e, portanto, principalmente quando estamos a falar aqui de um Bairro Municipal e de Cooperativas de Habitação Económica e, portanto, não podíamos deixar de apoiar esta chamada de atenção à Câmara. -----

----- Por fim, relativamente à Recomendação do Bloco sobre o Jardim Caracol da Penha é importante lembrar que a Câmara aceitou um projeto do Orçamento Participativo deste ano para um terreno, o qual estava comprometido através da EMEL para a construção do estacionamento, o projeto cidadãos contrariamente a casos idênticos a este foi aceite e colocado à votação, aliás, não só foi o projeto vencedor como foi o projeto mais votado de sempre. A opção do Jardim foi acolhida pela Câmara e sufragada por Lisboa, perante isto parece-nos imperioso que a vontade dos municípios seja respeitada e no meio desta ingerência importa saber o que é que a

Câmara vai fazer perante as inúmeras solicitações dos seus moradores, vamos ter mais estacionamento? Porque há uma necessidade que todos conhecemos ou vamos ter um novo espaço verde e de lazer na zona, era bom que a Câmara hoje nos esclarecesse. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde Presidente em Exercício, Caríssimos e Caríssimas. -----

----- Relativamente à matéria em apreço queria deixar ao Bloco aqui um desafio relativamente à Moção de Despejo e Habitação Municipal da Quinta do Lavrado, penso que a Vereadora já está, não sei se depois usará da palavra ou não, de qualquer modo dizer-vos, como já vos disse, que este é um processo que está suspenso para avaliação e que, naturalmente foi diretamente comunicado à interessada.-----

----- De qualquer modo acrescentar ainda algumas coisas, os Editais são, como todos sabemos, os procedimentos administrativos normais do Código de Procedimento Administrativo, pode parecer brutal a quem aplica, mas não é, de facto, o Edital é, de facto, um papel, como vocês dizem, mas é um Edital que é aplicado. -----

----- Depois relativamente aos casos de emergência social lembrar que todos sabemos que a emergência social remete-nos não para a Câmara Municipal de Lisboa, mas para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e também para a Segurança Social, lembramos a linha 144 que é a linha Nacional de Emergência Social. -----

----- Dizer ainda que os programas de a Câmara Municipal são atribuídos por concurso em processo, obviamente, com alguma morosidade e, portanto, aqui não podemos dividir entre, é difícil a escolha, mas a escolha tem que ser sempre, há cidadãos em lista de espera que cumpriram prazos, cumpriram e que venceram o concurso, e depois há uma cidadã que não é coabitante autorizada e ambos os casos são cruéis, não tenho dúvidas nenhuma que é cruel a nossa situação ainda económica e social, mas é, de facto, isto eu não queria pôr em contraponto, porque não há contrapondo aqui não há escolhas aqui, há de facto, os cidadãos que estão em lista de espera com situações tão graves, não digo mais, mas tão graves quanto esta cidadã, portanto, esta não é ainda uma coabitante autorizada, poderá sê-lo, de qualquer maneira o processo, como disse, está suspenso para avaliação e é isso exatamente, está suspensa para avaliação e foi comunicado como devia ser diretamente à interessada. -----

----- Relativamente a outros assuntos faremos depois o nosso voto e a nossa participação cidadã, obrigada.”-----

----- (Neste momento assumiu a presidência a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arquiteta Helena Roseta.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, eu acabei de chegar, há aqui um pequeno problema Regimental que estava a tentar esclarecer. O Senhor Deputado Ricardo Robles pedia a palavra e tem o tempo do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, se faz favor, e depois pede também para usar além disso, ao abrigo do Artigo 51 número 2 do Regimento mais 5 minutos, o que pode fazer uma vez por ano.-----

----- Normalmente este pedido a palavra extra é pedido com antecedência para a Mesa organizar as grelhas de tempo, portanto, eu acabo de receber aqui o papel em cima da Mesa, portanto, tenho dúvidas que a gente possa resolver isto. Tem direito a usar uma vez por ano, sim, mas tem que avisar a Mesa, certo? Já me aconteceu isso pessoalmente na Assembleia da República, mas tinha que avisar previamente a Mesa porque senão não tinha esse tempo! -----

----- Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Antes que comece a contar só sobre este pedido que fiz, desculpe Senhora Presidente, é uma interpelação à Mesa, peço desculpa, muito obrigado. -----

----- Eu vou intervir no âmbito do PAOD, tenho 5 minutos, penso que posso fazê-lo durante os 5 minutos que tenho, no entanto e porque poderá exceder esse tempo. Não sei se muito se pouco, solicitei à Mesa que ao abrigo do Artigo 51 número 2 pudesse estender ligeiramente esse tempo. Se a Mesa entender que não o posso fazer não o farei, julgo que é um direito que tenho e portanto coloquei a questão à mesa. Se a Mesa quiser colocar ao Plenário? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado, eu já percebi qual é o seu problema, o seu problema é eventualmente os 5 minutos não chegarem. A Mesa vai ver se algum Partido lhe cede tempo para terminar a sua intervenção e veremos depois em Sede de Conferência de Representantes como é que trataremos estes pedidos dos 5 minutos anuais, é só para nós estamos aqui a criar um precedente sem termos de consenso entre todos, como é que isto deve ser aplicado, portanto, o Senhor Deputado terá o tempo que for preciso, porque eu creio que há quem lhe ceda tempo. -----

----- Portanto, faz favor de começar, agora sim a contar no seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Dê-me só 2 segundos porque o computador está meio bloqueado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra acrescentou: -----

----- “ Ainda não começou a falar não está a contar aqui, esteja tranquilo!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a apresentação através meios audiovisuais:-----

----- “ Ok, vou começar:-----

----- “ Venho falar sobre a Habitação. Eu tenho 35 anos e sou a Carla e estou a viver na Quinta do Lavrado, num fogo municipal.-----

----- É o seguinte: há 2 anos, eu comecei a tomar conta de dois idosos, um deles faleceu em dezembro do ano passado, ficando eu a tomar conta de um outro, que é invisual.---

----- Depois o senhor José teve episódios graves, a família ficou preocupada e decidi pelo internamento do senhor José, deparo-me entretanto com a minha separação.

----- Eu trabalho, sou monitora de crianças dos 4 aos 9 anos, embora tenha um ordenado irregular, eu recebo a recibos verdes, conclusão, as horas que faço são as horas que recebo. -----

----- Tentei alugar casa, procurei ainda em Lisboa, em toda a Lisboa, pediram-me rendas horrendas que eu não consigo pagar, eu tem 2 filhos, ou melhor, eu tenho uma filha de 8 anos e tem um irmão de 12 que tenho desde os 11 meses ao meu encargo.

----- E o que acontece é que não há uma resolução imediata, eu sou posta na rua com os meus filhos....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado, nós todos ouvimos esta intervenção! O Senhor Deputado está a querer mostrá-la intencionalmente, agradecia que fizesse a sua intervenção, porque esta intervenção nós já a ouvimos!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu estou no uso do meu tempo, posso fazê-lo como eu quiser! Agradecia que não interferisse. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode! Está a usar uma intervenção que já foi feita por uma cidadã que está nas Atas da Assembleia.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, questionou: -----

----- “ Mas se eu quiser utilizar este filme posso fazê-lo, eu posso fazer isso, posso utilizar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Pode utilizar mas normalmente não se costuma fazer isso, está a utilizar a palavra de um cidadão no seu tempo! Mas faça como entender!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, afirmou: -----

----- “Sim, mas posso fazê-lo sem ser interrompido se tenho a autorização da cidadã!”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Se tem autorização da cidadã...pode passar as vezes que quiser.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, afirmou: -----

----- “ Até posso passá-lo as vezes que eu quiser! Agradeço que não interrompa! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado, pode passar as vezes que quiser, mas aquilo que eu estava a acautelar era que tem a autorização da pessoa que fez essa intervenção para passar aqui no seu tempo essa intervenção, é só isso, mais nada! Não tenho problema nenhum! -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, afirmou:-----

----- “Tenho autorização, com certeza que sim!-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, pode prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, prosseguiu:-----

----- “Muito bem. Obrigado.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados. Com certeza que como a Senhora Presidente alertou, lembram-se desta cidadã que esteve aqui no dia 8 de Novembro a apresentar o seu caso, com a carga dramática que não vos preciso de explicar, porque ela disse o melhor pelas suas próprias palavras.-----

----- Tem 35 anos, chama-se Carla Ferreira tem 2 crianças menores a cargo, está numa situação de precariedade laboral. Nos dias 26 de Outubro e 3 de Novembro, uma Associação que tem uma Petição nesta Assembleia alertou a Câmara Municipal sobre este assunto e não obteve qualquer resposta.-----

----- No dia 30 de Novembro, 22 dias depois da Carla Ferreira ter falado aqui neste este palanque sabe o que é que a Câmara Municipal lhe fez? Pregou-lhe na porta com este anúncio, esta intimação de despejo. A intimação de despejo diz que tem 3 dias para abandonar a casa, 3 dias, é esta a resposta da Câmara Municipal de Lisboa a esta situação dramática da Carla Ferreira.-----

----- Diz também que se não fizer está sob uma pena que pode ir até um ano de prisão! Esta é a resposta da Câmara Municipal de Lisboa a um caso dramático como este e como este que há tantos na cidade de Lisboa e, portanto, Senhora Presidente, Senhores Deputados, no Bairro da Quinta do Lavrado existem muitas soluções para esta cidadã, o que não podemos aceitar, o que nos disse há pouco a Deputada dos Independentes é que aceitemos que este processo seja suspenso, ele não pode ser suspenso, ele tem que ser resolvido, ele tem que ter uma solução de resolução, suspender é adiar o problema e esta pessoa não pode ter sobre si uma ameaça de despejo com 3 dias para sair e em que informam também que os seus bens serão recolhidos num Depósito Municipal e que tem um prazo de 60 dias para os reclamar, caso contrário, serão dados como abandonados.-----

----- Senhores Deputados, não podemos deixar estes casos em análise, temos que os resolver e na Quinta do Lavrado, o Bairro da Quinta do Lavrado é um Bairro esquecido de Lisboa, tal como tantos outros, é um bairro onde a estrada acaba, é um bairro por detrás do Cemitério onde se veem as lápides e as e as campas no topo da colina e ao lado de uma estação uma subestação da EDP e, portanto, não podemos esquecer estes bairros, temos de lhes dar soluções.-----

----- Eu estive esta manhã neste Bairro e posso-vos mostrar as fotografias das casas fechadas pela Câmara Municipal de Lisboa, são mais de 20 e que poderiam ser soluções que se preste as pessoas que estão em situações dramáticas, estas casas são fechadas com portas blindadas, como vocês podem ver, o custo estas portas deve custar

quase tanto como recuperar estas casas e dar soluções com dignidade a estas pessoas e, portanto, precisamos de respostas imediatas, não lhes podemos dizer “Ligue para a Segurança Social que eles vão dar uma solução”, não se podem pôr pessoas na rua, no inverno, no mês do Natal e dizer “ligue para a Segurança Social, tem aqui o seu número de telefone, ligue para a Segurança Social”, isto é indigno! Não se respeitam as pessoas assim, tem que se arranjar soluções, a Câmara Municipal de Lisboa tem responsabilidade sobre isto, esta pessoa não está a ocupar indevidamente a casa, esteve lá viver, a tratar de uma pessoa, essa pessoa foi institucionalizada e é preciso responder por ela, é preciso dar-lhe uma alternativa. Dizer-lhe que o seu processo está suspenso é adiar-lhe o problema e dizer-lhe “Um dia mais tarde vai ser posta na rua”, não se resolvem os problemas assim, é preciso responder aos problemas das pessoas. -----

----- O segundo tema de que vos quero falar é sobre o Museu do Design e da Moda em Lisboa, este museu, um equipamento cultural de referência na Baixa de Lisboa, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e profícuo em recurso à precariedade. Em 2011 foi público um escândalo em que 70 trabalhadores a falsos recibos verdes estavam sem condições, alguns com a salários em atraso e falhas nos pagamentos e com alguns que foram despedidos e foram a tratados como o Município não pode trabalhar ou tratar os seus trabalhadores. -----

----- Soubemos esta semana, a semana que passou que a Câmara recorreu a uma empresa intermediária para contratar trabalhadores para o MUDE, trabalhadores a falsos recibos verdes, pagos a 3 euros à hora!-----

----- Esta solução da Câmara Municipal de Lisboa envergonha o Município, não podemos ter nos equipamentos culturais ou em qualquer outro serviço da Câmara Municipal de Lisboa trabalhadores a desempenhar funções permanentes, funções com um horário de trabalho como uma hierarquia com funções específicas e bem designadas e depois pagar 3 euros à hora, com um contrato precário como falsos recibos verdes. Não pode ser assim a Câmara Municipal de Lisboa tem de mudar e não pode aceitar isto de maneira nenhuma, e por isso apresentámos esta Recomendação 12/126 à Câmara. -----

----- Por último falar-vos do Orçamento Participativo. No passado dia 28 de novembro foram apresentados os resultados do Orçamento Participativo 2016 e com agrado soubemos que foi o processo do Orçamento Participativo mais participado de sempre, com mais de 51 mil votantes. -----

----- Um dos projetos vencedores foi o Jardim do Caracol, também ele com um recorde para o projeto individual ou 9477 votantes, o que é também uma votação recorde. -----

----- Esta Proposta como sabem, encontra-se em discussão nesta Assembleia, uma Petição sobre este tema. Esta proposta encontrou vários obstáculos da parte da Câmara Municipal de Lisboa que não podiam ter existido a cabeça para Lisboa tem de ouvir os moradores desta cidade tem de ouvir as pessoas dos bairros querem participar nos processos de decisão do que vai acontecer na sua proximidade e a Câmara Municipal falhou quando o devia ter feito, mas mais grave do que isso é no próprio dia do anúncio do Orçamento Participativo o Vereador responsável por esta área ter feito declarações à

comunicação social que conseguem anular ou conseguem a desprezar o que é o Orçamento Participativo.-----

----- Disse ele, e passo a citar, que vai procurar que se chegue a um processo consensual, consensual que é que se estar a referir? Ele explica:” e não descarta a compatibilização entre o espaço verde e o alargamento da oferta de estacionamento, portanto, depois de ter uma votação recorde de quase 10 mil pessoas que escolhem um espaço verde em total oposição à solução da EMEL, de um parque de estacionamento, não era uma consolidação entre objetivos, não era uma compatibilização que elas queriam, elas queriam um jardim com equipamentos infantis e de recreio para as crianças, não queriam um estacionamento e o Vereador no dia em que se sabe o resultado diz que vai tentar arranjar uma solução que satisfaça os dois mundos! -----

----- Não é assim que se promove a participação em Lisboa, não é assim que se incentiva a democracia participativa e é uma má solução que se dá e um mau sinal que se dá aos moradores de Lisboa, para que depois se apele com muita publicidade e propaganda para que haja participação nos processos do Orçamento Participativo de Lisboa e, portanto, se queremos respeitar quais são as decisões do Orçamento Participativo 2016 então temos que concretizar de imediato esta proposta do Jardim do Caracol, transformando aquele terreno baldio num jardim que pode ser usufruído pela aquela população e arrumar definitivamente o projeto da EMEL numa gaveta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito eu queria perguntar à Câmara se sobre esta matéria da Quinta do Lavrado quer usar da palavra? A Senhora Deputada Paula Marques está a assinalar, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “ Obrigada Senhora Presidente, boa-tarde a todas e a todos os Senhores Deputados.-----

----- Eu queria só esclarecer o Bloco de Esquerda do seguinte: em relação à cidadã Carla Ferreira Alves, a relação está a ser feita diretamente com a munícipe, entre o meu Gabinete e a munícipe e queria esclarecer o Bloco de Esquerda que só se pode encontrar uma solução para esta cidadã, ou para outra cidadã qualquer, se o processo for suspenso, Senhor Deputado. Eu se não suspender um processo que está a correr e que está a correr dentro naquilo que é o enquadramento legal da Lei habilitante e dentro daquilo que é o Regulamento Municipal, se eu não suspender o processo, eu não posso fazer reavaliação do processo, eu não posso encontrar e a Câmara Municipal de Lisboa não pode encontrar uma solução, portanto, a suspensão do processo, não é um adiamento nem um paliativo e muito menos magia, Senhor Deputado, é o procedimento que nós temos para podermos efetivamente fazer uma reavaliação do processo e fazer encontrar uma solução, e volto a dizer que a relação é feita diretamente, independentemente da consideração que possa ter por todas as cores políticas e, em especial pelas associações que na cidade lutam pelo direito à habitação,

a relação é feita diretamente com a munícipe e é isso que está a acontecer! Há uma relação direta do meu Gabinete com a munícipe e já agora venho informar o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que há um atendimento marcado como esta munícipe diretamente por mim e é nessa relação e é, neste estrito regime que eu faço a minha relação com os munícipes independentemente de toda a consideração que tenho pelo Bloco de Esquerda, por todas as forças políticas nesta Assembleia e pelas Organizações que na Cidade de lutam pelo direito à habitação, questão uma. -----

----- Esclarecimento segundo, a ocupação da Dona Carla é uma ocupação não titulada, nunca foi dito que era uma ocupação que era uma ocupação abusiva, é uma ocupação não titulada e há regras, Senhor Deputado, há regras e mais, há regras e há enquadramento legal e o Bloco de Esquerda, e bem, saudamos nós, que teve oportunidade de em sede de Assembleia da República participar ativamente na alteração da Lei 81 e que particularmente em matéria das ocupações e da regularização das ocupações, das ocupações abusivas, não houve qualquer alteração, Senhor Deputado e o Bloco de Esquerda esteve presente nessas nesse Grupo de Trabalho, e bem, e volto a dizer e bem.-----

----- Terceira questão, a porta bloqueadora que o Senhor Deputado nos apresentou com valor equivalente à requalificação de um fogo, Senhor Deputado, a porta bloqueadora custa 500 euros, Senhor Deputado, custa 500 euros e é utilizada para proteger o bem público e é utilizada para proteger o bem público para que não seja ainda mais vandalizado como muitas vezes é, e para que possa mais rapidamente entrar em processo de requalificação para poder ser entregue dentro daquilo que são os processos da equidade e da justiça àqueles que mais necessitam.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora, vamos prosseguir.-----

----- O Senhor Deputado do PCP pede a palavra para uma interpelação à Mesa? Pergunto eu se é uma interpelação à Mesa? Se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente, neste ponto tem sido o tradicional ou pelo menos é a regra de quem intervir não entrar em diálogo nem em resposta direta às questões são colocadas e a Câmara tem o seu tempo, naturalmente para responder ou dar a intervir...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas é no tempo da Câmara que a Senhora Vereadora está a falar, Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, prosseguiu:-----

----- “Certo, mas não neste diálogo! Se vamos entrar neste diálogo assim, é evidente que lá teremos outra situação de não haver tempo suficiente, penso que há tempo para



responder, temos que ter a seriedade de sequenciar as várias intervenções e preparar a resposta, senão não temos... Muito obrigado, era só isto em relação à condução.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, eu agradeço o alerta e peço desculpa se errei, mas nos tempos do PAOD há as inscrições e não está definido se a Câmara fala no princípio, no meio ou no fim e por isso é que eu perguntei se a Câmara queria reagir e, portanto, acho que não infringi nenhuma regra, mas se infringi a Senhora Vereadora podia dizer a mesma coisa no final, é igual! Agora que está a usar o tempo da Câmara, que é legítimo e que pode fazê-lo, não há problema nenhum e vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito brevemente começar pela Doutora Maria de Fátima Nogueira, Diretora Executiva de Lisboa Ocidental e Oeiras, Técnica Superior muito competente, dizem-nos os nossos colegas Presidentes de Junta de Freguesia de Campo de Ourique e Alcântara em especial, tinha muito boa relação com as juntas de freguesia, com os seus serviços, com a Câmara Municipal, é uma pessoa muito sensível no campo social o que neste tipo de funções é especialmente importante.-----

----- A circunstância da sua morte deixou-nos a todos em choque, mas queremos deixar aqui a palavra e garantia de que o seu exemplo a perdurará nas nossas memórias.-----

----- A generalidade das Moções apresentadas, não nos merecem grandes reparos, por isso contarão com o nosso voto favorável. Votaremos a favor da ponte pedonal em Belém, mas frisando que já estão previstas duas pontes: a da ciclovía do MAT e a do Museu dos Coches, exatamente com o mesmo objetivo.-----

----- Falar brevemente sobre algumas das Moções que nos merecem mais reparos, a questão do assédio moral dos CTT, embora tenhamos, por princípio dúvidas que esta matéria deve ser discutida aqui o PS será sempre conta qualquer tipo de assédio sobre os trabalhadores, sendo um histórico defensor e conquistador dos seus direitos, mas parece-nos, para além daquilo que é frisado nesta Moção que é importante referir que temos aqui um exemplo de uma Empresa que nunca deveria ter deixado de estar na esfera pública.-----

----- Relativamente à questão dos recibos verdes no MUDE temos aqui algumas reservas, não temos como o como provada, esta informação e achamos que antes de mais a Câmara Municipal de Lisboa deve verificar as circunstâncias em que isto estará ou não a acontecer, até porque sabemos e temos notícias de casos de funções não permanentes e que, portanto, não serão falsos recibos verdes.-----

----- Parece-nos e deixávamos essa sugestão que fazia mais sentido a apresentação de um requerimento à Câmara Municipal de Lisboa e não já na forma de Moção, apurando primeiro os factos para mais tarde podermos agir ou mesmo, caso seja necessário, proceder a alguma votação no seio da nossa Assembleia.-----

----- Terminar com aquilo que para nós é o mais importante neste período, a saudação à Carris, da Carris, feita pelo Partido Socialista. Saudamos antes de mais o fim da visão da Carris como um produto financeiro e deixar de haver espaço para o fanatismo

ideológico de quem dizia que a Carris não podia ser bem gerida no setor público. Pela primeira vez, não se fala em despedimentos numa reforma da Carris, não se fala em menos linhas, mas fala-se em mais trabalhadores e num aumento do serviço, contrariando aquela que tem sido a tendência dos muitos últimos anos. -----

----- E queremos saudar aqui em especial o plano de ação que já foi entretanto apresentada, começar pela forte aposta na classe média, que nos parece fundamental foi aquele setor da nossa sociedade que foi afastado da Carris. Destacar o facto de as crianças com menos de 12 anos não pagarem e também a forte aposta nos maiores de 65 anos que tendencialmente fogem às horas de ponta e, por isso permitiram também rentabilizar alturas em que os veículos estarão em circulação e que teriam bastante menos gente. -----

----- Tudo isto é que são sinais inequívocos que para nós era fundamental transmitir que será mais económico andar de autocarro do que automóvel em Lisboa algo que é fundamental para o sucesso desta mudança, as pessoas vão ser, isso está bem claro, finalmente, a prioridade da Carris. -----

----- Do pelo prisma do serviço de exames que sermos fez sentido e há muitos anos que o Partido Socialista diz isto, que quem gere a via pública tinha de gerir os transportes públicos em Lisboa porque só assim era possível maximizar a eficiência das prioridades dos sinais das faixas de rodagem e do que da própria temporização dos sinais. -----

----- Para terminar dizer que este acordo para nós é muito importante, é especialmente feliz, na parte da sustentabilidade financeira e dos trabalhadores. A dívida histórica da Carris vai ficar no Estado e o Estado mantém também a comparticipação nas tarifas sociais, no que diz respeito aos trabalhadores e também era fundamental para o Partido Socialista o seu estatuto mantém-se muito, aliás, ao género daquilo que já aconteceu na Reforma Administrativa de Lisboa. Como foi dito pelo Primeiro-Ministro na cerimónia de transição “palavra dada é palavra honrada” a Carris e pública e a Carris é de Lisboa e o Partido Socialista quer deixar uma grande saudação para este facto. Obrigado”. ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir e é o último orador inscrito. ----- O Senhor Deputado Ricardo Robles pede um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, pede um Ponto de Ordem à Mesa: -----

----- “Obrigado Senhora presidente, só para dizer que pregado na porta está “Ocupação abusiva”, não diz “Ocupação não titulada”, portanto, ela está classificada como ocupação abusiva, naturalmente fazemos votos para que seja resolvido o mais rapidamente possível.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, não foi propriamente uma interpelação à Mesa, mas é mais um esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Restantes presentes. -----  
----- Para esta Sessão com PAOD, o MPT trás a discussão uma recomendação sobre o Jardim da Tapada das Necessidades, situado na Freguesia da Estrela. -----  
----- Trata-se de uma zona de Reserva Florestal Nacional, murada, com cerca de 10 hectares, junto ao antigo Convento e Palácio das Necessidades, onde, desde 1916 se encontra instalado o Ministério dos Negócios Estrangeiros. -----  
----- Como poderão observar nas fotos anexas à recomendação, existem neste espaço público, vários elementos, entre outros:-----  
----- Estruturas de apoio ao jardim, (algumas centenárias) que se encontram danificadas com telhas quebradas e vidros partidos, ou em ruína e abandono. -----  
----- Outros elementos vandalizados, nomeadamente ao nível da estatuária, existem mesmo estátuas sem cabeça. -----  
----- Considerando que o Orçamento de 2016 já contemplava a recuperação deste espaço, e que o mesmo ficou por concluir, esperamos que em 2017, haja uma execução dos 100.000 euros orçamentados. -----  
----- Recomendamos à Câmara Municipal de Lisboa: -----  
----- Que tome como prioridade a reabilitação e manutenção do Jardim da Tapada das Necessidades; -----  
----- Dotar a Junta de Freguesia da Estrela dos meios considerados necessários para a reabilitação e conservação do mesmo. -----  
----- Caros colegas, em relação aos restantes documentos apresentados por outras forças políticas, destaco: -----  
-----Voto de saudação - por termos algumas reservas quanto ao novo modelo de Gestão da Carris, como já fizemos saber na última sessão, não podemos acompanhar este voto. -----  
----- Dos restantes dos documentos apresentados entre outros, saliento alguns que acompanharemos favoravelmente:-----  
----- A Recomendação n.º 5 do CDS, por consideramos que a mobilidade deve ser garantida de igual forma a todos, -----  
----- A Recomendação n.º 7 do Partido Ecologista os Verdes, dado que a temática do Amianto sempre foi uma preocupação manifestada pelo grupo que aqui represento.-----  
----- Por último, acrescentar a Recomendação 13/126 (BE) - Despejo em Habitação Municipal na Quinta do Lavrado. -----  
----- Mesmo com o que já foi aqui apresentado pelos esclarecimentos da Câmara Municipal de Lisboa, queria salientar que na Assembleia Municipal de Lisboa há um grupo Acompanhamento da Habitação, onde este assunto deveria ter passado primeiro pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, antes da apresentação da Recomendação. De qualquer maneira, acho importante o esclarecimento da Câmara e gostaria que o assunto fosse resolvido o mais breve possível.-----  
----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado, vamos entrar na segunda ronda e já temos um Senhor Deputado inscrito para a segunda ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidência, Senhores Deputados. -----

----- O Grupo Parlamentar, o Grupo do Partido Socialista usa da palavra para sublinhar a importância e a necessidade de assentarmos com clareza e com seriedade nos debates em torno da política de habitação na Cidade de Lisboa. -----

----- Efetivamente o caso que aqui nos é trazer e com frequência e temos que e somos aqui na Assembleia chamados também a apreciar as dificuldades sentidas por muitas pessoas da Cidade de Lisboa por falta de acesso à habitação e que também se confrontam com dificuldades promovidas e que decorrem de ocupações não regulares, efetivamente temos que encarar o assunto com seriedade e a seriedade que ele merece não dispensa como primeiro ponto fundamental, a existência de um Regulamento Municipal que visa disciplinar a forma como se acede à habitação municipal, porque é um ponto-chave fundamental da garantia da justiça na alocação da habitação e é precisamente esse o problema que se coloca sistemática e reiteradamente quando várias formas de alguma maneira contornar ou dificultar a aplicação do Regulamento geram dificuldade e injustiça na forma como as habitações municipais são atribuídas, mas, apesar desta realidade, apesar desta realidade em que temos um Regulamento com ponderação, que atribui pontuação às pessoas que permite efetivamente hierarquizar prioridades, que isso sim, é revelador de uma verdadeira política social e não apenas da resolução como um paliativo pontual de problemas que são estruturais, apesar disso, para além disso, existe também a faculdade de regularização das ocupações que não tiveram lugar nos termos do Regulamento e, portanto, ninguém fica face à Câmara Municipal de Lisboa desprotegido e sempre mesmo perante situações em que manifestamente se incumpriu o Regulamento, em que manifestamente se incumpriu a Lei há sempre disponibilidade do município para procurar encontrar uma solução seja em situação de urgência e recorrendo aos restantes elementos da rede social seja nomeadamente através da possibilidade da regularização. -----

----- Para além disso, há ainda outro problema que resulta destas situações e destas ocorrências, que é o facto de a própria reabilitação do edificado, as próprias obras que são indispensáveis para que existam condições de habitabilidade nos fogos municipais, muitas vezes serem dificultadas, pelo facto de ele terem lugar ocupações ilegais e é isso que muitas vezes não é nenhum capricho do Município, o facto de haver casas fechadas, é efetivamente a dificuldade em conseguir construir empreitadas de recuperação e de requalificação e de garantia das condições de habitabilidade, que muitas vezes são postas em causa precisamente quando têm lugar operações ilícitas ou ocupações abusivas de determinadas propriedades, nós não estamos a dizer que não existe um problema grave, não estamos a dizer que não estamos perante situações dramáticas de muitas famílias que não têm outra resposta, agora efetivamente se

começamos a tirar peças, tijolos fundamentais da forma como o sistema está montado, ele desaba como um castelo de cartas, porque efetivamente se introduzem fatores aleatórios e arbitrários e potencialmente injustos e não estão a resolver diretamente os problemas concretos das pessoas para as quais, volto a dizer, que quer a Assembleia Municipal através do grupo de trabalho que criou, quer também o Gabinete da Senhora Vereadora, através da disponibilidade permanente que tem revelado para a matéria quer através do trabalho das muitas freguesias da cidade, todas elas, sendo uma primeira fonte de triagem e de acompanhamento e de possível ativação do fundo de emergência social para dar respostas, têm sempre de forma integrado e feito precisamente este trabalho, portanto, de alguma maneira, que não é propriamente um apelo, não é mais do que um diagnóstico, mas é um apelo para que todos nesta Assembleia possamos olhar quer para o Regulamento, quer para a forma como é aplicado de uma forma integrada e de uma forma que não, enfim, que não seja avulsa e dificilmente geradora de verdadeiras políticas sociais, porque eu acho é que aquilo em que todos estamos de acordo nesta Assembleia, que temos um problema na cidade temos vindo a resolvê-lo, temos vindo a investir significativamente na requalificação e da construção de habitação nova e, por isso mesmo é que não podemos, de facto, pôr em causa este sistema e pôr em causa o seu funcionamento quando nos deparamos com realidades que são problemáticas, mas que têm sempre, sempre, vindo a encontrar soluções claras, adequadas e capazes de ter uma oferta uma resposta não pontual, mas efetivamente estrutural. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Não temos mais inscrições para o período do PAOD, vamos passar às votações...” -----

----- Eu peço desculpa mas não vi o Senhor Deputado, tenho esta coisa aqui à frente e não vi o Senhor Deputado. O Senhor Deputado pediu a palavra para? -----

----- Eu peço desculpa mas não está aqui na lista, não é nenhuma má vontade da Mesa, deve ter sido do facto de ter havido só duas pessoas em vez de três, isto funcionar às vezes com mais dificuldade, peço desculpa, a Senhora Deputada Ana Páscoa naturalmente tem o seu tempo, como é evidente! Ninguém lho quer tirar, e gostamos muito sempre de a ouvir, ainda por cima. Faz favor. -----

----- Senhores Deputados, o Senhor Primeiro-Secretário é que toma nota das chamadas e passa à Senhora Segunda-Secretária, como estava simultaneamente a presidir pode ter havido aqui uma falha de comunicação, peço que tenham isto em consideração, que é a explicação razoável para isto, a falha foi minha porque cheguei atrasada. Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, não há problema nenhum, realmente quando nos inscrevemos, na devida altura, por isso é que achámos agora um bocadinho estranho. -

----- Aliás, esta minha intervenção é muito curta e tem apenas que ver com a Recomendação que é apresentada pelo Bloco de Esquerda a propósito e Jardim da

Penha do Caracol e ela é suscitada não só por esta Recomendação, mas também para intervenções que foram aqui feitas por Senhores Deputados Municipais. Naturalmente, o PCP vai votar a favor desta Recomendação, porque estamos, de facto, a favor dela, mas pronto, uma discussão mais aprofundada sobre esta questão com certeza irá ser.

----- E a Petição que foi feita sobre este assunto, mas eu só queria dizer que foi hoje aqui afirmado e há algumas intervenções nesse sentido, sobre as dificuldades de estacionamento naquela zona da cidade, naturalmente que existem, o PCP sabe que elas existem, mas se calhar também era possível encontrar algumas alternativas naquela zona, aliás, a este propósito queria apenas dizer que realmente na Câmara, o PCP, os nossos Vereadores na Câmara apresentaram uma proposta exatamente neste sentido, com algumas alternativas para resolver este gravíssimo problema, de facto aparentemente essas alternativas passam por alguns terrenos expectantes que ainda que ainda lá existem e por outras soluções, portanto, já apresentámos, aliás, esta Proposta em Câmara é apenas isso. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada, penso que agora sim, esgotámos as intervenções do PAOD e vamos então passar à fase das votações.”-----

#### -----**VOTACÕES**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Eu relativamente a esta Recomendação sobre o Jardim do Caracol da Penha tenho exatamente o mesmo problema que a Senhora Deputada Ana Páscoa aqui suscitou, aliás, eu anotei quando mandei distribuir a Recomendação, essa mesma questão. As duas Comissões que apreciaram esta matéria, a Petição correspondente a esta matéria, que é a Petição 14, deram o seu parecer já no final de outubro, depois entrámos no processo de apreciação do Orçamento e Plano e só agora é que vai ser agendado a que a Recomendação da Petição, a Recomendação da Comissão, a minha questão é esta: uma vez que os Peticionários têm direito a usar da palavra antes de se votar a Recomendação da Comissão não seria mais correto que esta Recomendação também fosse enviada aos Peticionários e fossem as duas votadas na próxima sessão juntamente com a apreciação do Parecer da Comissão, é esta pergunta que eu coloco.

----- Eu não que não tenha aqui uma opinião formada, mas pareceu-me por uma questão de boas-maneyras que seria correto, uma vez que o Parecer da Comissão é anterior e a Proposta de Recomendação da Comissão é anterior, foi aprovado por unanimidade nas Comissões, está pendente de apreciação, nós estávamos a pensar agendar para o dia 13, não seria mais correto que se o Bloco de Esquerda aceitasse que isto ficasse para ser votado juntamente com, na altura em que apreciarmos, ou seja, na próxima semana, quando tivermos aqui os Peticionários para eles também se poderem pronunciar sobre esta vossa Recomendação para além da Recomendação da Comissão, é a pergunta que eu suscito. Pergunto ao Bloco de Esquerda se vê inconveniente nisto? Já lhe vou dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado. O Bloco de Esquerda entende que são coisas apesar de ser o mesmo tema, são abordagens diferentes e, portanto, entendemos que a votação do Orçamento Participativo é absolutamente clara, é uma certidão de óbito do parque de estacionamento e queremos consolidar isto com esta Recomendação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito bem. O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, é apenas para fazer uma correção, o PAN nas Comissões, relativamente ao Relatório votou contra o Relatório e, portanto, poderá ter sido por maioria, mas não por unanimidade a aprovação. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Isto de facto, tenho aqui a folha de rosto do vosso Parecer e está aprovado por maioria, portanto, ainda bem que fez a correção! Muito bem, eu não tenho aqui a votação que houve mas tenho aqui a indicação que foi aprovado por maioria, disse erradamente que tinha sido aprovado por unanimidade, mas portanto, o Senhor Deputado mantém a vontade que isto seja votado hoje, ele foi apresentado nos termos Regimentais, portanto, vamos passar à votação de todos os documentos que estão pendentes para apreciação.-----

----- Vamos pôr em primeiro lugar à votação o Voto 2/126, apresentado pelo PS, relativo ao novo modelo de gestão da Carris.”-----

----- **VOTO N.º. 2/126 (SUBSCRITA PELO PS) – VOTO DE SAUDAÇÃO “POR UM NOVO MODELO DE GESTÃO DA CARRIS”;**-----

----- O Voto de Saudação n.º. 2/126 foi anexado à presenta Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “ Eu pedia aos Senhores Deputados, não estivessem de pé no momento em que estamos em votações. Senhor Deputado Vítor Gonçalves, Senhores Deputados... -----

----- Os Senhores Deputados pedem uma interrupção. Muito bem. Há alguém que objete a 2 minutos de interrupção para resolverem não sei bem o quê, mas seguramente algum acordo para o contexto a benefício do trabalho da Assembleia? Agradeço que se faça rapidamente.-----

----- Senhores Deputados, enquanto os Senhores Deputados tentam ali chegar a um acordo de redação eu gostaria de vos transmitir algumas informações que são da maior importância, não sei se é um acordo de redação, façam o que têm a fazer, é o seguinte: na próxima segunda-feira, ocorrem 40 anos sobre as primeiras eleições para o Poder Local em Portugal, na próxima segunda-feira dia 12. -----

----- Nós vamos ter como estava previsto uma Sessão Comemorativa dessa data, e vai ser uma Conferência com o tema O Papel das Assembleias Municipais na Teoria e na Prática, é um tema que já tínhamos falado em Sede de Conferência de Representantes, é um tema bastante importante, porque as Assembleias Municipais são as entidades que têm poder fiscalizador sobre os Executivos Municipais e sucede que, por esse país fora a maioria das Assembleias Municipais não têm as condições todas que deviam ter para poderem exercer o seu papel.-----

----- Convidámos convidados exteriores, nomeadamente o maior especialista de Direito de Poder Local em Portugal, da Universidade do Minho, que é Professor Doutor António Cândido Oliveira. Convidámos também o Presidente de Assembleia Municipal de uma pequena Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo para confrontar, com a nossa experiência que é bastante diferente, e o Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República o Doutor Jorge Lacão, que é um dos autores da legislação que está em vigor em matéria de competências das autarquias.

----- Portanto, Senhores Deputados, dia 12 às 18 horas. Sim, Senhor Deputado? O Senhor Deputado Modesto Navarro se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, o 40º. Aniversário do Poder Local deve ser objeto de intervenção, nomeadamente, dos eleitos desta Assembleia Municipal...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, interveio:-----

----- “ Mas vão falar... Eu não tinha acabado!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, prosseguiu:-----

----- “ Devem ser, não devem estar sujeitos a pareceres e a intervenções, se calhar de gente que nunca foi eleita ou se foi eleita já perdeu essa relação com o Poder Local e, portanto, a primazia, como foi sempre, facto dada nesta Assembleia e aos Grupos Municipais para intervirem quando é, já não é, mas do festejos do 25 de Abril deste tipo de iniciativas tem a ver com temas que nos tocam profundamente, estar a reduzir a Assembleia Municipal e os Grupos Municipais a intervenções, digamos, depois pequenas a seguir às grandes Conferências, Senhora Presidente é, de facto, de manipular o conteúdo dessa Assembleia. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Registo o seu protesto, nós tínhamos em sede de Conferência de Representantes posto esta possibilidade de convidar pessoas para este dia, ninguém se objetou, houve até sugestões de nomes de pessoas a convidar apresentadas pelo seu Grupo Municipal e, portanto, não me ocorreu que houvesse essa, enfim, essa discordância profunda.-----

----- Seja como for o modelo de Debate não está fechado, a única coisa que está considerada é a hora, das 18 horas, está previsto intervirem naturalmente todos os Grupos Municipais e na próxima Conferência de Representantes vamos fechar o modelo de Debate, não pode ser de outra maneira, portanto, na próxima segunda-feira



veremos em sede de Conferência de Representantes como é que fazemos isto, apenas digo que como eram pessoas que fora de Lisboa, eu fiz as diligências necessárias para garantir a presença dele, certamente, não deixaremos de os ouvir, mas penso Senhores Deputados que não será a primeira vez que ouvimos pessoas de fora da Assembleia sobre assuntos que nos interessa, seja, como for a na segunda-feira na Conferência de Representantes fecharemos o modelo deste Debate. -----

----- Entretanto no dia 13, temos uma Sessão normal que, aliás, será uma Sessão Extraordinária, para esse dia temos já uma série de Petições que já estão prontas e que, portanto, já estão em condições de ser apreciadas, iremos convidar os Peticionários a estarem presentes para fecharmos estas Petições antes da mudança do ano. -----

----- Temos também um convite, que tinha sido formulado por sugestão do Presidente a 6ª Comissão ao Senhor Professor Armando Leandro para estar presente e usar da palavra no Debate Específico sobre a situação das CPCJ, temos o Parecer da 6ª Comissão sobre os Relatórios da CPCJ do ano de 2015 e teremos 5 minutos ou 10 minutos disponíveis para o Doutor Armando Leandro se dirigir a esta Assembleia, depois todos Grupos Municipais falarão também e há uma Recomendação da 6ª Comissão.-----

----- Penso que esta possibilidade que o nosso Regimento prevê de convidarmos pessoas para estarem presentes nas nossas Sessões, nunca ninguém pôs em causa e que, portanto, é uma questão de acertarmos os modelos dos Debates em sede de Conferência de Representantes.-----

----- Vamos saber se os Senhores Deputados que estão ali de volta já resolveram o problema, senão vou ter que pedir que regressem aos seus lugares porque temos que continuar os nossos Trabalhos. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton e Senhor Deputado Vítor Gonçalves, nós temos que continuar os nossos Trabalhos. Senhores Deputados ou vão fazer essa discussão lá fora, nós não podemos interromper por mais tempo os nossos Trabalhos, temos uma Agenda muito sobrecarregada! Não consigo que me ouçam, nem sequer se viram para mim, portanto, é difícil assim! É um bocado difícil dirigir os Trabalhos nessas condições, mas enfim, bom a está tudo a voltar aos seus lugares. -----

----- Pronto, Senhores Deputados, vamos então voltar às nossas votações. O **Voto nº. 2/126, o Voto de Saudação** pelo novo modelo de Gestão da Carris, os Senhores Deputados tem presente o que é que vamos votar? Vamos pôr à vossa consideração o Voto nº. 2/126. Votos contra do CDS/PP, do MPT, do PCP, do PSD e do PEV. Não há abstenções. Votos a favor do PS, BE, PAN, PNPN e 6 IND. Foi **aprovado por maioria**. -----

----- Há duas Declarações do Voto, uma Declaração de Voto do CDS-PP e a outra Declaração de Voto do MPT.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP fez a seguinte Declaração de Voto sobre o Voto de Saudação nº. 2/126:** -----

----- “Voto de Saudação 2/126 - "Por um novo modelo de gestão da CARRIS". -----

----- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra o voto em epígrafe por considerar que: -----

----- *O voto limita-se a saudar a entrega a Lisboa, referindo o acordo celebrado à revelia da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Metropolitana de Lisboa, numa pomposa cerimónia;*-----

----- *Desconhece-se quais as reais vantagens desta transferência e que o Senhor Presidente ainda não soube explicar:*-----

----- *Quais são os ganhos? Há maior facilidade na obtenção de financiamento?*-----

----- *O regime de gestão da empresa torna-se mais ágil? Tem a Câmara Municipal de Lisboa mais know-how?*-----

----- *E o que aconteceu ao objetivo de gerir, de forma integrada, os transportes da Área Metropolitana de Lisboa? Ficaram-se por meia promessa?*-----

----- *Onde está o estudo de viabilidade económica?*-----

----- *E que dizer da ausência de uma estratégia Metropolitana para a mobilidade, objetivo garantido no anterior modelo de gestão?*-----

----- *Numa coisa estamos de acordo. A CML deve ter um papel e uma palavra no que toca aos transportes coletivos que servem milhares de pessoa que têm a cidade de Lisboa como origem e destino diário.*-----

----- *Parece-nos cedo e precipitado passar um cheque em branco ao novo modelo quanto tanto falta conhecer, esclarecer e fundamentar.*-----

----- *Lisboa, 6 de Dezembro de 2016, pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Diogo Moura.”*-----

----- **O Grupo Municipal do MPT fez a seguinte Declaração de Voto sobre o Voto de Saudação nº. 2/126:**-----

----- *“ O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 06 de Dezembro de 2016 a sua declaração de voto referente ao Voto 02/126 (PS) – Saudação por um novo modelo de Gestão da CARRIS, que mereceu o Voto Contra deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos:*-----

----- *1. Apesar do Ministro do ambiente ter referido, que “a dívida histórica da empresa mantém-se no Estado”, o Partido da Terra mantém as suas reservas.*-----

----- *2. De referir que a Carris é um meio de Transporte que serve outros Concelhos além de Lisboa, e como tal as medidas apresentadas deveriam ter sido pensadas a uma escala metropolitana, e não à escala local. Por outro lado, mesmo que a empresa venha livre do seu Passivo, não sabemos na realidade em que condições ela virá, até porque é do conhecimento geral, que esta empresa é bastante deficitária quanto à sua viabilidade financeira que se reflete na sua falta de eficácia.*-----

----- *Lisboa, 09 de Dezembro de 2016, pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal Vasco Miguel F. Santos.”*-----

----- **MOÇÃO Nº. 1/126 (SUBSCRITA PELO BE) – “DESPEDIMENTOS E ASSÉDIO MORAL NOS CTT”;**-----

----- *(A Moção nº. 1/126 foi anexada à presenta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Vou então pôr em votação a **Moção nº. 1/216**. Não há votos contra. Abstenções do PSD, CDS/PP, MPT, PNP e 2 Deputados Municipais IND. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN e 4 IND. Foi **aprovada por maioria**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 3/126 (SUBSCRITA PELO PAN) – “CRIAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE UMA LOJA DE EMPRÉSTIMOS”**;-----

----- (A **Recomendação nº. 3/126** foi anexada à presente Ata , como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstenções do PCP e PEV. Votos a favor do PS, PSD, BE, PEV, PAN e 4 IND. Foi **aprovada por maioria**.-----

----- Na próxima Recomendação haverá um ponto separado, ela tem três pontos e o Partido Socialista pede para isolar ponto nº. 2, que se votará separadamente. Muito bem.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 4/126 (SUBSCRITA PELO MPT) – “PELA REABILITAÇÃO DO JARDIM DA TAPADA DAS NECESSIDADES”**;-----

----- (A **Recomendação nº. 4/126** foi anexada à presente Ata , como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- **Deliberada por pontos**:-----

----- **Ponto 1 e 3**: Não há votos contra e nem abstenções. Foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- **Ponto 2**: Votos contra do PS e do PNP. Não há abstenções. Votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e IND. **Aprovada por maioria**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 5/126 (SUBSCRITA PELO CDS-PP) – “POR MELHORES ACESSOS ÀS INSTALAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL DE ALVALADE”**;-----

----- (A **Recomendação nº. 5/126** foi anexada à presente Ata , como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação nº. 5** tem uma alteração na redação final na parte deliberativa que eu vou passar a ler: onde estava “proceda á intervenção no acesso à Segurança Social de Alvalade”, passa a ser “interceda junto dos Serviços da Segurança Social para proceder à elaboração de um projeto de intervenção nos acessos à Segurança Social de Alvalade, facilitando que os mesmos sejam utilizados por pessoas com mobilidade reduzida” e acrescenta-se ainda “no cumprimento da Lei das Acessibilidades”. É este o novo texto, penso que toda a gente entendeu, portanto, a responsabilidade é da Segurança Social e não da Câmara, mas a Câmara que interceda para que isso se faça, é esse o sentido.-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº. 5/126 (Retificada)**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 6/126 (SUBSCRITA PELO PEV) – “ACESSOS DO PAVILHÃO DESPORTIVO DO BAIRRO DO PADRE CRUZ”**;-----

----- (A **Recomendação nº. 6/126** foi anexada à presente Ata , como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- Estamos em condições de votar a **Recomendação nº. 6/126**? Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 7/126 (SUBSCRITA PELO PEV) – “AMIANTO NO BAIRRO DONA LEONOR”**;-----

----- (A Recomendação nº. 7/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr em votação a **Recomendação nº. 7/126**. Votos contra de 5 D.M. IND. Abstenções de 1D.M. IND. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e PNPN. **Aprovada por maioria**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 8/126 (SUBSCRITA PELO PEV) – “CONSTRUÇÃO DA PONTE PEDONAL EM BELÉM”**;-----

----- (A Recomendação nº. 8/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr em votação a **Recomendação nº. 8/126**. Não há votos contra e nem abstenções. Está **aprovada por unanimidade**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 9/126 (SUBSCRITA PELO BE) – “JARDIM DO CARACOL DA PENHA: RESPEITO PELO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO”**;-----

----- (A Recomendação nº. 9/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr em votação a **Recomendação nº. 9/126**. Votos contra do PSD, 17 D.M. do PS e 4 D.M. IND. Abstenções do 7 PS, MPT, PAN, PNPN, 2 D.M. IND. Votos a favor do PCP, BE, CDS-PP e PEV. Foi **rejeitada por maioria**.-----

----- A Senhor Deputada Ana Gaspar uma Declaração de Voto Individual dos IND e o Senhor Deputado Vasco Santos, do MPT, uma Declaração de Voto individual.-----

----- (A Senhor Deputada Municipal Ana Gaspar (IND) não apresentou a Declaração de Voto.)-----

----- **O Grupo Municipal do MPT fez a seguinte Declaração de Voto sobre a Recomendação nº. 9/126**:-----

----- “ *O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 06 de Dezembro de 2016 a sua declaração de voto referente à Recomendação 09/126 (BE) - Jardim do Caracol da Penha: respeito pelo Orçamento Participativo, que mereceu a Abstenção deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos:*-----

----- *Não obstante do Grupo Municipal do Partido da Terra, considerar que o Orçamento participativo é um forte instrumento de trabalho de aproximação, e nesse sentido tenha apresentado uma Recomendação por um” Orçamento Participativo com mais Informação e Participação”, é de referir que deverá haver um maior cuidado por parte da Câmara Municipal de Lisboa na seleção e conseqüente aceitação dos projetos submetidos a este instrumento, para evitar situações como a que está a suceder relativamente ao Jardim do Caracol.*-----

----- De lembrar que o Projeto do Jardim do Caracol para além de ser o vencedor do Orçamento Participativo de 2016, foi também o mais votado de sempre. Contudo, o terreno onde deverá ser implementado já tinha um projeto aprovado pela Câmara à EMEL.-----

----- Pese embora o estacionamento seja importante para aquela zona deficitária do mesmo, a vontade dos cidadãos também deve ser respeitada, pelo que o Partido da Terra - MPT não pode acompanhar a Recomendação supra enquanto não houver um esclarecimento por parte dos Serviços Municipais na resolução deste assunto. -----

----- Lisboa, 09 de Dezembro de 2016, pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal Vasco Miguel F. Santos.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 10/126 (SUBSCRITA PELO BE) – “PELA PRESERVAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS”;**-----

----- (A Recomendação nº. 10/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr em votação a **Recomendação nº. 10/126**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 11/126 (SUBSCRITA PELO CDS-PP) – “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA PARDAL MONTEIRO”;**-----

----- (A Recomendação nº. 11/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr em votação a **Recomendação nº. 11/126**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 12/126 (SUBSCRITA PELO BE) – “FALSOS RECIBOS VERDES NO MUDE, MUSEU DO DESIGNE E DA MODA”;**-----

----- (A Recomendação nº. 12/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação já a Recomendação nº. 12/126 que foi apresentada como Moção, mas que no fundo foi reclassificada pela Mesa como Recomendação uma vez que isto são competências da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, a Recomendação é à Câmara Municipal de Lisboa para fazer o que for deliberado, se assim for o caso. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº. 12/126**. Votos contra de 5 D.M. IND.. Abstenções do PS, PSD, CDS-PP, PNP e 1 D.M. IND.. Votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT e PAN. **Aprovada por maioria**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 13/126 (SUBSCRITA PELO BE) – “DESPEJO EM HABITAÇÃO MUNICIPAL NA QUINTA DO LAVRADO”;**-----

----- (A Recomendação nº. 13/126 foi anexada à presente Ata , como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- Esta é a nova versão que foi apresentada e foi distribuída, vamos pôr à votação a **Recomendação nº. 13/126**. Votos contra do PS e 6 IND.. Votos da abstenção do PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, e 1 D. M. PS. Votos a favor do PCP, BE e PEV. **Rejeitada**.-----

----- A Recomendação não foi aprovada mas em princípio o assunto está encaminhado no sentido de não ser feita a desocupação de imediato.-----

----- Vamos então terminar esta parte dos nossos Trabalhos, se são os documentos do PAOD e vamos passar ao:-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º.2, DO ARTIGO 25.º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA;** Grelha H – máximo 3h 20m;-----

-----Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Na apresentação da informação escrita apresento, por regra, uma síntese dos principais desenvolvimentos ocorridos na cidade, e na governação da cidade, nos tempos recentes e no futuro próximo. -----

----- Poderia destacar, aqui, inúmeras realizações de profundo significado, desde a abertura da nova biblioteca, em Marvila, à abertura de devolução à cidade do edifício do capitólio, a devolução, também à cidade, do caleidoscópio e um conjunto inúmero de realizações e de conquistas que a cidade teve nos tempos recentes. Mas quero-me focar numa só, porque é a mais importante, porque é a mais estratégica, porque é aquela que mais, profundamente, vai marcar e vai alterar a vida da cidade e a governação da cidade nos próximos anos, que é um acordo histórico celebrado entre o Estado e o município, relativamente a CARRIS. -----

----- O acordo celebrado é um acordo histórico, histórico porque põe um fim ao diferendo com décadas, porque dá à cidade ferramentas únicas que há muito a cidade reclamava para poder gerir-se de forma mais eficaz, de forma mais amiga das pessoas, prestando o melhor serviço e com uma visão de futuro para a cidade. -----

----- Aquilo que foi assinado, o documento que foi assinado entre o município e o Estado, sela uma divergência de décadas, existente entre o município e o Estado, que remonta a nacionalização da CARRIS e do Metro. E este diferendo entre o Estado e o município centra-se em dois pontos fundamentais, o primeiro dos quais é sobre quem manda no sistema de transportes públicos rodoviários na cidade de Lisboa, quem manda. Historicamente, não há nenhuma dúvida, a Câmara Municipal de Lisboa era a concedente do serviço público, a CARRIS era a empresa concessionária desse serviço público, que operava, de forma direta, ou até por concessão a operadores privados em nome da Câmara de Lisboa que era a titular desse serviço público. -----

----- Ora, depois da nacionalização de 1975, o Estado assumiu essas funções indevidamente, sustenta a Câmara Municipal de Lisboa, sustenta, também, a inúmera legislação produzida pelo próprio Estado, a Administração Central, ao longo das várias

décadas, em que reforça a atribuição de competências em matéria de transportes rodoviários nos municípios, mas a verdade é que, até agora, se perpetuou uma situação em que o Estado, verdadeiramente, mandava na gestão dos transportes públicos na cidade. Este acordo permite pôr fim a esta questão central que era a questão sobre o mando na governação dos Transportes rodoviários da cidade. -----

----- E gostava, Senhores Deputados, de vos tornar bem claro a importância do que está em causa, Lisboa e o Porto eram, depois da legislação de 2015, as duas únicas cidades a quem estava vedado, o poder da autoridade de transportes relativamente ao transporte rodoviário de passageiros, por via da operação de subconcessão a privados que o anterior Governo tinha decidido. Este acordo põe fim a uma situação sem sentido, de ser o Estado Central a mandar, ser a autoridade de transportes, no âmbito dos espaços municipais, mas põe fim a uma discriminação ainda mais absurda que era o facto de Lisboa e Porto estarem excluídos do exercício desse poder, até 2023, isto é, até ao fim do período da subconcessão a privados. -----

----- O segundo ponto que este acordo traz é o fim do diferendo patrimonial relativamente à CARRIS. A CARRIS e o Metro foram nacionalizados, mas a Câmara de Lisboa nunca foi ressarcida dessa nacionalização, aliás, ressarcimento que consta de forma explícita e direta no próprio decreto-lei que opera a nacionalização do Metro, tendo sido a Câmara de Lisboa quem realizou, executou as infraestruturas e os primeiros túneis do Metro de Lisboa. Ora, o acordo, hoje, estabelecido, resolve, em definitivo, a questão, passando a titularidade plena da CARRIS para a Câmara de Lisboa, isto é, retomamos a situação de pré-nacionalização 1975, com a Câmara Municipal de Lisboa a ser em simultâneo, autoridade de transportes, a ter o poder público da gestão dos transportes, mas a ter, também, a titularidade da companhia de transporte público.-----

----- Gostava, Senhores Deputados, de aproveitar este momento para esclarecer algumas dúvidas, as seis dúvidas fundamentais que resultaram do pronunciamento público de várias personalidades e grupos políticos, acerca deste processo e deste acordo, para que, no fundo, não restasse qualquer dúvida sobre o que é que está, verdadeiramente, em causa e sobre o seu conteúdo. -----

----- A primeira dúvida que estava que fosse bem esclarecida, foram aqueles que levantaram a questão de dizer ‘há aqui um tratamento, uma benesse à Câmara de Lisboa que vai receber, nas suas mãos, a CARRIS’. Não, Senhores Deputados. Nós estamos a ver concretizado é uma reivindicação histórica do Município de Lisboa que atravessou sucessivas presidências, sucessivas vereações, naturalmente, com diferenças de ênfase, com diferenças de enfoque, com diferenças de prioridade, mas que sempre se bateram, ou pela via da assunção do poder da autoridade de transportes, ou colocando a ênfase na questão patrimonial, para que a Câmara de Lisboa recuperasse aquilo que era seu, e a CARRIS era da Câmara Municipal de Lisboa. O poder autoritário dos transportes era da Câmara Municipal de Lisboa, e nós estávamos vedados do exercício do poder indevidamente, pela Administração Central, ao longo das últimas décadas, e de forma mais gritante, ao longo dos últimos anos. -----

----- A segunda questão, levantada por alguns, quer dizer; ‘esta operação é uma operação de favor à Câmara de Lisboa, porque o Estado assume a dívida histórica da companhia’. A crítica que é feita é uma crítica absurda, sem sentido, por vários motivos; em primeiro lugar, porque as condições sobre os quais a Câmara recebe a CARRIS, não difere, minimamente, relativamente ao tratamento da dívida do que aquela que a Administração Central atribuiu a um privado, no tempo do governo anterior. Na subconcessão lançada por um privado, lançada a privados no tempo do governo anterior. A dívida histórica da CARRIS ficava, naturalmente, no Estado. Como ficava no Estado, o serviço da dívida, quem pagava os juros dessa dívida, e porque, obviamente, não podia ser de outra forma, porque mesmo aqueles que defendem que não deve haver um serviço público de transporte, isto é, que o serviço de transporte na cidade deve ser financeiramente equilibrado, ou até superavitário, em matéria de conta de exploração, acho que ninguém com um mínimo de racionalidade admite que o serviço de transporte gera em si, o excedente para pagar uma dívida de centenas de milhões de euros acumulada ao longo de décadas. Ninguém nunca pensou assim. E por isso, é que o governo anterior, aliás, colocou a dívida histórica da empresa deixou no Estado, entregando a gestão da operação a um privado. -----

----- É por essa simples razão que a dívida histórica que está no Estado, que está na administração, está no perímetro, está consolidada dentro do que é o Estado Português ficará dentro do Estado Português, não transitará para a Câmara Municipal de Lisboa.

----- Não há nenhum tratamento de diferença face a qualquer operação feita com privados, ou com operadores públicos no país e, com franqueza, não há nenhuma razoabilidade, nem nenhum senso, de alguém esperar que uma operação de transportes que foi, durante décadas, deficitária e que acumulou dívida e que, durante vários anos, não sendo, operacionalmente, deficitária, deixou de cumprir as obrigações de serviço público, no minuto para o outro, vai gerar superavit, aumentando a sua zona de cobertura de serviço público para pagar uma dívida histórica de centenas de milhões de euros. Não Senhores Deputados, isto é puro irrealismo, e fazer demagogia com esta matéria é fugir à realidade dos factos. A Câmara Municipal de Lisboa não tem, em matéria de tratamento, relativamente, à dívida, nenhuma situação de diferença face a outros municípios, nem face àquilo que os privados teriam, em matéria de concessão que lhes é atribuída. Aliás, face à matéria de concessão, só há uma diferença, é que a concessão só era atribuída sem mexer na titularidade, e no acordo que é feito, a questão da titularidade resolve-se em definitivo em favor da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Terceira questão que surgiu é, ‘bom, mas este modelo que está criado é um acordo de favor, também, porque vai permitir que a Câmara de Lisboa gere nova dívida da empresa, isto é, vamos entregar a CARRIS ao município, e o município vai gerir mal e vai gerar nova dívida, de novo, na empresa. Lá vamos nós repetir a história’. Não, Senhores Deputados, nós não vamos repetir a história, não vamos repetir a história, enquanto nós tivermos responsabilidades, e esta equipa tiver responsabilidades na gestão da Câmara Municipal de Lisboa. Porque, a verdade, é que nós temos que fazer diferente do que foi a prática da gestão desta companhia ao longo de décadas, porque nós tivemos um período em que o Estado pediu que o serviço público à empresa e não



pagou esse serviço público. A dívida que hoje está acumulada na CARRIS como está acumulada no Metro, resulta em grande medida do Estado não ter pago as obrigações de serviço público que ele próprio exigiu e que ele próprio contratou. Exigiu e contratou, mas não pagou e, por isso, a dívida foi se acumulando nessa empresa. Não é um modelo de solução para o futuro da Carris, mas também, não é modelo de solução o modelo que foi posto em vigor, na última legislatura pela Administração Central, e pelo Governo, que é o modelo de cortar em 30% da oferta, isto é, cortar as áreas de verdadeiro serviço público da CARRIS, concentrando-a, única e exclusivamente, nas áreas rentáveis de atividade, porque esse não é um modelo de um serviço de transporte público abrangente, não é este o modelo que existe em nenhuma cidade civilizada, não é este modelo que existe numa cidade que quer reduzir a sua dependência do automóvel e que precisa de ter mais passageiros no transporte público. -----

----- Eu tenho afirmado, várias vezes, que não é difícil fazer uma empresa de transporte rentável na Cidade de Lisboa, é relativamente fácil, aliás, basta escolhermos a melhor linha, mais frequentadas, com mais passageiros, e concentrarmos a atividade em poucas vezes ao dia. O que é difícil ter na Cidade de Lisboa é ter um sistema de transporte que sirva todos e que seja financiado de forma adequada e consciente e, por isso, o modelo que nós propomos ao futuro da cidade não é de uma empresa que acumulou dívida como no passado, não, a CARRIS não irá acumular dívida nas mãos da Câmara de Lisboa mas, também, não é o modelo do passado recente em que se cortou o serviço público. O nosso modelo é um modelo em que nós queremos ter mais passageiros, mais pessoas, melhor serviço às populações, melhor conforto, o serviço de transporte público a ser responsável por mais respostas às necessidades de mobilidade, mas financiar adequadamente, através de receitas complementares à receita da bilhética. -----

----- No fundo, Senhores Deputados, perdoem-me a ambição, o que nós queremos fazer, aqui, em Lisboa, é aquilo que qualquer cidade do mundo civilizado faz. Em qualquer cidade do mundo civilizado, o que nós temos é que as receitas da bilhética não ultrapassa os 60%, 70% do que são os custos operacionais de uma empresa de transportes. Em Lisboa, essas receitas cobrem 85% a 90% dos custos. O que é que isso significa? Significa que nós temos muito menos serviço público do que as outras cidades têm. Significa que as outras cidades o que encontraram é que complementarmente às receitas da bilheteira, dos passes, complementam através de transferência gerais de impostos de taxas e outras receitas porque, verdadeiramente, os benefícios que existem do sistema de transporte público ser a espinha dorsal da mobilidade, não são só benefícios para os próprios, são benefícios para toda a vida coletiva da cidade, desde a melhoria dos indicadores de saúde à melhoria dos indicadores de congestionamento da cidade, à melhoria dos indicadores de natureza ambiental, a todos, um conjunto de externalidades que o transporte público comporta, tem que ser pagas e tem que ser assumidas. -----

----- Em várias cidades fazem isto, de forma clara, transparente, assumindo quanto custam o sistema de transporte público. Eu tenho, aqui, afirmado várias vezes o sistema de transporte público eficaz, na cidade, implica aportar-nos receitas adicionais

àquelas da bilheteira, mas este desafio deve ser feito de forma clara, de forma transparente, e não caindo no erro do passado que é não financiar os défices operacionais e deixar a acumular dívida. Não, esse é também, um modelo que nós afastamos, que nós repudiamos.-----

----- E quero, ainda sobre este ponto, deixar uma palavra final, sobre este ponto da dívida e da acumulação da dívida, é que nós temos um crédito já para mostrar à frente da governação da Câmara de Lisboa. É que ao longo deste últimos anos, nós reduzimos o passivo da Câmara em mais de 800 milhões de euros, 3 aeroportos. Nós, neste momento, temos todas as empresas municipais estão equilibradas, com endividamento, praticamente, residual e em diminuição, pagamos a pronto a todos os fornecedores e temos uma das cargas fiscais e taxas mais baixas de toda a Área Metropolitana de Lisboa. É fruto de algumas circunstâncias do presente, é sim senhor, mas é fruto também, de um grande mérito, de um grande rigor, na gestão da Câmara, e na gestão das empresas e é esse capital e esse crédito que eu aportarei a este debate sobre o presente e sobre o futuro da CARRIS.-----

----- A quarta questão é a questão do receio de que este modelo vá desarticular o sistema transportes da área Metropolitana. Não, Senhores Deputados, não é possível desarticular mais o que está profundamente desestruturado. A Área Metropolitana, hoje, não tem um sistema integrado de mobilidade e a razão por que não tem, não é pela dispersão do número de entidades que tutelam o setor dos transportes é que, até agora, reparem bem Senhores Deputados, só há uma entidade a tutelar, verdadeiramente, todos os transportes rodoviários de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa. Chama-se Estado. Neste momento, até agora, todas as licenças de operação dadas aos operadores privados e a operação dos operadores públicos, Carris e Metropolitana, é tutelada por um único organismo, é a Administração Central, é o Instituto de Mobilidade, é o Secretário de Estado de Transportes, que seja do seu tempo, e é assim, nestas circunstâncias que nós conseguimos ter um sistema totalmente desarticulado da bilhética, ao precário, ao tarifário, à informação, à operação, à articulação entre vários meios de mobilidade que seja rodoviário, que seja pesado, seja com o Metropolitana, seja com os de iniciativa municipal. E, por isso, esta solução não vai prejudicar o desenvolvimento do conceito Metropolitana, pelo contrário, é uma decisão importante para ajudarmos à construção desta integração Metropolitana.-----

----- E gostava de deixar, aqui, uma palavra sobre isto, a Câmara de Lisboa, nós não temos nenhuma dúvida em reconhecer que só haverá solução de fundo para a mobilidade no Concelho de Lisboa quando tivermos um sistema de mobilidade integrado a nível Metropolitana.-----

----- O problema da mobilidade em Lisboa não se resolve dentro das fronteiras do município. As questões da mobilidade, quando entram todos os dias 600 mil pessoas em Lisboa, quando é uma população que dobra a população residente, é um problema que só se equaciona, só se resolve com a articulação entre os fluxos de mobilidade ao nível de toda a área Metropolitana. Isto implica uma coordenação dos vários municípios que vão, a partir de 2019, assumir funções de autoridade de transportes,

sim, porque pior do que Lisboa, ou pelo menos tão mal como Lisboa, estão todos os nossos municípios vizinhos, tirando o Barreiro, que não só não tinham nenhuma relação com a companhia de transportes, como viam operadores privados a fazerem as operações que negociavam com o Estado, as linhas que negociavam com o Estado, sem as Câmaras terem qualquer poder de pronunciamento sobre esta matéria.-----

----- Ora, esta situação vai ser alterada, por via da entrada em vigor do quadro legislativo, a partir de 2019, são os municípios que vão mandar na mobilidade circunscrita aos seus territórios, e a Área Metropolitana e Lisboa que assumiu as funções de Autoridade Metropolitana de Transportes foi fundida dentro da Área Metropolitana de Lisboa, que a partir de 2019, vai exercer as funções de regulação de todos os fluxos de mobilidade que envolvam dois, ou mais, municípios.-----

----- A assunção da CARRIS por parte da Câmara de Lisboa só vai facilitar e acelerar este processo.-----

----- Quinto ponto, o receio de alguns de que este processo cause desarticulação relativamente à operação do Metropolitana. Acho que os receios são infundados, e da nossa parte, queremos deixar totalmente claro que não resultará para os municípios qualquer deterioração das condições de integração que tem hoje, pelo contrário, sairão reforçadas.-----

----- No acordo que os Senhores Deputados conhecem, está estabelecido um ponto específico sobre isto que é a forma como o Estado e o município irão exercer as suas funções de autoridade de transportes. Na nossa opinião, deve ser reforçado ao máximo o impedimento para que desta operação resulte qualquer dispersão adicional na bilhética, no tarifário, na informação aos municípios, pelo contrário, devemos convergir e, aqui, convergir até no sentido uma proposta muito cara ao Partido Comunista, que é no sentido de fazer do passe intermodal de âmbito Metropolitano, o elemento central da política de mobilidade e sobre o qual se encolhem os vários instrumentos e os vários operadores.-----

----- Sexta questão é aqueles que receberam este tema, e terminava com esta sexta e última questão, a resposta àqueles que receberam este tema com uma certa indiferença e com uma certa desvalorização. No fundo, dizendo, ‘bom, mas isso, qual é a novidade? Todos querem o mesmo, todos querem mais transporte público, nada diferencia, tudo é igual’. Aliás, até ouvi alguém questionar; ‘mas então, porque se vão comprar tantos autocarros?’. Senhores Deputados, há de facto, aqui, é preciso clarificar as águas e marcar, muito bem, a diferença. É que este ponto do transporte público é um ponto de grande diferença política na visão sobre a cidade e na visão sobre o futuro da cidade, é que, a verdade, é que todos aqueles que alinharam com a estratégia que foi definida pelo anterior Governo, de uma concessão a entidades privadas, depois de reduzir a oferta da Carris em 35%, não podem vir, hoje, dizer que estavam com vontade que a cidade tivesse mais transporte público e dizer que a situação atual é um caos e que não é aceitável. Não. Senhores Deputados, a situação do transporte público atual na Cidade de Lisboa é má, deteriorou-se muito nos últimos anos, e deteriorou-se, precisamente, fruto da opção de concessão a privados das companhias, porque, no fundo, o que se pretendeu traduzir, foi a redução dos prejuízos operacionais,

nomeadamente, da CARRIS, para que um privado pudesse com mais ânimo e entusiasmo, pudesse pegar numa operação mais rentável. -----

----- E no Metropolitana, o que se fez durante anos, foi adiar os investimentos necessários à manutenção, à sua revisão, tentando empurra-los para o privado que viesse a seguir. O que nós, hoje, estamos a pagar, o que nós, hoje, estamos a ter, na cidade, é verdadeiramente o resultado de uma opção de termos serviços de transporte concessionados e de não termos verdadeiros serviços de transporte público enquanto espinha dorsal da mobilidade. -----

----- Senhores Deputados, qualquer modelo é aceitável e numa democracia deve ser debatido, deve ser votado, deve ser escrutinado mas temos que o fazer com muita clareza. Nós não podemos fazer é defender uma opção de diminuição do serviço público às segundas, quartas e sextas e, depois, e depois vir carpir as mágoas dessa opção às terças, quintas e sábados, e vir dizer, nós precisamos de mais de transporte público. Não. -----

----- Durante anos, houve, aqui, nesta cidade e, aqui, neste município, na Câmara e na Assembleia Municipal, quem apoiasse, objetivamente, uma opção de redução do serviço de transporte na cidade que resultou, passam-se em menos de 100 milhões de passageiros transportados por ano, no conjunto do Metropolitana, CARRIS e Soflusa. Ora, a nossa opção é inversa, é uma opção de investimento pelo transporte público, uma opção de fazer do transporte a espinha dorsal da mobilidade, só assim podemos reduzir a dependência face ao automóvel, só assim nós podemos melhorar a qualidade de vida na cidade, só assim nós podemos melhorar a qualidade de vida de cada um dos cidadãos. Isso implica assumirmos os custos dessa opção que é financiarmos o serviço público, apostarmos na melhoria do serviço público. E é com este ânimo, com esta vontade e com esta confiança que nós abraçamos o desafio da CARRIS com a consciência que não conseguiremos melhorar tudo, de um dia para o outro, mas com a consciência, também, de que nós poderemos, com determinação e com perseverança, irmos melhorando o serviço de transporte público na Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Sr. Presidente refere na Informação Escrita, logo na introdução, os protocolos de cedência ao município pelo Estado português da Estação Sul e Sueste e da Ala Oeste da Praça do Comércio, espaços que serão geridos pela Associação Turismo de Lisboa. -----

----- ‘Os Verdes’ consideram que estes espaços são de grande importância para a cidade e principalmente a estação, classificada como monumento de interesse público desde 2012 e que está bastante degradada, precisa obviamente de ser reabilitada. -----

----- Aliás, foi exatamente por isso que apresentámos, em Junho de 2014, uma recomendação para a sua reabilitação e para a requalificação do espaço público na zona envolvente. -----

----- As nossas reservas prendem-se com o facto de ser a Associação de Turismo de Lisboa - ATL - a gerir estes espaços, pois resta saber se o projeto passará mais por

beneficiar a própria ATL, uma vez que é uma entidade que tem como interesse rentabilizar ao máximo a sua atividade, em vez de beneficiar os lisboetas e a cidade em geral, que isso sim, é o que se pretende. -----

----- Se o objetivo é tornar os espaços inacessíveis à maioria dos lisboetas naturalmente não podemos concordar, e receamos que este seja mais um episódio de uma série que temos visto ao longo dos anos, em que há uma instituição privada que beneficia de um espaço em detrimento da população de Lisboa. -----

----- Neste relatório é possível encontrarmos algumas referências à Quinta das Conchas. No entanto, Os Verdes apresentaram, em Dezembro de 2014, uma recomendação para que a CML estudasse e viabilizasse a transformação do palacete degradado da Quinta das Conchas num centro de interpretação ambiental dedicado à observação de aves, promovendo o seu estudo e conservação. -----

----- Até agora, o que foi feito nesse sentido? -----

----- É que tanto esta como as anteriores Informações Escritas não nos permitem saber o que está a ser feito para que esta recomendação seja concretizada, razão pela qual solicitamos esclarecimentos sobre isto. -----

----- Sobre a transferência da Carris para a autarquia já nos pronunciámos e já expusemos aqui nesta Assembleia as nossas reservas. Contudo, não podemos deixar de referir a postura do executivo ao não ter levado à Câmara nem ter trazido a esta Assembleia qualquer informação sobre o memorando entretanto assinado. Toda a informação foi posterior a esta assinatura. -----

----- É inaceitável que todos nós apenas tenhamos tido conhecimento deste memorando pelo convite recebido para a cerimónia da sua assinatura. Sobre os conteúdos, fomos sabendo pelas notícias que iam saindo. -----

----- Se o argumento é que havia medidas que não estavam ainda finalizadas, estranho é que tenham sido logo divulgadas para os órgãos de comunicação social. -----

----- Mas sobre este assunto o que gostaríamos de saber é se o executivo na altura da assinatura do protocolo e do anúncio das alterações que pensa implementar a nível da rede da Carris, já tinha reunido com todas as juntas de freguesia da cidade, assim como com a Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa e com os concelhos limítrofes. -----

----- Sobre o Metropolitana e o facto de se vir adiando a recomendação da imediata reposição das quatro carruagens na Linha Verde, até que seja possível as composições passarem a ter as seis carruagens, recomendação já várias vezes aprovada nesta Assembleia, não se percebe a passividade da Câmara. -----

-----

----- Durante a Web Summit a estação de Arroios esteve encerrada, penalizando os utilizadores diários desta estação, mas nada se diz sobre que solução se prevê no imediato para dar resposta aos problemas que se verificam todos os dias nesta linha do Metropolitana? Até agora, o executivo adotou uma postura de completa desresponsabilização nesta matéria, como se não fosse sua obrigação defender os interesses de quem vive, trabalha e se desloca nesta cidade. -----

----- Um outro assunto que nos ocorreu ao apreciar este relatório e que já noutras ocasiões fizemos questão de referir é a forma como este executivo trata os

trabalhadores. Não adianta de nada dizer em determinados documentos que um dos objetivos é valorizar os trabalhadores se depois na prática, não se verifica nada disso.

----- O exemplo que trazemos hoje, apesar de o relatório que nos foi fornecido ser omissos em relação a este assunto, assim como muitos outros, é sobre a transferência de trabalhadores da Limpeza Urbana do posto do Calhariz para Telheiras e para Sete Rios, que ocorreu em Outubro. Percebemos perfeitamente a razão da transferência, pois a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica reclamou o posto do Calhariz, conforme consta no auto de transferência.-----

----- Mas mais uma vez estamos perante transferências de trabalhadores sem qualquer informação prévia por parte da Câmara e sem qualquer acompanhamento e envolvimento por parte dos representantes dos trabalhadores, o que para Os Verdes é inaceitável. -----

----- Acontece que o posto de Sete Rios apresentava um conjunto de problemas e exatamente por não reunir as condições necessárias, foi identificado pelo STML como um posto a encerrar. Entanto, a Câmara Municipal de Lisboa fez as obras mínimas para criar mais algumas condições.-----

----- Não entendemos por que razão a Câmara Municipal de Lisboa não trabalhou com antecedência numa alternativa ao posto do Calhariz. Isto não acontece uma vez nem duas. Tem sido a prática corrente no que diz respeito aos trabalhadores.-----

----- A fórmula deveria ser esta: fazer um planeamento prévio e sustentado, envolver os trabalhadores e os seus representantes, garantir as devidas condições de saúde e segurança, e respeitar os direitos dos trabalhadores. Qual é a dificuldade da CML em recorrer ao diálogo?-----

----- Para concluir parece-nos muito incorreto que, sucessivamente, estes relatórios sejam omissos em relação a determinados problemas que se passam, mas que o executivo faz questão de dissimular. -----

----- Este relatório devia servir precisamente para sermos informados, periodicamente, sobre a atividade do município. Apesar de o Sr. Presidente cumprir com a sua apresentação, está muito longe de servir esse propósito. -----

----- Esta Informação Escrita é o reflexo da forma como o executivo encara os problemas que há muito persistem e que tardam em ser resolvidos, como encara os trabalhadores, os espaços verdes da cidade e espelha bem as suas prioridades. -----

----- Seria bom, para todos, que os próximos relatórios referissem as medidas e as soluções em que a Câmara está a trabalhar para resolver os problemas de que as pessoas se queixam dia após dia, porque era sinal que estava a trabalhar nesse sentido. O problema é que havendo alternativas e soluções, o Sr. Presidente e os seus vereadores insistem noutro caminho, e portanto estamos perante uma grande falta de vontade de fazer o que deve ser feito. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Público e Comunicação Social aqui presente.-----

----- O Grupo Municipal do PCP traz, hoje, aqui, ao plenário da Assembleia, uma preocupação com o descontrolado e anárquico crescimento do alojamento local na Cidade de Lisboa, em contraponto com a queda vertiginosa do arrendamento habitacional, problemática esta que não consta na informação escrita do Senhor Presidente que, em nosso entender, deveria ser uma prioridade de intervenção do município. -----

----- Esta problemática resulta de uma constatação que parte de um dado objetivo concreto e que é do conhecimento público que é o seguinte: -----

----- - Nos últimos três anos, o número de casas destinadas a arrendamento habitacional na Cidade de Lisboa diminuiu 75%, com principal enfoque nas freguesias situadas na zona central da nossa cidade. É, de facto, um número aterrador. Esta violenta e radical transformação para pior dos bairros da cidade de Lisboa é consequência de um fenómeno acelerado de turistificação resultante do aumento exponencial da atividade turística sem critérios nem instrumentos capazes de proceder à sua regulação. Neste momento, bairros como Alfama, Bairro Alto, Santa Catarina estão totalmente turistificação com uma média de uma cama turista por dois habitantes locais. -----

----- Como consequência desta avalanche, que tudo leva à sua frente, surge-nos a descaracterização do contexto social dos bairros, a perda das atividades económicas existentes, particularmente, o comércio local, o encerramento de serviços públicos e a perda acentuada da população residente. -----

----- Como temos vindo a afirmar, nada move o PCP contra a atividade económica do turismo bem, pelo contrário. Porém, não podemos aceitar que os moradores e os comerciantes locais estejam a ser expulsos e desalojados de forma direta e indireta, à medida que surge e centenas de apartamentos de alojamento turístico e comércios sofisticados. Este facto, está a contribuir decisivamente, para que a função habitacional, comercial, local, deu lugar à função turística, como forma dominante líquida da Cultura e as raízes populares, substituindo-as por uma vivência artificial pela aculturação destinada, única e simplesmente, a satisfazer fins meramente comerciais. -----

----- Não pode, em nossa opinião, valer tudo para promover o crescimento turístico. ---

----- Estamos a tornar Lisboa numa espécie de parque temático, onde os habitantes correm o sério risco de aparecer, apenas, como figurantes no boneco caricatural para turista ver, tornando a identidade, história e memória destas comunidades cativas, da lógica do consumo turístico mais imediatista. -----

----- Senhor Presidente, estamos convictos que a Câmara Municipal de Lisboa não tem feito tudo o que está ao seu alcance para combater este fenómeno. Exige-se, por isso, uma resposta firme. Estamos de acordo que o turismo seja um dos vetores do desenvolvimento económico da cidade, mas não estamos de acordo que seja o único. É fundamental regular a oferta de alojamento local, definindo quotas para o seu

licenciamento, como já acontece noutras cidades, um pouco por todo o mundo e, em paralelo, fazer uma reabilitação urbana, tendo em vista a fixação das pessoas ao mesmo tempo que se combate a especulação imobiliária e promove o mercado social de arrendamento. -----

----- Urge, ainda, a definição de uma estratégia para a concretização de uma verdadeira e justa política de habitação que garanta o direito de todos à cidade, e promova o acesso ao rendimento habitacional apoiado. -----

----- Senhor Presidente, só por via da fixação da população nos bairros, valorizando a função de residência permanente e não a de alojamento turístico, estaremos a garantir uma procura constante que mantenha vivo o comércio local e a própria vida e cultura popular, nestes bairros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais e Público presente. -----

----- A Assembleia Municipal aprecia, hoje, uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município referente ao período compreendido entre um de setembro e trinta e um de outubro. -----

----- Além da comunicação, propriamente dita, a informação escrita do Presidente da Câmara está prevista na lei como uma forma solene, prestação de contas à Assembleia Municipal, mas o Presidente trouxe-nos uma informação estruturada, em volta dos objetivos estratégicos para a cidade de onde advêm indicadores relevantes sobre o ponto de situação de várias decisões relativas ao programa de governo da cidade e a estratégia seguida pelo município. -----

----- Na próxima semana, completamos os *40 Anos do Poder Local Democrático*, o poder local destaca-se como um dos institutos mais marcantes da Constituição da República Portuguesa pelas diversas funções que desempenha, e como autarca, constato com satisfação, que o Município de Lisboa, nos últimos anos e, agora, sob a presidência de Fernando Medina, demonstra uma efetiva prossecução dos interesses locais expressos na descentralização administrativa da cidade, com as freguesias a assumir competências em áreas que, por força da proximidade e perceção local, tendem a executar melhor. -----

----- Lisboa é um paradigma do desenvolvimento do princípio da autonomia local, Lisboa é um exemplo, onde o poder local democrático se assume como um poder local forte, um poder local autónomo e verdadeiramente capacitado para agir junto das populações. -----

----- Neste período que, por ora, aqui, apreciamos a cooperação do município com as freguesias esteve sempre presente nas mais variadas iniciativas. A descentralização de competências que tem sido verificada, constituem manifesto público de confiança da Câmara nas freguesias, e nas suas capacidades para resolver os problemas das populações. -----



----- Como aqui verificamos, uma Lisboa rigorosa na gestão dos dinheiros públicos não implica que se ouvida a inclusão, os direitos sociais e a solidariedade. A este respeito, importa destacar o Programa Arrendamento Acessível, uma iniciativa que promove a coesão social, a igualdade de oportunidades e que vai, justamente, ao encontro de um dos propósitos basilares do poder local, o de não deixar ninguém para trás. Lisboa é cada vez mais uma cidade Intercultural, atrativa, dinâmica e solidária, mas este rótulo apenas se consegue com empenho, empenho em primeiro lugar do Senhor Presidente e da sua equipa, mas também empenho das Juntas de Freguesia que se regem por uma estreita cooperação entre autarquias e entre serviços e trabalhadores das freguesias e do município, tendo em vista a resolução das dificuldades.-----

----- Da informação escrita do Presidente da Câmara, gostaríamos, ainda, de destacar a importância do programa pavimentar Lisboa que tem permitido requalificar os acessos dentro da cidade, no âmbito do espaço público, com várias intervenções e reparações, e outras transformações em curso de extrema importância, desde intervenções pontuais a obras de fundo, que visam remodelar os acessos e a mobilidade na cidade, devolvendo a qualidade de vida aos lisboetas e a quem nos visita. -----

----- Durante este período, Lisboa tornou-se na primeira cidade europeia a celebrar um acordo com o Banco Europeu de Investimento, recebendo 250 milhões de euros para reabilitação urbana, o que permitirá ajudar, significativamente, a preparar a cidade para as de desafios futuros. -----

----- Na cultura, cumpre salientar a apresentação internacional da programação de Lisboa, Capital ibero-americana da Cultura, que decorreu no dia dezoito de outubro, assim como a apresentação do projeto do Palácio da Ajuda que será, finalmente, concluído. Ao fim de dois séculos de espera o património de Lisboa e todo o país vai ficar mais rico com a abertura ao público da exposição das joias da coroa e da ourivesaria real. -----

----- No que respeita à cooperação institucional, registamos a cedência das instalações da Estação Sul e Sueste do Terreiro do Paço que possibilite a reabilitação do edifício e consequente abertura ao público. -----

----- É, igualmente, essencial enfatizar a apresentação de Lisboa Idade, uma iniciativa dedicada ao envelhecimento ativo e que espelha o compromisso, empenho e envolvimento tanto do município como das freguesias, em torno da promoção da qualidade de vida entre os mais idosos. -----

----- A matéria de empreendedorismo destaca-se o empenho da Câmara Municipal no que respeita à consolidação de Lisboa como uma cidade empreendedora. É exemplo disso eventos, como *Road To Web Summit*, o lançamento da marca *Made Of Lisboa*. -----

----- *Made Of Lisboa* é a marca que congrega todos os empreendedores, empresas e projetos que nascem, ou se desenvolvem, no ecossistema da cidade. -----

----- Na área da cooperação internacional e lusófona salientamos a receção de uma delegação de autarcas e empresários luso-franceses e, ainda, a receção de boas vindas aos estudantes internacionais para que se sintam plenamente integrados na cidade.-----

----- E, apesar de não estar compreendido neste período, importa referir, ainda, a questão dos transportes. Ao assumir a gestão da CARRIS cumpre-se uma prioridade

deste mandato, tendo o município a possibilidade de proceder a alterações importantes no padrão de serviço público de transporte na cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Município de Lisboa foi a primeira capital europeia a avançar com um orçamento participativo, verdadeiramente, deliberativo. O sucesso reconhecido desta iniciativa que visa aproximar o poder de decisão e influência dos cidadãos em termos de políticas públicas desenvolvidas pelo município, ao longo de todo o mandato, e não apenas periodicamente eleições, representam sinal efetivo do compromisso patente entre a Câmara e os cidadãos de que a participação e envolvimento da população reforça a intervenção direta dos cidadãos reforça o poder local e reforça a democracia este ano.-----

----- O orçamento participativo contou com um orçamento de 2,5 milhões de euros disponíveis para a execução destes projetos. -----

----- No ano em que, comemoramos os 40 Anos da Fundação do Poder Local Democrático, Lisboa é um modelo para o país em termos de descentralização, de cooperação e de harmonia entre os demais órgãos do poder local, cujo objetivo se resume a prestar um melhor serviço público. Exemplo, disso é a elaboração de um total de cem protocolos relativos à execução das atividades de animação e de apoio à família, e de componente de apoio à família, nas escolas básicas da rede pública de Lisboa. -----

----- Em Lisboa, as Juntas de Freguesia contam com uma delegação de competências preparada e ponderada bem como, com a respetiva subsidiariedade.-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Deputados, o caminho entre autarquias não deve ser de confronto, mas sim de cooperação. Lisboa tem sido, e algumas das atividades aqui referidas, são prova disso mesmo, um exemplo de autonomia e de afirmação do poder local. -----

----- Continuamos a estar no caminho certo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos, outra vez. -----

----- Destacaríamos, nesta informação escrita do Presidente da Câmara, um trabalho profícuo, em várias frentes, que elencarei algumas e não esquecer outras, mas apenas vou elencar.-----

----- Assim, no plano da cultura, a Biblioteca de Marvila e o Espaço do Caleidoscópio, são algo muito interessantes. Falam aqui de duas comunidades que insistimos, em que não são comunidades díspares, há uma comunidade de cidadãos isentos desses cidadãos e dessa comunidade, e há uma comunidade mais específica, que é chamada Académica, onde isto nos levaria. -----

----- A questão da Capital Ibero-americana da Cultura com uma programação e parcerias de excelência é que relatará, certamente, ao vivo, esperemos com muitas cores, a mil cores, como a canção do *modus vivendi* da chamada Latina América. -----

----- O programa Viver Melhor em Lisboa, Uma Praça em Cada Bairro potencia, como todos sabemos, sinergias de convivência cidadã.-----

----- O Plano de Drenagem, de Habitação e de Regeneração Urbana e aqui relembramos os protocolos da Câmara Municipal de Lisboa com o BEI, com uma formidável linha de apoio financeiro, que poderemos dispor, com projetos concretos são, na nossa opinião, decisivos para uma vida melhor na nossa cidade e claro que atestam a saúde financeira do município, não é um dado despiciendo esta saúde financeira.-----

----- Há, também, obviamente, nos programas de renda acessível do Bip Zip, o programa reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista que combatem assimetrias sociais e também de acesso à habitação.-----

----- Finalmente, o acordo, o celebre acordo de passagem da CARRIS para a Câmara Municipal, constitui em nosso ver, um importante corte, de várias marcas, também, epistemológicas, certamente, uma opção política ressentida-se, e algo obsessiva, da privatização dos serviços, às vezes, só pela simples privatização. E com a consequente redução, no nosso caso, mas noutros casos, também, semelhantes uma oferta da CARRIS de 34% e aqui estamos, de facto, a falar dos meninos e meninas que não puderam ir para a escola, porque os pais já não tinha dinheiro para pagar os transportes, das pessoas de idade, enfim, tudo aquilo que nós sabemos, e sabemos, podemos não viver, alguns de nós não sabe porquê, não andam de transporte público, mas é, de facto, um ato de cidadania estarmos e tentarmos imaginar pôr-nos na pele de quem anda todos os dias nisso.-----

----- Pensamos, portanto, isto altera, profundamente, a vida quotidiana dos cidadãos e das cidadãs e é, de facto, esse o nosso objetivo primeiro, de todos nós, penso eu, por vários caminhos, certamente, o de alterar, substantiva e qualitativamente, a vida quotidiana dos cidadãos porque só se atinge a tal questão da paz, o pão, a habitação que o Sérgio Godinho, e todos nós cantávamos algures, e que ainda a maior parte de nós quer acreditar, que cantam e acreditam e praticam no dia-a-dia.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Rocha (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O primeiro comentário é óbvio, a vista, aqui de cima, é um bocadinho diferente.

----- Boa tarde a todos.-----

----- Em relação à apresentação escrita do Senhor Presidente da Câmara, penso que a primeira questão a apontar é que, deve haver aqui, um lapso de calendário porque, na semana passada, eu dei uma amañada na quarta-feira, de ir à sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa e, efetivamente, havia uma proposta agendada para essa reunião pública, para mandar o Senhor Presidente da Câmara para prosseguir as negociações com a Carris. E esse facto era tanto mais interessante, porque nunca tinha havido uma proposta para iniciar essas mesmas negociações, mas essa proposta, embora tivesse sido consensualizado que não ia ser votada, mereceu na Câmara Municipal de Lisboa, os Senhores Vereadores estão aqui e não me deixam mentir, quase uma hora de discussão, mas ela não foi votada na quarta-feira da semana passada. Portanto, eu não

compreendo em primeiro lugar, como é que o Senhor Presidente nos trás, aqui, uma intervenção, toda ela, sobre a CARRIS quando isto nem sequer tinha sido votado, na semana passada, e certamente, não nesta informação escrita. -----

----- Mas o Senhor Presidente da Câmara apresentou-nos, isto, em seis pontos e eu vou querer rebatê-los em cinco, vamos ver se sou capaz. -----

----- Em primeiro lugar, portanto, já disse há esta questão de *timing*, e isto foram apresentados e não, votado, na sessão de Câmara da passada quarta-feira.-----

----- Em segundo lugar, nós conhecemos, aqui, na Assembleia Municipal bem os argumentos que o senhor Presidente apresentou relativamente à Carris mas, também, ao Metropolitana, essa é que é a parte interessante, porque nós já tínhamos ouvido isto não uma, não duas, não três, não quatro vezes, mas sempre em relação à CARRIS e ao Metropolitana. Todos os argumentos, aqui, aduzidos foram sempre relativamente a dois tipos de transporte combinados. Eis, senão, quando em setembro, deste ano, e pela primeira vez, há um autarca que não é um autarca qualquer, é um autarca comunista da Câmara Municipal de Loures, que vem dizer assim: 'atenção, porque nós, aqui, em loures não concordamos que o Metropolitana fique só para Lisboa'. E foi a primeira vez que se começaram a ouvir críticas à ideia de que o Metropolitana e a CARRIS ficassem, aqui, em Lisboa. -----

----- Depois, houve a apresentação do orçamento e começou-se a falar, nessa altura, o Vereador, aqui, presente das finanças, começou a dizer que, para a CARRIS havia uma solução, que seriam 15 milhões a sair de um fundo pago á EMEL, a Metropolitana não sabia. O Senhor Presidente da Câmara também veio dizer que a Metropolitana não sabia. E a Metropolitana, a transferência para Lisboa, veio a morrer um dia, não aqui na Assembleia onde, se calhar, devia ter morrido, mas num estúdio da televisão da TVI quando o Senhor Presidente da Câmara vem dizer que, enfim, a Metropolitana fica para o Estado. Não foi, aqui, na Assembleia Municipal, foi num estúdio da televisão. E este é o quarto ponto. -----

----- Quanto ao quinto, e quanto à natureza dos argumentos e se me é permitido, e se me é permitido, o Senhor Presidente da Câmara, já na semana passada, na Câmara Municipal explicou a teoria da oferta e da procura. Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse foi, primeiro faz-se a obra e a procura há de aparecer. Isto não é a primeira vez que é dito, em Portugal. Já aconteceu assim também com as autoestradas, a teoria é fazem-se as autoestradas e os carros hão de aparecer. O que acontece. Muitas vezes, é que os portugueses não têm dinheiro para pagar aquelas portagens, logo, por mais que se façam, ninguém lá passa. -----

----- Mas a teoria foi, aqui, repetida e que é primeiro, vai-se deitar dinheiro para cima da CARRIS, e depois a procura há de suceder. Eu não quero ensinar o pai nosso ao vigário, mas nós em Lisboa, temos um problema grave. As pessoas não vivem em Lisboa, vivem fora de Lisboa, as mães e os pais deste país que moram em Loures, na Amadora, no Barreiro, atravessam a cidade, entram na cidade com crianças no banco de trás, e é por isso que não conseguem usar a CARRIS, nem coisa nenhuma, porque em Portugal, as mulheres trabalham, trazem filhos e têm de os pôr nas escolas. Nós, em Lisboa, temos um problema de circulação, sim, exceto em agosto, exceto nas férias

de natal, nas férias da Páscoa, e eu agradecia silêncio, já agora, e, portanto, o problema não é só o de deitar dinheiro para cima da CARRIS, muitos de nós não usam a CARRIS, não é por fetiche, ou por serem contra, é porque não conseguem e têm filhos para entregar nas escolas. -----

----- Portanto, esta teoria de que primeiro, deita-se dinheiro para cima dos problemas e depois, as pessoas aderem em massa, lamento, não é assim, e com isto, termino o meu quinto ponto, relativamente à CARRIS, com esta ideia, o tempo há de dar razão ao PSD. -----

----- Relativamente a informação escrita propriamente dita, a informação escrita que nos foi entregue, eu diria que é um claro exercício de metalinguagem e por conseguinte, se me permitem, eu gostaria de passar rapidamente por aqueles nove pontos que são os mais leves e terminar num assunto que é deveras importante. Em relação à informação escrita, o Senhor Presidente começa por falar no Plano de Investimentos na Cidade de Lisboa. O PSD em relação a isto, tem duas coisas para dizer: -----

----- O primeiro, é que o Senhor Presidente aqui, na Assembleia Municipal tinha deixado a promessa de um pacto de regime. Quando foi para tratarmos deste assunto a sério, não compareceu, deu falta de comparência. Em vez dele, veio o Senhor João Paulo Saraiva das finanças, que quando foi devidamente apertado teve de dizer a verdade, não havia pacto nenhum. -----

----- Portanto nós estamos aqui perante um investimento, sim, isto foi o que aconteceu, não havia pacto nenhum. Nós estávamos aqui a confrontar e o Senhor disse não. O Senhor Presidente não estava, não ouviu. A verdade, é que lhe chamam um plano de investimento, nós chamamos-lhe um plano de endividamento de Lisboa. São 250 milhões para 20 ou 30 anos, com a obrigação de gastar, 530. Endividamento. -----

----- Em segundo lugar, o Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho falou na conclusão do Palácio da Ajuda, eu a conclusão, ainda, não a vi, com o devido respeito. O que eu vi foi uma apresentação do projeto, portanto metalinguagem. -----

----- Em relação às arcadas da ala oeste do Terreiro do Paço devolvidas à cidade, eu achei curiosa o tipo de linguagem utilizada, porque diz assim, há uma devolução aos lisboetas deste Torreão, e que diz assim: 'Agora, já poderão utilizar este espaço'. Meus Senhores, eu se for comprar um Ferrari, e se der 200 mil euros, a seguir também o possa utilizar que é o que a gente faz quando compra uma coisa, não é verdade e, portanto, esta cedência está aqui muito engraçada, mas esqueceram-se foi de dizer que a Câmara Municipal de Lisboa deu 400 mil euros para aquele pedacinho, ao Estado. É óbvio que pode utilizar, pagou por ele, mal seria que não pudesse. Metalinguagem. ----

----- Já foi, aqui, referido não só a Deputada Cláudia Madeira referiu a questão da ATL, mas é importante que se diga esta referência, referente à estação Sul, Sudoeste e mais uma cedência, uma cedência, portanto, significa mais dinheiro. Portanto, fez-se mais esta opção e vai-se gastar mais dinheiro. -----

----- Depois, e continuando neste registo mais leve, mais ligeiro, gastam 6 linhas com a abertura do ano escolar em Lisboa. Esta parte tem Graça. Porque eu sou dada a colecionar recortes de jornais e jornais inteiros e, é um vício que eu tenho, e eu recordo

que recortei quando o Senhor Presidente começou a presidir à Câmara Municipal de Lisboa, ele se calhar já não se lembra, mas eu guardei o recorte, ele disse que a grande paixão que tinha, em Abril de 2015, não foi assim há tanto tempo, era a educação. Há muitas coisas na educação que não tem corrido bem, mas aqui e na informação escrita passa-se por isto a correr a paixão dá seis linhas e isto é importante já vão ver porquê, porque esta paixão resume-se em seis linhas. -----

----- Depois, gaba-se muito do orçamento participativo, tem graça que nós acabámos estar, aqui, a discutir uma questão grave do Caracol da Penha, não é, que é complicado e, portanto, enfim, orçamento participativo sim, desde que a Câmara tenha algum controlo sobre o que é que se anda a decidir. -----

----- Depois, há aqui, uma parte muito interessante também, que é a apresentação do Corredor Verde do Vale de Alcântara, aqui, assustei-me porque é um projeto muito grande. É estruturante. Mete o Senhor Vereador Sá Fernandes e tempo de eleições, isto não costuma correr bem. Tem dado azar. -----

----- Depois, também na informação escrita, temos senhores peço-vos a atenção que é interessante, o novo pomar interativo na quinta pedagógica. Portanto, a Quinta Pedagógica, nos Olivais, todos nós temos filhos e quando pequeninos, lavávamos lá, tem uma quinta interativa, é um bocadinho patrocinada. Tem lá um centro de frutologia Compal. A parte gira disto é que são doze linhas, então pus-me a pensar a frutologia Compal é o dobro da educação, que era a paixão do Senhor Presidente da Câmara. Há aqui uma distração qualquer, mas corrijam que isto não está bem, certamente. -----

----- Houve, também, uma distração quando falam do horário e da tarifa de zona de estacionamento no Bairro Azul e a páginas tantas, como se dizia quando eu era mais pequena, alguém escreve assim, certamente por lapso, 'há ali um problema no Bairro Azul porque há diminuição de lugares das vias adjacentes'. Não sei se estão a ver, eixo central, assim, alguém realmente admite que o Bairro Azul está ali, problemático. -----

----- E, agora, vamos deixar este tom mais ligeiro para falar de um assunto sério. -----

----- Inauguração do caleidoscópio. -----

----- Eu, agora, estou, aqui, na Assembleia Municipal mas, no mandato 2009-2013, acompanhei o trabalho da Câmara, na vereação da oposição, e a memória quando vamos para velhos, tem destas coisas, nós lembramo-nos dos papéis que nos passaram pelas mãos e, a questão, é esta: agora, aqui, em relação ao caleidoscópio, aquilo que diz na informação escrita e que eu acho que merece uma reflexão e, a explicação do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, aquilo que diz lá, na informação, é o seguinte, diz que o caleidoscópio é um espetáculo e diz que só é possível graças à colaboração da autarquia. Bom, é a palavra 'colaboração da autarquia' que me pôs a pensar, porque eu recordo-me do protocolo, que eu vi e que estudei e, sobre o qual, tive que dar parecer, na condição de assessora da vereação. E o que se lá dizia era o seguinte: aquilo é propriedade municipal, não estava a ser utilizada, ficava ao pé da universidade, e foi feito um protocolo, do qual me lembro muito bem, em que dizia que a Câmara cedia aquilo à Universidade de Lisboa para a Universidade de Lisboa fazer aquilo que faz, m fim não lucrativo, de apoio e assistência aos estudantes e com

uma cantina social. É isso que estava previsto, e é aquilo que se entende. Porque a Câmara Municipal, assim como o Estado, a propriedade, quando a tem, não a pode dar, nem a honorar, nem alienar, livremente. -----

----- Existe também uma coisa, como sabem, código dos contratos públicos e, portanto, existem regras para se cumprir. -----

----- E portanto, quando a informação escrita diz que há uma colaboração, meus senhores, não é uma colaboração, que eu saiba aquilo é propriedade municipal, a menos que tenha havido uma qualquer transmissão, mas se houvesse não se percebia porque é que estava, aqui, na informação escrita. -----

----- Portanto, as perguntas que o PSD tem relativamente a este caso, e para abreviar são: - -----

----- 1. O património é de quem? É da Câmara, ou é da Universidade de Lisboa? -----

----- 2. Este protocolo, que eu mencionei, e que tenho, como é evidente, diz ‘cedência para cantina’. Todos nós já reparámos que, aquela cantina, é a cantina de muitos milhões de cidadãos. É apenas, e somente, um estabelecimento do *Macdonald’s*. Portanto, como é que isso se sucedeu? Como é que de cantina social passa a *Macdonald’s*? Que negócio é que foi feito entre quem? Houve concurso? Quem fez as obras? Quem as pagou? Pagam renda? Onde estão os contratos?-----

----- O PSD e a Cidade de Lisboa merecem ser esclarecidos. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, obrigado a todos os presentes. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Sofia Vale acabou de falar relativamente ao MacDonald’s, na altura própria quando soubemos disso nós próprios fizemos algumas notícias e comunicações porque nos completamente desajustado que um espaço para estudantes acabasse por ser preenchido por uma entidade que se caracteriza pela comida chamada de plástico e que não é certamente a melhor educação alimentar para os nossos jovens e, portanto, eu queria apoiar as palavras da Senhora Deputada relativamente às restantes questões que colocou e levantou, eu tenho alguma ideia de aqui há uns três anos isso ter sido abordado e creio que havia um contrato de comodato ou qualquer coisa, mas enfim, isso agora não vem para o caso.-----

----- De qualquer forma queria referir a seguir alguns aspetos que são efetivamente aspetos muito positivos, como seja a questão do WebSummit quer permitiu uma possibilidade de arrancar com múltiplas trocas de ideias e trocas comerciais para a cidade de Lisboa e promete futuramente trazer mais vivacidade económica para a nossa cidade.-----

----- Um outro aspeto que é um aspeto que começou como sendo positivo neste momento começa-nos a levantar algumas dúvidas que é a questão dos Orçamentos Participativos, porque eu creio que o Orçamento começa a ser pouco participativo. O facto de haver dezenas de milhares ou milhões de pessoas não se sabe muito bem de onde a votar pela Internet não traz mais participação à vida local da cidade e, portanto,

acho que a participação deve ser feita de outra forma e o Orçamento Participativo está com alguns vícios na forma como está a ser utilizado que acabam por ter resultados como os deste ano em que claramente nos parece a nós que há ou houve um intuito de uma parte da população ficar beneficiada relativamente a outra parte quando na realidade esse assunto não foi suficientemente discutido dentro da própria população e, portanto, o Orçamento Participativo acabou por ser utilizado como uma forma de luta contra a outra parte da população, o que me parece extremamente negativo. -----

----- Relativamente à questão dos transportes e da Carris, aí sim acho que o Senhor Presidente e a Câmara estão de parabéns porque é aquilo que nós sempre desejámos que acontecesse e eu quero juntar a isso aquilo que nós sabemos que está prestes para acontecer, portanto, a implementação do sistema de bicicletas, com uma fração importante de bicicletas elétricas e, portanto, quando a Carris começar a ser transformada num sentido de maior serviço público e de qualidade juntando-se aos outros meios de mobilidade suave que estão neste momento também a ser implementados, eu creio que serão dias muito positivos para a mobilidade na cidade de Lisboa e portanto e por tudo isto relativamente à Carris só dúvida que nós temos que congratular a Câmara Municipal. -----

----- Relativamente a outros aspetos eu creio que vamos viver dias difíceis ainda com as obras e que nomeadamente aquilo que temos assistido relativamente a aspetos relativamente ao arvoredo em que para se fazer algumas obras começam a ser cortadas árvores sem que uma pessoa esteja à espera, que não fazem parte dos Planos, eu creio que terá que haver muito mais trabalhos por parte da Câmara Municipal para que esta situação não seja e não fique descontrolada. -----

----- Ainda na semana passada houve mais uma situação de novo junto ao Campo Grande *qui ça* para mais hamburguerias ou outras porcarias parecidas e, portanto, nós apelamos para a Câmara reforçar a informação, para reforçar o cuidado com que isto é feito e sobretudo não cortar árvores com muitas décadas que são totalmente ...”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS/PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Caros Vereadores, Deputados, caro Público presente. -----

----- Com base na informação escrita apresentada e não na oral, já percebi que há sempre uma grande diferença entre o documento que é entregue e aquilo que é depois aqui apresentado, gostaríamos de em nome do CDS aqui destacar alguns assuntos.-----

----- Começo pela apresentação do Plano de Investimentos da cidade de Lisboa de 2016 e 2010, que pela sua importância para a Cidade merece a nossa atenção. -----

----- A disponibilização pelo Banco Europeu de Investimento de uma linha de apoio financeiro no valor de 250 milhões de euros para o Plano de Drenagem e Regeneração Urbana permitirá, se bem usado, dar resposta a situações políticas como as que Lisboa viveu em 2014.-----

----- Aproveito também para destacar a evolução deste Executivo relativamente a esta matéria. Senhor Presidente, se bem se recorda o seu antecessor afirmava não existir



solução para as cheias de Lisboa, mas Vossa Excelência e bem não se conformou e está na posse agora do financiamento que lhe permitirá realizar as ditas obras para a realização da questão. Como o empréstimo tem a duração de 20 anos, muito para além dos mandatos autárquicos, também manifestamos a nossa preocupação para a eventualidade de não existir uma consensualização das forças políticas em torno de grandes projetos que devem ser financiados, deixando assim ao sabor do momento os inerentes riscos e prejuízos para a cidade. -----

----- Já relativamente às questões do Projeto e à conclusão do Palácio da Ajuda e a Exposição das Jóias da Coroa, bem como também a criação do Museu Judaico de Lisboa, apesar de já ter sido sublinhado pelo CDS noutras intervenções, não podemos deixar de reafirmar a nossa oposição pela gestão continuar a ser atribuída à Associação de Turismo de Lisboa. -----

----- Temos criticado a bicefalia que a Câmara Municipal pratica em termos culturais na Cidade com a existência de duas estruturas, apostando no vazio do Pelouro da Cultura, não se entende portanto que tendo a EGEAC a Gestão dos Equipamentos Municipais se entregue agora a gestão de novos equipamentos ao Turismo de Lisboa, constituindo-se este como um terceiro pólo de gestão dispersando-se as sinergias que deviam estar concentradas. Ou seja, quando se faz sentir a necessidade de uma gestão integrada que permita generalizar o turismo, a Câmara Municipal executa precisamente o sentido oposto. -----

----- Quanto ao Orçamento Participativo este é o perfeito exemplo de como uma boa ideia que é participação e ligação dos cidadãos à Cidade pode na realidade resultar num elemento de desmotivação e de desconfiança para com os políticos em geral e a intervenção cívica, o mero escrutínio dá para perceber como uma quantidade muito significativa de projetos se arrasta no tempo sem que se vislumbre a sua execução, casos há também que há também de suspeitas de que as verbas foram desviadas para outros projetos sem que os promotores das ideias sejam informados. -----

----- Desde 2008 que estão por concluir mais de metade dos projetos vencedores nas várias edições desta iniciativa, muitos dos quais ainda não tiveram qualquer início, a taxa de execução média dos Orçamentos participativos em termos financeiros é já um pouco mais de um terço. -----

----- Pode falar-se no sucesso da participação e envolvimento dos cidadãos, não me parece no entanto que a mesma palavra de sucesso possa ser aplicada à Câmara Municipal em termos de realização do cumprimento das expectativas geradas, já nos tínhamos associado na saudação efetuada nesta Assembleia à Equipa de Futebol Feminino do Clube de Futebol Benfica que na época de 2015/2016 conquistou o Bi-Campeonato Nacional, a Taça de Portugal e a Supertaça. -----

----- O Presidente Fernando Medina destacou e também bem esse feito na Informação Escrita, mas julgo que a Câmara Municipal poderia ir mais longe no apoio ao desporto feminino, já que fruto de estereótipos e discriminações o desporto de competição feminino nasceu tarde e continua com um tratamento desigual, pelo que consideramos que a Câmara poderia dar ainda mais apoio aos clubes que criassem e que desenvolvessem equipas femininas nas mais distintas modalidades, mas principalmente

naqueles em que se denota uma predominância masculina, como é o exemplo do futebol.

----- Acreditamos que a Câmara Municipal pode fazer mais para a promoção para a igualdade no desporto e por isso reforçamos este desafio. -----

----- Por último uma nota sobre a palavra deste ano que descreveu a Cidade de Lisboa, “empreitada”, tem sido um vocábulo omnipresente e sempre tanto do agrado da dupla Medina/Salgado, pelo que até estranhámos que nesta Informação Escrita só fosse referida para a qualificação do espaço público da Alameda das Linhas de Torres e da Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, no âmbito do programa Uma Praça em Cada Bairro, se a juntar às empreitadas anteriores, arriscava-me a gastar o tempo da minha intervenção e enumerar todas as que transformaram Lisboa num estaleiro, instalaram o caos na vida de quem se desloca na Cidade. -----

----- Por tudo, isto não deixa de ser irónico observar que a Câmara Municipal organizou a Semana Europeia da Mobilidade lê-se que o tema deste ano pretende encorajar as autoridades locais a olhar para a mobilidade sustentável e inteligente como um investimento, cada vez mais urgente no Plano Europeu foi, portanto, uma sessão de autoajuda o que se compreende numa Autarquia que no campo da mobilidade viária tem um plano de mobilidade desatualizado e que não efetua estudos de tráfego que deveriam sustentar algumas das mais importantes obras em curso. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, a Mesa volta a registar o seu sentido de humor, que é bom, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa-tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Caros Vereadores, Carlos Deputados.-----

----- A Informação Escrita do Senhor Presidente suscita-nos alguns comentários. No que concerne ao Plano de Investimentos da Cidade de Lisboa 2016/2 020, entendemos que linha de apoio disponibilizada pelo BEI é essencial para o desenvolvimento de projetos estruturantes para a Cidade. Entendemos também que as condições do empréstimo são particularmente vantajosas nesse contexto, trouxemos recentemente este formarem uma Moção, aprovada pela maioria, em que apelamos ao Governo à Assembleia da República para que exceção dos limites legais de endividamento dos Municípios os empréstimos contratados no âmbito de programas do Banco Europeu de Investimento de forma a que a Cidade possa beneficiar de tão importante recurso no seu desenvolvimento. -----

----- Quanto ao Museu Judaico de Lisboa felicitamos mais um passo dado no desenvolvimento do equipamento cultural para a Cidade de Lisboa e pensamos ser da maior importância que o Museu Judaico de Lisboa possa de alguma forma espelhar a relevância que a presença do povo judaico em Portugal teve e tem na nossa cultura,

mas a qualidade dessa missão depende muito do modelo de gestão e do projeto museológico.

----- O Bloco de Esquerda tem sobre este projeto uma visão muito clara, ele é bem-vindo e desejados os seus conteúdos devem ser de um grande rigor histórico e científico a sua gestão deve ser pública, queremos deixar claras as nossas reservas e a nossa preocupação entendemos que a participação de agentes privados no financiamento do projeto é bem-vinda mas o mecenato não deve comprometer a qualidade histórica nem científica do projeto, em Portugal existe infelizmente, uma tradição da Cultura em que supostos mecenato são dados em troca do controlo operacional dos equipamentos, esperamos que não seja este o caso, mecenato deve ser feita em função do bem público, a gestão deste equipamento deve estar sob alçada estritamente pública. -----

----- No que concerne ao Orçamento Participativo desejamos felicitar mais uma edição, esta é uma ferramenta que tem vindo a fomentar uma cada vez maior cultura de participação por parte dos cidadãos nas decisões para a Cidade, queremos no entanto registar a nossa preocupação com a baixa taxa de execução dos projetos vencedores das edições anteriores em que dos 88 projetos aprovados 51 ainda estão por concretizar. ---

----- No que diz respeito a edição deste ano, queremos felicitar os 17 projetos vencedores, os cidadãos que as desenvolveram e apresentaram e mobilizaram outros cidadãos ocupar naquela que foi a edição mais participada. Esperamos que os tempos e números de execução melhorem e possamos em breve ser executados projetos apresentados, mas esta edição que trouxe um outro recorde de 9477 votos no único projeto, o do Jardim do Caracol da Penha queremos reforçar aqui a nossa expectativa de que este projeto seja respeitado na sua proposta integral e não se defraudem nem os anseios das populações nem o espírito do Orçamento Participativo. Muito obrigada.” ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir, vamos para se entrar na 2ª ronda, temos um Senhor Deputado inscrito na 2ª. ronda e um Senhor Deputado inscrito na 3ª. ronda, portanto, mais 2 pessoas inscritas e a resposta da Câmara se assim o entender.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Executivo Camarário, Caro Público presente, Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Na informação dos serviços a consta um ponto relativamente às AUGI, a criação da Divisão de Reconversão das AUGI que já foi criada há alguns meses e que, de facto, sentimos que não existem grandes avanços ou não existem avanços consideráveis naquilo que que que teria devera existir, neste momento, por exemplo, e focando concretamente na Freguesia de Carnide, mas é transversal a todas as outras AUGIS, o que existe é que temos 3 AUGIS em Carnide, Rua A e a Rua B e a Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros. -----

----- Várias vezes, temos interrogado o Senhor Vereador a Manuel Salgado sobre esta questão especificamente e até agora nada de respostas e quando dizemos várias vezes, dizemos mesmo muitas vezes, que temos colocado questões e não há qualquer tipo de resposta e é particularmente grave quando ainda a por cima lemos o Programa de Governo da Cidade, sim lemos o Programa de Governo da Cidade e não se encontra uma única referência àquilo que devem ser, aquilo que deve ser o caminho para as AUGIS e, portanto, é particularmente grave. -----

----- Nas informações escritas também tem sido muito pouco referenciado aquilo que a que tem sido o trabalho nesta área. Torna-se também grave, porque foi criado um GABIP, um Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária AUGIS, que também queremos questionar diretamente o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador, quando é que este Gabinete reuniu pela última vez, portanto, não se percebe como é que é criado um Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção, áreas urbanas de génese ilegal, e não simplesmente, o Gabinete não reúne e a não tem qualquer tipo de utilidade prática, o que é que aconteceu este Gabinete? Morreu, foi extinto? Desapareceu então não era prioritário? Pois, pelos vistos, não era. -----

----- Focando concretamente nas AUGIS da Freguesia de Carnide, Rua A e Rua B, uma vez que se encontra pendente a aquisição de parcela de terreno para a resolução de legalização das ruas, A e B da Azinhaga da Torre do Fato solicitamos que a Câmara Municipal e o Senhor Presidente ou o Senhor Vereador que nos informem de quanto será operacionalizada essa mesma aquisição, visto que o processo está completamente parado a um a aguardar esta aquisição. -----

----- Há meses que também questionamos e que estamos a aguardar, sabe-se lá o quê, para a contratação de uma empreitada para a requalificação da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros a e, por isso aquilo que queremos saber é o ponto de situação concreta, data de contratação desta mesma empreitada, porque aquilo que as pessoas nos dizem e que nós não queremos acreditar, mas que acreditamos é que de facto, a não há qualquer tipo de articulação a com moradores, há falta de informação e, portanto, nestas AUGIS e nas ao AUGIS da cidade vivem pessoas sem direito a iluminação pública nalgumas destas Augis e no caso concreto de Carnide, por exemplo, a Rua A não tem qualquer tipo de iluminação pública, sem direito a placa toponímica sem direito a que os buracos da sua estrada sejam tapados, sem direito a passeios e, portanto, queremos deixar aqui esta preocupação e queremos acima de tudo que nos respondeu a estas duas questões muito concretas que aqui colocámos. Muito obrigado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caro Público presente. -----

----- Esta matéria da Mobilidade e dos Transportes é uma matéria já muito tratada aqui no Município de Lisboa, na Assembleia na Câmara e nas várias Assembleias Metropolitanas e Juntas Metropolitanas que existiram até ser extinta a Assembleia Metropolitana pelo Governo do Partido Socialista ou outro anterior. -----

----- Desde aí foi sempre tratada na perspectiva do transporte e mobilidade a nível da Área Metropolitana e não pode ser de outra forma. Desde a década de 1990/2000 defendeu-se e propôs em relação à situação de Lisboa, Lisboa concentra a maior parte do emprego, mal, e com 40 anos de democracia, nada disto foi alterado pelo contrário, foi agravado. -----

----- Sempre defendeu a criação de parques dissuasores nos Concelhos envolventes e em Lisboa e o aumento da oferta da Carris e do Metropolitano. -----

----- Chamo a atenção daquilo que é o exemplo do Município de Almada, em Cacilhas com vários parques onde, de facto, as pessoas chegam com os seus carros, pagam um euro por dia e podem atravessar o Rio de barco e vêm trabalhar para Lisboa, mas não é isso que acontece nem na Amadora, nem em Loures, nem noutras áreas e também na própria Cidade. -----

----- A Carris foi vítima da política dos governos do PS do PSD e do CDS não cumpriram as suas responsabilidades é preciso pôr os nomes a quem realmente teve essa política, por isso a Carris degradou-se e deixou de servir ser serviço público, nomeadamente no último Governo com mais retirada de carreiras e horários. Mas antes foi um ataque à ferrovia, às empresas que eram ferroviárias, a extinção de empresas públicas de transportes a entrega dessas empresas a privados com PPP, há a PPP do Metropolitana Sul do Tejo, que é uma vergonha, porque a frequência não chega a 60 por cento e que em cobre o restante é o Estado consecutivamente com esta PPP e aqui é que o Estado Central devia intervir e alterar toda esta situação.-----

----- As Assembleias e Juntas Metropolitanas sempre propuseram uma política integrada na Área Metropolitana com uma Autoridade Metropolitana de transportes a sério, o que ainda não aconteceu porque os governos não quiseram, nem querem. -----

----- Assim de facto de a partir para esta resolução deste problema que é, de facto, altamente pesado em termos de custos, desde logo para o Estado, mas, sobretudo para os utilizadores para aqueles que vêm de longe de suas casas e passam 2/3 horas para vir e para chegar à Cidade e outras tantas para regressar a casa. -----

----- O primeiro passo de passagem da Carris para a Câmara Municipal sem conhecimento prévio do Executivo e da Assembleia Municipal é, de facto, um passo grave. Quem vai suportar a Carris serão os munícipes de Lisboa, desde logo com 15 milhões de euros do Orçamento 2017, são os dinheiros da EMEL e das multas e estes dinheiros deviam ir era para outras áreas de realmente interesse público na cidade de Lisboa. -----

----- Depois virão outras faturas com dinheiro retirado das áreas que deveriam servir os habitantes de Lisboa em termos de serviços público. A nível Metropolitana, o Governo atual pretende passar todas as matérias transportes nos 18 Concelhos, disse o Senhor Presidente da Câmara para os municípios e a sobrecarga dos financiamentos para as populações é evidente, é fácil, o Governo Central passou e passará se o deixarem todas as suas obrigações para os municípios e populações e não é só nesta matéria de transportes, é nas escolas, é e na saúde será no apoio social, etc., etc.-----

----- Ficarão as dotações do Poder Central do Orçamento para fazer o quê? Para tapar os buracos dos bancos? Para dar empresários que não cumprem? E que esperam sempre

as benesses do Governo Central? Não podemos calar-nos perante esta enormidade e outras que se preparam, um Município tem de respeitar os outros Municípios e aquilo que os eleitos em Lisboa devem analisar e votar. É preciso ampliar o tratamento destas questões a nível da Área Metropolitana, desde logo nos Concelhos envolventes à Cidade de Lisboa sem que o Estado Central se retire das suas responsabilidades. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, pergunto à Câmara se quer usar o seu direito de resposta. O Senhor Presidente da Câmara, se faz favor. -----

----- Senhor Presidente, terminaram as rondas dos Senhores Deputados, se quiser usar da palavra é agora, senão acabamos a Ordem de Trabalhos deste ponto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “ Senhora Presidente, quero usar da palavra sim. Agradeço. -----

----- Eu, permitam-me que comece pelo tema principal que é o tema da Carris e o tema da Mobilidade e permitam-me que comece por saudar a Deputada Sofia Vala pela sua primeira intervenção aqui nesta Assembleia Municipal, saudá-la do ponto de vista democrático. Espero que regresse aqui mais vezes. Mas gostava, talvez a melhor forma de lhe dar aqui as boas-vindas este debate é ser muito frontal consigo. -----

----- Senhora Deputada, eu percebo bem o seu esforço, falou da forma, falou do passado, falou dos riscos do futuro falou de tudo, andou às voltas só para não falar de uma coisa: é da substância da política de transportes na Cidade porque a Senhora Deputada conseguiu e consegue estar a tentar fingir, tentar passar por este debate da política de mobilidade de transportes na cidade esquecendo ou melhor, tentando que nós nos esqueçamos o lado que a Senhora Deputada esteve a apoiar durante todos estes anos que foi o lado de quem no país e na cidade retirou 100 milhões de passageiros ao transporte público em 4 anos. -----

----- E a Senhora Deputada pode dar as voltas quiser, pode falar do acordo, do protocolo, da cedência da forma do que gosta e o que não gosta, mas há uma coisa que vão sempre dizer e de quem esteve a favor de transporte pelo que o que esteve contra o transporte público a Senhora Deputada esteve sempre a apoiar quem quis demolir o transporte público na cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Deputada, foi isso que o PSD fez no país, foi isto que o PSD fez na cidade de Lisboa, na Vereação e na Assembleia Municipal quando apoiou o processo posto em marcha pelo Governo anterior. E este é um debate a substância e percebo muito bem que é que o que é que a Senhora Deputada fará, tem este enorme dificuldade e que os seus 6 pontos consegue falar de todos menos na substância, queremos mais ou menos transporte público? Queremos melhor ou pior transporte público? A Senhora Deputada sobre isso, prefere tentar disfarçar que é para não ter ser confrontada com uma coisa que é o vosso registo em matéria de transporte público. -----

----- E vou-lhe dizer uma coisa Senhora Deputada, como dizia aquele filme, pode tentar escapar, mas não vai conseguir é que vamos estar sempre aqui a lembrar que a direita nesta cidade, quis acabar com o sistema de transporte público na cidade. -----

----- Senhora Deputada e deixe-me dar-lhe uma má notícia, para si, é que este debate verdadeiramente só agora está a iniciar-se, só agora se está a iniciar e para aqueles que andam muito entusiasmados com a campanha eleitoral antes no seu tempo, gostava já vão lançar um tópico que se chama a mobilidade e transportes públicos na cidade, o futuro, temos aqui um tópico que eu acho sugestivo para a próxima campanha eleitoral.

----- Senhora Deputada, vamos a isto, diz a Senhora Deputada, bom, a estratégia da Câmara é primeiro promovamos a oferta e depois vem a procura, onde é que nós já vimos isto, isso falhou. Não, Senhora Deputada, sabe que a nossa ambição é muito pequenina nesta matéria para começo, de conversa, sabe o que é? É que nós só precisamos de ir buscar uma pequenina parte da procura que existia há 4 anos, há 3 anos, há 2 anos e que fruto da governação anterior destruíram, porque foram pessoas que deixaram de se mover, foram pessoas que deixaram de utilizar o transporte individual foram pessoas que tinham a sua vida organizada no transporte público e que fruto do disparate, o aumento dos preços dos passes e fruto de um corte de 34 por cento nas linhas da Carris, Senhora Deputada, 34 por cento da oferta da Carris acabou. Acabou, foi cortada, desapareceu, deixou de haver, deixaram de haver linhas, deixaram de haver autocarros a circular, os horários passaram a ser mais espaçadas, não havia motoristas. Senhora Deputada, 34 por cento, diz agora a Senhora Deputada que vamos criar uma oferta à espera da procura, Senhora Deputada, a procura existia, claro que devíamos ter mais procura, claro que sim, é a única forma sustentadamente, aliás, de reduzirmos a dependência do automóvel. Senhora Deputada, mas o que aconteceu em Lisboa nos últimos 4 anos é trágico e não tem paralelo em nenhuma cidade desenvolvida, Senhora Deputada, em nenhuma cidade desenvolvida o debate político se faz a favor ou contra mais transporte público, Senhora Deputada, isto é um dado adquirido, o que os partidos debatem é como quais são as formas de se investir para ter mais transporte público, para o PSD escolheu na cidade ter uma posição que a posição de há 20 ou de há 30 anos atrás que foi dizer assim, não o nosso Alfa e o Ómega para resolver os problemas do país é uma liberalização e uma privatização dos setores com os transportes à cabeça e o que é que fizeram? Menos 100 milhões de passageiros, não há nenhuma cidade civilizada e Senhora Deputada faça o favor de me encontrar uma que tenha um registo parecido de em pleno século 21, em pleno século que nós estamos a discutir a eficácia da mobilidade das cidades, que estamos a discutir o desenvolvimento sustentável, que estamos a discutir a qualidade de vida das pessoas estamos a discutir a saúde pública, diga de uma cidade civilizada que tenha reduzido o número de passageiros no transporte público, diga-me uma. -----

----- Eu digo que tenha uma: Lisboa. Lisboa, é a única fruto de uma política que o PSD apoiou no país e que apoiam na Câmara de Lisboa.-----

----- Segunda questão, relativamente à posição da Câmara, sobre o Mandato, se a Câmara tem ou não tem Mandato para o assinar. Senhora Deputada, eu recomendo-lhe um pouco de recuperação histórica das posições da Câmara, aliás, da Câmara no pós do

pós 25 Abril e pós processo de nacionalização, porque são múltiplos os pronunciamentos da Câmara em favor de recuperar o poder sobre os transportes públicos, ponto um, e em segundo lugar de ser ressarcida pelo processo de nacionalização e a Senhora Deputada irá e aqui respondo também ao Senhor Deputado Modesto Navarro nesta matéria, porque eu rejeito qualquer sentido de novidade, neste acordo, nada aqui inova face às posições históricas da Câmara, tem uma divergência com opinião do PCP, de acordo já lá irei, mas Senhor Deputado ninguém pode dizer que isto inova o que quer que seja, reivindicar o poder da autoridade de transportes é uma reivindicação histórica da Câmara muito antes no tempo e a reivindicação sobre o património municipal sermos ressarcidos da nacionalização de 75 até me surpreende que a Deputada Sofia Vala reclame. Nós somos o último dos espoliados da nacionalização de 75 que não viu ressarcido o seu património, aliás, a própria legislação obrigava a que se assim fosse. -----

----- Senhora Deputada, mas vou-lhe fazer uma lembrança mais recente e que nós tivemos a negociar com o anterior Governo, esta solução. Esta solução que hoje acordada com este Governo só não foi assinada pelo Governo que a Senhora Deputada apoiou sabe porquê? Por uma birra ideológica do Primeiro-Ministro de então, porque, durante meses foi negociado com acompanhamento e com o mandato aprovado na Câmara, uma solução muito semelhante a esta, com uma pequena diferença só, é que não se resolvia em definitivo a questão da propriedade, mas resolvia-se a questão da autoridade de transportes e resolvia-se a questão da gestão da companhia. Isto esteve a ser negociado, foi ultimado os detalhes também a dívida histórica estava fora e à última hora, o Governo pôs em causa este acordo e disse, vou fazer a concessão a privados! ----

----- As negociações com o Governo que eu acompanhei pessoalmente com o Presidente António Costa, demoraram mais de um ano, que nós estivemos a negociar isto com o Governo anterior. Senhora Deputada, recupere um pouco da história e verá que todo este processo não se inicia agora, não tem nada de novidade, pelo contrário corresponde a uma ambição, uma ambição histórica do Município e só não foi concretizada, aliás, em moldes semelhantes no tempo do Governo anterior e quero também ao mesmo tempo precisar-lhe a questão do Metropolitana e da Carris, porque não é verdade que a Senhora Deputada diz, aliás, é falso aquilo que a Senhora Deputada diz porque a posição da Câmara nunca foi simétrica na Carris e no Metropolitana. -----

----- A posição da Câmara foi da reivindicação do poder de gestão da Carris e da propriedade, era a nossa posição de princípio, autoridade de transportes em tudo, naturalmente, princípio relativamente à Carris, gestão e titularidade e a questão do Metropolitana só é colocada em cima da mesa sabe porquê? Por causa do Secretário de Estado do Governo anterior, porque o Secretário de Estado do Governo anterior decidiu fazer umas perguntas ao mercado e disse o seguinte: Se a Câmara está interessada na Carris e não pode assumir da mesma forma a gestão do Metropolitana, e já lá irei, é fácil perceber porquê, o nosso grau de sinergia na gestão do Metropolitana, aquilo que nós podemos aportar à gestão do Metropolitana e muito menos benéfico do que a gestão integrada dos autocarros com a via pública, acho que isto é uma evidência, é



muito mais o benefício que nós podemos introduzir para melhorar a gestão, é muito mais eficaz no caso da Carris do que no Metropolitana, mas foi o Secretário de Estado de então, a nossa posição nas negociações e a Carris. E foi o Secretário de Estado de então que faz mas perguntinhas ao mercado, às empresas e disse assim: o que é que vocês acham de nós entregarmos e de separarmos a concessão da Carris e do Metropolitana e de entregarmos a Carris à Câmara e o Metropolitana ser privado? -----  
----- E o que aconteceu é que todos os operadores privados lhes disseram que nós não aceitaremos ir a um concurso com o Metropolitana se a que a Câmara ficar com a Carris! Porquê? Porque qualquer operador privado teme o que a Câmara com a Carris, mandando na Carris possa causar danos severos à rentabilidade do Metropolitana. Senhora Deputada, não é preciso ser, isto não é “rocket-science”, isto é, peço desculpa mas não está aqui o Senhor Deputado, por usar este essa expressão inglesa, mas quer dizer fácil é perceber que se nós criarmos linhas de autocarro rápido muito eficazes, precisamente por cima das linhas do Metropolitana, que isso possa degradar a procura do Metropolitana e, por isso, quando os privados disseram isto ao Governo é que o Governo disse não, a Câmara de Lisboa quer-se sentar à mesa para negociar a Carris, então tem que negociar também a gestão do Metropolitana e se a Senhora Deputada estivesse atenta ao registo dessa época veria do Presidente António Costa, aliás, aqui várias vezes referiu que a nossa posição relativamente à negociação conjunta era pouco uma situação da Fava ser do tamanho do bolo! Isto é: a dificuldade que nós teríamos por assumir, em conjunto, estão simultânea das duas companhias não podendo aportar um benefício tão grande na gestão do Metropolitana, tinha que ser ponderado com o benefício que nós teríamos pela gestão da Carris, é esta a história! -----  
----- Oh Senhora Deputada, e percebe-se por uma razão, eu acho que seria, é uma operação, enquanto eu não tenho nenhuma dúvida em defender a assunção da Carris com financiamento municipal da Carris, com investimento da Carris, decidido pelo Município é um ato de exigência, mas é um ato de responsabilidade, convenhamos Senhora Deputada que ficar com a gestão da Carris, deixando os meios financeiros para investimento, peço desculpa... A Câmara assumir a gestão do Metropolitana ficando os meios financeiros para o investimento do Metropolitana na mão do Estado a com franqueza é uma posição de um risco que, perante o facto, conhecendo nós a história do Estado Central nos últimos tempos, eu acho que nos deveria a todos de fazer pensar algumas vezes, aliás, se forem ver bem que se passa por essa Europa fora há uma diferença entre a gestão das companhias transportes, autocarros e de gestão do Metropolitana. Chama-se investimento, qualquer investimento no Metropolitana consome uma parte enormíssima do orçamento Camarário, não é possível, não é realista o Município dizer, eu vou investir sozinho na Rede do Metropolitana. Só se for alguém que seja completamente irresponsável que nunca tenha feito contas. Qualquer que Metropolitana de linha de Metropolitana só por si, é uma fatia imensa do Orçamento Municipal, qualquer pequena extensão, uma extensão que se fala da linha vermelho da linha verde a linha amarela são anos do investimento Município e, por isso toda a sua parte do investimento tem sempre que ficar na Administração Central. -----

----- E é por essa razão que a nossa posição de negociação foi sempre separada, historicamente foi sempre separada!-----

----- Por último, Senhora Deputada, relativamente a isto permita-me que lhe diga a brincar. A sua última conclusão fica-lhe bem é prova de uma lealdade à sua liderança, à sua liderança partidária, mas com franqueza essa de que o tempo irá dar razão ao PSD como o “grand final” para esta questão da Carris faz lembrar aquela que agora o diabo vai chegar, mas vai chegar a guiar um autocarro! -----

----- Senhora Deputada não vai chegar este diabo! Não vai chegar a guiar, nem chegar nem no país e muito menos à Cidade de Lisboa, não tem carta de condução, nós saberemos dar bem conta da gestão desta empresa. -----

----- Quero responder ainda sobre a matéria da Carris e da mobilidade, agradecer as palavras do Bloco de Esquerda do PAN e dos Senhores Deputados do Partido Socialista, dos Cidadãos por Lisboa, todos os Deputados que felicitaram a Cidade neste momento, porque eu acho que essas felicitações são mesmo devidas, é um grande momento histórico para a Cidade, mas gostava de dar aqui uma palavra o Partido Comunista porque eu acho, gostava de dar duas palavras, aliás, a primeira era uma palavra de saudação por quem, durante tanto tempo convergiu de quem está na convergência pela melhoria do transporte público na Cidade, porque eu digo, hoje há aqui umas falinhas mansas que se começam a querer instalar na cidade que vem assim um pouco de pantufas, como se aquilo, a ver se passam despercebidos se nós não nos lembramos bem do que é que aconteceu, mas eu lembro-me bem do que é que aconteceu, houve quem tivesse deliberadamente uma política de acabar com o transporte público na Cidade de Lisboa, diminuir a sua importância, acabar com a sua centralidade com um meio, como espinha dorsal da mobilidade. Neste campo, o Partido Comunista esteve do lado oposto e está do lado oposto, defende mais transporte público, melhor transporte público, mais mobilidade servida por transportes. -----

----- Agora o PCP tem acentuado uma diferença que me parece que não tem razão e que eu queria manifestar a minha discordância, o PCP é contra a municipalização da Carris, basicamente por três razões, se eu bem percebo, primeiro porque a municipalização acentua os riscos de descoordenação Metropolitana. Segundo lugar, a municipalização acarreta aos riscos de subfinanciamento do sistema devia ser definido do Estado Central e em terceiro lugar que a municipalização aumentam os riscos de privatização ou concessão do serviço e não da operação direta. -----

----- Eu acho que o PCP não tem razão em nenhum dos três argumentos, nenhum! Primeiro argumento, mas acho que não devem ser debatidos, devem ser debatidos e devem ser respondidos e acho que não tem razão em nenhum e como digo, não ponho a divergência ao nível da convergência, acho que a convergência mais importante do que a forma de divergência, mas acho que não tem razão para o seguinte: primeiro, a desarticulação da área dos instrumentos de mobilidade a nível Metropolitana é uma realidade do presente, é uma realidade com um peso enorme na desestruturação da economia e da qualidade de vida em toda a Área Metropolitana, é algo que eu tenho reputado várias vezes é uma área claramente de falhanço das políticas públicas últimos 40 anos, houve áreas em que nós fomos muito bem-sucedidos nas políticas públicas de

habitação saneamento de água tratamento de resíduos, não fomos nas áreas, explique as mobilidade nas áreas Metropolitanas para mim é claro. Agora esta incapacidade de resolver a questão da mobilidade nas áreas Metropolitanas não resultou do número de entidades envolvidas na sua gestão. Pior, é que se os Senhores Deputados repararem bem em gestão da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto esteve até agora até a legislação 2015 aprovada no Governo anterior, e nesse aspeto bem, mas até à celebração destes entendimentos e depois a legislação que vai dá corpo esteve sempre numa só entidade, o Estado Central. É o Estado Central que geria a Carris, era o Estado Central que geria o Metropolitana, era o Estado Central que geria a CP, era o Estado Central que atribuía as licenças de operação privada em todos os municípios vizinhos. Todos os municípios vizinhos que seja do meu conhecimento, só o Barreiro e que tem transportes públicos geridos pelo município. Todos os outros municípios, as operações privadas que ocorrem nos seus territórios são feitas à revelia das Câmaras, à revelia do Poder Local mas feitas pela coordenação da Administração Central que atribui essas licenças e, por isso, nós tivemos um sistema em que havia uma entidade a mandar em tudo e conseguimos ter um sistema em que há centenas de títulos de bilhética, uma dispersão enorme dos tarifários em que os meios não estão articulados uns com os outros em que os preços são caros, em que houve sub endividamento claro do transporte público pesado dentro da Área Metropolita e temos isto tudo quando isto é coordenado por uma só entidade chamada Estado Central e dizem agora os Senhores Deputados não agora aqui um grande risco de descoordenação Metropolitana com a passagem de isto para a Câmara de Lisboa, não, Senhores Deputados, não há! -----  
----- A operação que está em curso aí tem que dizer bem, na legislação deixada em 2015 foi a passagem dos poderes do Estado para a Área Metropolitana que não tinha. Relativamente à mobilidade que envolva 2 ou mais municípios e a passagem do poder para os municípios para a mobilidade que se relaciona e se desenvolve no seio de um só município. O modelo que foi encontrado e digo, volto a frisar, no Governo anterior, se não tivesse sido, pequeno pormenor, aquela aberração de ter excluído do bom modelo o coração das 2 áreas Metropolitanas do país, que era Lisboa e Porto, fruto da opção de concessão a privados, o modelo que foi definido no Governo anterior é pela primeira vez, o modelo com capacidade para funcionar, porque é por que passou o poder da Administração Central para a Área Metropolitana passou, de facto, esse poder, quem tem o poder de regulação de tarifário estruturação da rede determinação da oferta de escolha se querem um operador direto que se querem contratar prestação de serviços quer em concessionar sequer a fazer o que quer que seja passa a ser dos órgãos de Poder Local seja a nível Metropolitano seja a nível Local, isto é uma inovação no nosso quadro legal, legislativo que eu acho que nós temos que saber aproveitar, temos que saber agarrar e volto a frisar aqui que fazemos este exercício que o total convicção óbvia natural evidente de que quando o poder estiver nas Câmaras Municipais em Lisboa, na Carris e nos Municípios vizinhos, quando eles tiverem o poder para serem eles a determinar como é que querem o sistema de transportes que nós rapidamente vamos dar um impulso melhoria da situação não tenho qualquer dúvida a esse respeito agora, Senhores Deputados, não os quero desafiar, porque, de

certeza que já o fizeram, conversar com os meus colegas Presidentes de Câmara aqui dos Concelhos vizinhos e ver a frustração deles pela forma como o sistema de transportes públicos é gerido na sua cidade por privados em desconsideração que o Poder Local que os populações e orientado tendencialmente para as zonas de maior frequência deixando ao abandono as zonas de serviço público é uma realidade insustentável que resultou disto estar nas mãos da Administração Central e, por isso, Senhores Deputados não tenham medo da descentralização em matéria de mobilidade, não tenho receio disso, a descentralização do poder em matéria de mobilidade vai ser é a grande oportunidade da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Segunda questão, que é a questão do financiamento, Senhores Deputados, a história está toda contra vocês, toda contra vocês, porque se há realidade que marca o sistema de transportes públicos na cidade de Lisboa é o seu subfinanciamento, após e, após o 25 de Abril. Não imediato, houve anos que não, não é igual, não foi todos os anos têm seria uma injustiça histórica estar a dizer isto, mas a verdade é que o que nós tivemos durante uma grande parte deste processo foram 2 realidades profundamente negativas para a Cidade, uma que foi sub financiar as empresas e as empresas acumularam dívida, indesejável inaceitável que isso se repita, segundo a solução foi o Governo anterior que foi dizer “então corte-se o serviço, acabe-se com o transporte público”, acabe-se com a dimensão pública do transporte, mantêm-se as partes lucrativas e, por isso não há necessidade de financiamento adicional. Senhores Deputados, isso aconteceu com disso esteve no Estado agora os resultados dizem assim bom, mas o Estado tem mesmo que o meter dinheiro, Senhores Deputados podem continuar a dizer, mas eu cá prefiro ter autonomia para resolver o problema, decidirmos entre nós, dentro do nosso Orçamento que é que nós mobilizámos organizarmos as nossas receitas, organizarmos as nossas despesas ser os responsáveis pelo serviço, mas temos este instrumento as nossas mãos do ficar simplesmente a reivindicar ao Estado Central “melhora lá isto”, mas isso é o que nós andamos a fazer há 40 anos querem continuar dos 40 assim? A ver se isto melhora de vez? -----

-----Senhores Deputados, não vai melhorar dessa forma, não vai a história, a história, Senhores Deputados eu percebo a dimensão dos ciclos longos da história, Senhores Deputados, se pudermos poupar umas gerações ao desespero e ao mau serviço e às piores condições de vida e a piores condições ambientais, se podermos poupar umas gerações sem comprometer o designo e a visão histórica que é isto manter-se na esfera pública nós conseguiremos prestar um bom um melhor serviço a melhor serviço a todos e isso leva-me direto o terceiro ponto que o receio infundado, na minha opinião, do PCP relativamente à privatização ou concessão do serviço. Senhores Deputados mais uma vez, a história vai contra a vossa opinião e vai contra a vossa posição, em primeiro lugar algo que os Senhores conhecem bem, isto esteve quase onde Senhor Deputado? Na Administração Central, no Estado, se tivesse sido feito um ano antes neste momento nós estava a discutir aqui não o plano estratégico para a melhoria da Carris de transporte público, mas estávamos aqui, eu aqui a dar-nos conta das ações judiciais para impugnarmos o processo da concessão, Senhores Deputados, esta que é a diferença, é que a diferença é que neste momento, é que os Senhores Deputados não

conseguem encontrar áreas de proteção na Administração Central de áreas que não tenham sido sujeitas a privatização ou concessão. Conseguem encontrar poucas áreas nas quais tenha havido essa posição, mas quando vão para a Administração Local não encontram nesta governação, neste 10 anos que passou, nenhuma opção que não tenha sido a valorização do serviço público e deixe-me também fazer aqui um bocadinho justiça à governação anterior aqui do PSD, eu tentei recuperar na história, mas naqueles anos que por aqui passaram eu, aliás, só me recordo, concessão assim nova, só me recordo a concessão de uma área de estacionamento da EMEL não me recordo, aliás, nenhuma aventura maior em matéria de concessão de serviço público, mesmo naqueles tempos, mesmo aqueles, bom, o que eu quero dizer é o seguinte: para mim é claro inequívoco que um governante nacional e o Governo da República nunca vai ser julgado pelo que se passa nos transportes públicos na cidade de Lisboa, mas para mim é muito claro que um Presidente da Câmara e um Executivo Municipal vão ser avaliados pelo que se passa nos transportes públicos na cidade e isso é uma grande mérito, isso é uma grande conquista, é uma grande exigência, mas isso vai fazer com que todas estas escolhas sejam muito mais ponderadas muito debatidas e com que os receios que os Senhores Deputados têm sobre esta matéria me pareçam de todo em todo infundados.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, a Mesa informa que o Senhor Presidente esgotou o seu tempo de resposta e informa também que há dois pedidos de informação de dois Senhores Deputados na sequência da sua intervenção.-----

----- O Senhor Presidente agora como é que quer fazer? Quer pedir se alguém lhe cede tempo? Quer continuar? Quer ouvir primeiro os outros Senhores Deputados? O PNPN cede tempo, os Independentes também cedem tempo, mas eu entretanto aviso que há dois Senhores Deputados que ainda querem falar, portanto, Senhor Presidente tenha isso em conta para gerir as suas respostas. Faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “ Senhora Presidente, gostava só de concluir desta forma: o acordo que nós atingimos é um acordo histórico da resolução do litígio, mas é muito mais histórico pelo que nos vai permitir de gestão de instrumento para a melhoria da qualidade de todos na cidade e abraçamos este desafio sem medo, sem medo, com confiança e sem medo, é exigente? É de uma grande exigência, vai ser vai mobilizar as energias e deste Executivo, do Executivo seguinte dos próximos Executivos a conseguir internalizar uma operação deste desta dimensão, mas também vos digo, nós partimos para este exercício com uma grande confiança, porque nós não só temos provas de que sabemos gerir bem, temos as provas por essa Europa fora que este é, aliás, um modelo adequado, não há nenhuma razão para que não consigamos vencer o desafio e há uma coisa que nos anima é a profunda convicção que numa visão do futuro da cidade de Lisboa, nós precisamos de ter mais e melhor transporte público e isso até agora, ninguém conseguiu ter melhor que nós! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Rocha (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, em breves linhas há 3 coisas que eu gostaria que ficassem, embora saiba que a palavra final é sua e por conseguinte, tenho essa limitação. -----

----- A primeira é que falou de história e de comparação, então vamos lá falar de História, há pouco falou de realidades de há 20 ou 30 anos bom, nessa altura, Lisboa tinha 800 mil habitantes, agora tem 500 mil. Nós quando falamos de transportes, não podemos, de maneira nenhuma, em circunstância alguma deixar de falar com de uma questão de população, Lisboa tinha 800 mil agora tem 500 mil pessoas, as pessoas têm saído. -----

----- Depois por comparação por comparação já que vamos comparar há poucas cidades na Europa que tenham tido uma lei de congelamento de rendas que tivessem a colocado parque habitacional, e nós tivemos, no estado em que este ficou, e portanto, Lisboa não tem só um problema de transportes e todos sabemos que estamos aqui, que os transportes são para os habitantes em Lisboa tem uma determinada realidade e a realidade de Lisboa é tão complicada quanto isto: atualmente da minha caixa de correio não ponham a casas para vender, põem prédios inteiros para reabilitar e isto também aconteceu, porque a Lisboa com este mandato desta António Costa em 2013, os números são oficiais foram vendidos 500 milhões em património, quando se injeta num determinado mercado 500 milhões seja lá do que for, de droga, de armas ou de casas, o mercado altera-se! -----

----- Não leve as mãos à cabeça, porque os números são oficiais, o património foi vendido, o mercado habitacional em Lisboa e não só eu só que o digo, os Partidos com assento nesta Assembleia também o dizem, encontra-se altamente pervertido, nós estamos com um problema grave de habitação em Lisboa! Temos a habitação social que todos os dias aqui em Reunião que nos motiva, é um problema, ainda hoje foi, as classes médias e médias baixas em Lisboa não conseguem viver e a verdade é que se vende muito sim para chineses, para russos, para franceses, pouco para lisboetas. É claro que nós temos um problema nos transportes desde logo, porque temos um problema nos habitantes se quer falado de história e de comparação, vamos lá então falar de história e de comparação. -----

----- Em segundo lugar e eu lamento dizer isto, mas em Lisboa passou-se aqui uma coisa um bocadinho estranha e que é quando se apresenta um programa de governo da cidade, as prioridades alteram-se e nós já tivemos aqui paixões assolapadas e debate uns atrás dos outros sob a 2ª Circular, morre. -----

----- Depois é a Feira Popular, não há interessados, e agora de repente é a Carris! Com o devido respeito e é com imenso respeito em relação à Carris, dá um bocadinho a minha ideia de que é um bocadinho uma manobra de diversão. Quando nós vemos uma manobra de ilusionismo dizem-nos para olhar para um lado, enquanto o truque é feito outro lado, eu compreendo que, daqui até às eleições, nós só vamos falar da Carris e

ouvir falar da Carris, mas eu posso fazer como o líder do PCP histórico, Álvaro Cunhal, fazia que é: fazem-lhe as perguntas que quiserem, ele também respondia àquilo que queria e, portanto, o senhor Presidente pode falar da Carris, eu posso falar de outras coisas!-----

----- Por último Senhor Presidente e já sei que vai falar a seguir a mim e gostava que me desse uma resposta séria também sobre o assunto igualmente sério e que é austeridade e défice, porque isto é tudo muito engraçado, mas quando a Troika chegou com aquela com aquelas 30 folhinhas uma coisa que dizia é que um dos problemas graves do País era a dívida dos transportes, o Senhor lembra-se disso, não foi? E eles virão que havia ali um problema e muita dívida oculta e aquilo que a Troika disse foi que queria que a situação fosse mudada e os Senhores falam muito em reversão, mas dia sim, dia não, aparecem na televisão muito contentes por continuam a aplicar austeridade e querem cumprir o défice. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bom em relação ao Álvaro Cunhal só posso dizer que ele a certa, em relação a ele, só posso dizer que ela a certa altura falou de folhas secas, que não prestam! E é o que acontece com aquilo que foram as vossas políticas só que vocês esqueceram-se, PSD e CDS das políticas que fizeram na habitação em Lisboa, da lei das rendas, da expulsão de muitas famílias as suas casas! É bom que tenham consciência disso!-----

----- Nós falamos aqui de questões muito sérias, a começar pela chamada de atenção, porque isto da Carris, não é uma questão isolada e eu peço a atenção do Senhor Presidente da Câmara, porque vale a pena ponderar a esta questão, tem a ver com a regionalização, Senhor Presidente que nunca foi levada a cabo, porque, obviamente, os poderes que estiveram nos governos, não quiseram!-----

----- E se lhe disser que, por exemplo, em Trás-os-Montes, a minha experiência de Autarca, durante 9 anos em cada ano que nós apresentámos Moções contra a não aplicação pelos Governos da Lei das Finanças Locais, que aplicavam ao nível de 6 ou 7% na descentralização das dotações quando a Lei mandava aplicar 18% e havia votações na totalidade por unanimidade, por exemplo na minha Assembleia onde o PSD tinha 25 eleitos e nós éramos apenas 2, eles votavam por unanimidade essa Moção contra a não aplicação da Finanças Locais. -----

----- Isto leva-nos ao problema da regionalização enquanto que na Europa há países em que o Orçamento de Estado é dividido a nível de 70% ou mais pelas regiões, em Portugal qual é a dotação que entregue, digamos, ao Poder Local, àquilo que não existe, que são as sub-regiões? É muito baixo e, portanto, o primeiro passo era avançar no sentido do equilíbrio das coisas a nível também obviamente da área Metropolitana, como é o motor importante da economia e da nossa vida em Portugal, e isso não se fez e, portanto, o que está a acontecer é que se isola e Carris numa situação em que a situação tem a ver com a Área Metropolitana toda, desde logo na questão do emprego concentrado em Lisboa, que faz com que centenas de milhares de pessoas venham todos os dias enchem Lisboa com o dobro da população e nisto não se mexe, que é a

reorganização do aparelho produtivo e do emprego na Área Metropolitana de Lisboa, aí ninguém toca!-----

----- E, portanto, Senhor Presidente da Câmara, vou-lhe fazer esta pergunta sem ironia, muito claramente, o Senhor Presidente pensa que vai ficar como Presidente da Câmara para toda a vida? Não se sabe o que vem! Não se sabe o que vem e amanhã ou depois se não tratarmos hoje, hoje, esta questão a sério, se não soubermos enlaçar a Área Metropolitana neste desafio tremendo que é, de facto, a reorganização dos transportes, se se deixar e se se acentuar esta vertente de cada Município isolado resolve e decide, é o pior caminho para resolver este problema que é Metropolitano, ou seja, o que é necessária unir forças e, desde logo em relação à Carris, Senhor Presidente da Câmara é preciso trabalhar com o Município de Loures, com o Município da Amadora, com outros Municípios no sentido, com Almada inclusive, com o Barreiro e com o Seixal, para criar condições para que não aconteça aquilo que todos nós observamos, aqueles que atravessamos a Ponte, ou as Pontes, ou que passamos no barco, que são milhares e milhares e milhares de criaturas estouradas já de virem de Autocarro, depois apanhou o Metropolitana e depois para apanham o Barco e depois chegam a Lisboa, ao centro de Lisboa e chegam aos empregos já bastante desgastado. -----

----- Isto é contrário a uma visão séria da economia, é disto que nós falamos e, portanto, o que é preciso e retenho as palavras do Senhor Presidente da Câmara nesta perspetiva, é preciso discutir e, desde logo o Senhor Presidente da Câmara poderia ter discutido com a Câmara Municipal, com a Assembleia Municipal, esta questão da assunção ou não desta transe de passagem da Carris para Lisboa, vai ter que discutir, vai discutir e vamos discutir, mas já foi assinado um protocolo e é um mau passo e, por isso, a reação negativa, obviamente, no meu Camarada Presidente da Câmara de Loures, tem os problemas que têm muito sérios!-----

----- Então, é preciso partir para a criação de enlaces e resoluções, problema do estacionamento, a ligação às carreiras da Carris a ligação ao Metropolitano, etc., etc., dissuadir os carros imensos que vêm, de facto, a cidade de Lisboa, mas isso tem medidas são articuladas, não podem ser isoladas a nível do Município. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado. Senhores Deputados, Senhora Deputada Sofia Vala, eu acho que a segunda vez ainda é pior que a primeira! Senhora Deputada, não há, não acerta uma! Senhora Deputada a sua tese, se eu bem a entendi, não quero entender mal das suas palavras, de que nós verdadeiramente não precisamos de mais transporte público, porque temos menos população residente, desculpe que diga, é precisamente a inversão de toda a lógica com que nós temos funcionar! É todo, aliás, um projeto político que a Senhora Deputada revela. -----

----- Senhora Deputada a dinâmica negativa que a cidade teve em matéria populacional e a dinâmica negativa que nós temos em matéria de mobilidade que ela ser feita fundamentalmente com recurso ao transporte individual, a Senhora Deputada não lhe assiste nada que se calhar alguma coisa disto tem a ver como nós termos péssimos



transportes públicos da Área Metropolitana? A Senhora Deputada não lhe assiste nada que se calhar para invertermos a dinâmica populacional, invertermos a dinâmica da mobilidade, assente no transporte individual, que se calhar, nós precisaríamos de investir no transporte público? Não lhe assiste que se calhar se olharmos para os exemplos das outras Cidades por todo o Mundo tinha relevância? Faz sentido? Oh Senhora Deputada queria-lhe dizer que o desenvolvimento de uma Área Metropolitana, que é feita com a saída da população residente para os extremos da Área Metropolitana, com a manutenção do emprego no centro da Área Metropolitana e um padrão de mobilidade, assente no transporte individual, é um modelo está esgotado e incapaz de ser sustentável no futuro!-----

---- E é por isso, aliás, que toda a política da Câmara se orienta em contrabalançar este modelo e várias políticas concorrem para reverter este modelo, para termos um modelo em que tenhamos mais população residente, mais emprego e mais mobilidade por modos suaves e por transporte público. Senhora Deputada, é o lema, a palavra-chave dos programas da governação da Cidade e para isso concorrem as políticas de urbanismo, sim, para isso concorrem as políticas de qualidade espaços verdes, sim, para isso concorrem as políticas de habitação, sim, e por isso concorrem claramente que as políticas de mobilidade e transporte público. -----

----- A lógica da Senhora Deputada, que é: “Bom, nós já não temos população residente, então não precisamos de ter transporte público! Oh Senhora Deputada, eu conheço bem essa lógica, é a mesma lógica de quem não queria ter transporte público! Senhora Deputada, mas há uma realidade, é que todos os dias entram na cidade de Lisboa 600 mil pessoas que vir trabalhar, 600 mil pessoas para vir trabalhar e essas pessoas ou têm um sistema de transporte público moderno, eficaz, coerente a funcionar virão pelo transporte individual! -----

----- Senhora Deputada, há aqui um facto que os Senhores Deputados do PSD, enquanto estiver nas políticas há 30 anos atrás será incapaz de ter uma visão sobre o futuro da Cidade, eu vou dar, deixe-me dizer-lhe o seguinte: nós temos debatido muito, os Senhores Deputados têm colocado muita ênfase na crítica política aos problemas da mobilidade causada pelas obras da Cidade. Estão no seu direito, escolhem aquilo que falam e, como falam, rudo bem! A questão das obras é um impacto transitório sobre a vida na cidade, o que a Senhora Deputada não sei se já se apercebeu é que fruto da melhoria da situação económica da Cidade, do turismo, do comércio e dos serviços todos os dias estão a entrar na cidade mais de 15 mil automóveis que entram há 2 anos atrás, 15 mil automóveis a mais!-----

----- Se a Senhora Deputada não tem noção de que isto significa eu traduzo, 15 mil automóveis a mais é uma fila de 75 quiló Metropolitanas lineares, significaria que nós precisaríamos de 4 faixas de rodagem entre Algés e a Expo para parquear esses automóveis! Isto não é o número total de carros, Senhora Deputada, vou voltar a repetir, é o adicional só porque a economia melhorou e estamos abaixo dos números que tínhamos antes da crise de 2008. Significa que este modelo, que nós hoje temos, de mobilidade, de vida na periferia, habitação na periferia, emprego no centro e mobilidade em transporte individual não tem qualquer sustentabilidade e na parte desta

equação achar que nós podemos dispensar o transporte público e querer destruir o transporte público, enquanto tal, enquanto espinha dorsal do sistema de mobilidade, Senhora Deputada é um erro que não tem nome na política urbana, não tem um nome na política urbana e, por isso, eu sei que vou ver a Senhora Deputada e os Colegas de Partido da Senhora Deputada, e os Colegas de Partido dos Partidos à direita, a rasgarem as vestes em frente às estações de Metropolitana, em frente aos autocarros da Carris: “Não funciona! Não vem a horas, etc., etc.”, e de cada vez que quiserem e se podem ter a certeza que eu vos vou lembrar “Vocês fizeram uma política que tirão 100 milhões de passageiros no transporte público, 100 milhões de passageiros transporte público”, porque eu sei o que é que vocês vão fazer nesta campanha, sei bem aliás o que é que fazem, porque não têm, aliás, nenhuma preocupação com a vossa coerência, a Senhora Deputada, justiça lhe seja feita, tem sido muito coerente com a sua linha, acho que é uma linha totalmente errada para o futuro da Cidade, divirjo dela por completo, mas é muito coerente! -----

----- Tenho a certeza que essa coerência não se vai manter durante muito tempo, não tenho nenhuma ilusão sobre isso e vou dizer isso, quando a Senhora Deputada dia “Nós vamos falar da Carris até à campanha eleitoral”, Senhora Deputada, vamos falar daqui, na campanha eleitoral, depois da campanha e por muitos e muitos anos, porque gerirmos bem a Carris e mudarmos o panorama da mobilidade na Cidade é uma prioridade absolutamente central para o nosso futuro!-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro ainda sobre a questão da Carris. Senhor Deputado, nós podemos debater a questão da regionalização, podemos ter esse debate conceptual sobre a organização do Estado Português, eu acho que todos nós que nos empenhamos funções públicas, temos que compatibilizar o que é uma visão de longo prazo, programática, estratégica até, conceptual sobre organização com aquilo que são as oportunidades de melhoria das condições de vida concretas em cada em cada plano, em cada momento histórico se colocam. Senhor Deputado, eu não sei se o País alguma vez vai ser a regionalização concretizada e o Senhor Deputado também não sabe, agora digo-lhe uma coisa, eu enquanto Dirigente Político não vou ancorar as minhas esperanças do desenvolvimento do País nessa concretização desse sucesso de regionalização, o Senhor Deputado vai fazê-lo? Vai pôr à espera e dizer: “Nós não faremos mais nada à espera que isso aconteça!” Não, não vai, então temos de forma mais pragmática, como diriam também vozes próximas, com pequenos passos no sentido no sentido correto em irmos avançando na direção. -----

----- Senhor Deputado, eu acho que a análise que fazem enferma de um erro que é um erro, que é o erro que o Senhor Deputado disse, deixar cada Município a resolver por si! Senhor Deputado, não é esse o problema que nós estamos confrontados, o problema com que nós estamos confrontados é que nenhum Município tem poder para resolver nada! Senhores Deputados, o problema hoje é que em 40 anos, é que é bom de vermos qual é o ponto do debate, os Senhores Deputados estão a pôr o debate a Carris, da municipalização versos a propriedade e a gestão Metropolitana da Carris, do sistema de transportes, Senhores Deputados não é esse o debate, o debate é o debate entre os Municípios poderem falar ou os Municípios não falarem nada e os Municípios até

agora não falam nada, nem Lisboa falava nada, nem Loures fala nada, nem Cascais fala nada, nem Amadora nem Odivelas, ninguém fala nada! Com a exceção do Barreiro, que tem transportes próprios, nenhum Município tinha uma palavra a dizer sobre as licenças que operavam nos seus Municípios, os Senhores Deputados ouviram o Senhor Presidente António Costa dizer como relatar aqui as relações da Carris, que passavam-se anos que a Carris não prestava contas do ponto de vista da sua operação, com o financiamento totalmente dependente do Orçamento de Estado com a tutela dependente de um Membro do Governo que com franqueza e seriam todos bem-intencionados, não discuto isso, mas que obviamente a sua preocupação e a sua ligação com o bem-estar e com mobilidade e com e com a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa não era propriamente o seu, a sua preocupação diária e quotidiana diz que acordavam até que se deitavam, a nossa é! E por isso o que eu vos quero transmitir é que a grande chave de desenlace desta equação é o poder passar do Estado para as Autarquias sejam elas Metropolitanas, sejam elas Câmaras Municipais e isso está hoje concretizado na legislação e a peça que faltava era da Carris que agora vai ser concretizada e, por isso, como é evidente que nós agora temos os instrumentos para nos entendermos, porque Senhor Deputado, qual era a dificuldade de falar com o Presidente Bernardino de Loures? Sabe qual é? É nós podíamos mandar muitos palpites, mas nenhum de nós mandava nada, eu não tinha nada a dizer sobre Carris e o Senhor Presidente Bernardino não tinha nada a dizer sobre os operadores privados que lá operam, nem tinha nada a dizer sobre as linhas da Carris que lá iam, não tinha nada a dizer sobre o Metro que era decidido na Estação Central e nenhum de nós tinha nada a dizer sobre transporte de autocarro, que era o mais capilar, por isso nós conversas podíamos ter muitas, não tínhamos era poder para resolver nada! -----

----- Nós não podíamos resolver coisa alguma, agora o Presidente Bernardino vai ter poder para decidir e a Câmara de Lisboa vai ter poder para decidir e, obviamente que nós com poder para decidir, obviamente, confrontados com uma realidade em que os nossos desafios são convergentes os Municípios em si vão-se entender e vamos encontrar as melhores soluções, não tenho nenhuma dúvida! Há um mérito! Volto a frisar Senhor Deputado, não há solução para a mobilidade que não seja uma solução de uma visão integrada a nível Metropolitano, não há, isso implica a coordenação de vários atores e de vários agentes e de vários meios de mobilidade, implica sempre o diálogo que a coordenação entre os Municípios e não se resume à titularidade de uma companhia estar num sítio ou noutra, ou melhor, há um sítio em todos nós já tínhamos que saber melhor que não funcionou, que foi no Estado e na Administração Central e Senhores Deputados, quando tivermos esse poder.... E o financiamento Senhora Deputada, e o financiamento, e o financiamento eu aí digo que é uma das uma das questões de bem-feitas do quadro legal, é colocar a responsabilidade, o poder e a responsabilidade dos Municípios, é positivo! Senhor Deputado, pormos a responsabilidade sem o financiamento é fazer de nós responsáveis perante as populações por um serviço que nós não temos condições para o prestar, nós aqui vamos ter que fazer escolhas, vai ser exigente, mas é uma questão entrou na política Municipal decidir que transportes públicos nós, nós queremos. -----

----- Senhores Deputados, eu gostava também de passar ainda sobre outros temas. São algumas questões que foram aqui, foram aqui levantadas. Senhora Deputada Sofia Vala, a Senhora Deputada deve estar sobre as questões do património convém que saiba ler os números, porque as vendas de património atingiram esse montante com 274 milhões da venda dos terrenos do Aeroporto, foram 500 milhões, mas 274 foram venda de um terreno do Aeroporto, convém não esquecer. Senhora Deputada, cujo acordo com o Estado implicou que toda a receita obtida da venda do património foi para a redução da dívida Municipal, feito aliás quando era Ministro das Finanças o Ministro Vítor Gaspar, dos 500 milhões que a Senhora Deputada diz que impactam o mercado, que estão a estragar o mercado, que estão a condicionar o mercado, nem se percebe bem em que sentido, porque se nós tivéssemos a vender, tanto assim, a dinâmica eras para os preços caírem e não para os preços subirem, bom, lá veremos qual é a lógica, mas é que a verdade é que metade dos 500 milhões, foram da venda dos terrenos do Aeroporto, o que é que significa? Significa que se a Senhora Deputada ficar com o restante, verá que, ao longo do mandato, o volume de vendas e o volume de aquisições é relativamente próximo um do outro, porque a Senhora Deputada fala das vendas, mas eu não lhe posso garantir a ano, mas posso-lhe garantir uma coisa, no último ano, seguramente, houve muito mais aquisições de património do que houve alienações de património e, no montante global dos Mandatos de 2009 até cá, o volume de vendas e de e de compras é relativamente semelhante, tirando os terrenos do Aeroporto. -----

----- Isto é, se excluirmos os terrenos do Aeroporto que, aliás, não tiveram nenhum impacto no imobiliário da cidade, porque se destinaram a regularizar uma situação patrimonial na privatização da empresa. Se falarmos daquilo que tem impacto no mercado, se falarmos do património da Câmara e do património mercado, a Câmara foi uma, foi uma entidade ativa na gestão do seu património, e bem, como lhe compete, mas o saldo entre as aquisições e as vendas relativamente equivale-se, por isso a tese que a Senhora Deputada está à procura, que já vi propalada, que é “vendem o património para fazer obras e estamos a delapidar o balanço da Câmara Municipal” é pura e simplesmente falsa, não tem a ver com os números, não tem a ver com os dados, se quer uma descoberta eu, aliás, faço-lhe o trabalho por si, se quer ver mesmo sítio de onde a receita está a vir do ponto de vista de excedente é o IMT, é onde essa receita e esse acréscimo se gera....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente, a Mesa vai-lhe pedir o seu poder de síntese, nós temos uma Ordem de Trabalhos bastante carregada, o Senhor Presidente tem mais tempo se precisar, que o PS cede, mas eu gostaria que não terminássemos a Sessão de hoje sem ver pelo menos as propostas das Empresas Municipais, são contratos-programa que têm que ir ao Tribunal de Contas, hoje é dia 6, se nós não aprovamos isto hoje prejudicamos as Empresas Municipais todas, portanto, eu queria pedir um esforço a todos e também ao Senhor Presidente para conseguimos, pelo menos votar as propostas das Empresas Municipais.-----

----- Peço desculpa Senhor Presidente, mas, de facto, há aqui *timings* em dezembro que nós temos que cumprir.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, põe-me perante uma escolha dolorosa entre o futuro das Empresas Municipais e o meu ânimo e a minha vontade em responder aos Senhores Deputados, mas cumprirei com abnegação em favor das Empresas e da boa governação da Cidade e guardarei para o futuro, e guardarei para o futuro, os meus comentários adicionais. -----

----- Senhores Deputados se não me levarem a mal, deixarei depois para uma futura ocasião a resposta às várias questões que colocam, gostava só de responder a uma questão foi colocada sobre a questão do empréstimo quadro do BEI para dizer o seguinte: era preciso vir Sua Alteza Real o Rei de Espanha para vir iluminar os espíritos da nossa direita que ainda não perceberam a importância daquele empréstimo-quadro. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, de qualquer maneira Senhores Deputados nós temos a Proposta sobre o Financiamento BEI para ser apreciada provavelmente não chegaremos lá hoje, mas é um assunto a que voltaremos e nessa altura, a Câmara terá oportunidade de desenvolver melhor a sua argumentação.-----

----- Vamos então entrar no Ponto 2 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS SEGUINTEs, RELATIVAS AOS NOVOS CONTRATOS PROGRAMA OU ADITAMENTOS, A CONTRATOS PROGRAMA JÁ CELEBRADO COM EMPRESAS MUNICIPAIS**; 3x grelha base: 1h 42 m;-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “ É a apreciação conjunta dos contratos-programa da com a GEBALIS, com a EGAC e com a SRU Ocidental e, portanto, eu queria, isto foi colocado numa apreciação conjunta, portanto, queria perguntar à Câmara se quer fazer a apresentação das propostas? O Senhor Presidente da Câmara ou a Senhor Vereador João Paulo Saraiva pergunto se querem fazer a apresentação das propostas... O Senhor Deputado Modesto Navarro quer-se inscrever ainda para o ponto anterior ou passará já para o próximo? Para o próximo! Muito bem. -----

-----Então o Senhor Vereador João Paulo Saraiva prescinde da apresentação, aliás, isto são propostas conjuntas do Senhor Vereador João Paulo Saraiva com os Vereadores dos respetivos pelouros, temos Pareceres e há um Parecer da 1ª. e da 3ª. Comissão sobre a proposta da GEBALIS e também da 1ª. e da 3ª. Comissão sobre as propostas relacionadas com a SRU, pergunto à Senhora Presidente Irene Lopes, que foi a Relatora destes três Pareceres se quer apresentar os pareceres? A Senhora Deputada Relatora prescinde.-----

----- Sendo assim vamos entrar já na discussão, poderão falar de cada proposta em separado ou poderá falar sobre todas, com atenderem, porque o agendamento foi feito em conjunto de todas as quatro Propostas. -----

----- A palavra é já do Senhor Deputado Modesto Navarro que foi o primeiro a inscrever-se.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. Vou falar sobre a SRU Ocidental, falar sobre a EGEAC e sobre a GEBALIS. -----

----- Sobre a SRU Ocidental, que agora é Oriental ou Central ou assim-assim ou todopoderosa. O PCP esteve contra a criação das três SRU. Duas já faleceram, outra vive enquanto a Câmara Municipal definha e se esvazia das suas responsabilidades. Quem devia fazer esse trabalho da SRU e outros, não faz. A democracia do Poder Local do PS é o Executivo, na sua amplitude de forças políticas, não é só PS e os Cidadãos Por Lisboa, é o Executivo na sua amplitude de forças políticas não tomar conhecimento e não decidir, a tempo, nas suas obrigações e direitos. -----

----- Fique lá a SRU em paz, a andar de bicicleta com o Vereador Sá Fernandes atrás, mais a Torre do Galo do Largo da Memória, referida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Estou a falar do que se disse na Câmara na discussão destas matérias. -----

----- Nós votaremos contra esta forma de estar e agir da Câmara. Reconhecemos que há trabalho a assinalar, mas a nossa questão é de fundo sobre a democracia e suas leis que todos devemos reconhecer e fortalecer na prática. -----

----- Quanto a EGEAC no contrato-programa para 2013 e na realidade aquilo que já se chama empresa Cinema São Jorge ou empresa Teatro Maria Matos, das empresas tal e tal e tal, mais parece um Estado dentro do Estado são tudo empresas e potências de negócio florescente. -----

----- Temos a valorização do património, as bilheteiras e o rendimento do Castelo de São Jorge, 2 milhões de euros, 300 mil euros do Padrão dos Descobrimentos, 200 mil euros nos novos museus já são de outros tempos mais culturais para a população da cidade. Temos os jargões valorização dos espaços, dinamização das lojas dos museus, a grandeza do turismo, o desenvolvimento de novos públicos. Não se trata de novos públicos, trata-se é de criar condições para as pessoas poderem fruir na cidade, todos fruir e criar cultura assim! O problema é, de facto, que se não é negócio e mais negócio, parece.-----

----- Atenção a este caminho, recomendamos atenção à Câmara e à Assembleia Municipal em relação a esta matéria do negócio na esfera da cultura, é a mercantilização e é a destruição daquilo que é essencial na cultura, que é o processo de humanização do ser humano e da transformação da nossa vida, mas temos boas notícias! O Teatro Maria Matos vai fazer trabalho ao longo do ano na zona de Chelas, oxalá! Devia dizer Marvila, para não ofender aqui o seu Presidente da Junta, mas é Chelas, é o que lá está escrito, e teremos a Carmina Burana com a Orquestra Gulbenkian, no Vale do Silêncio, nos Olivais.-----

----- Esperemos por mais sinais. O contrato-programa é de 10 milhões, a receita e 26 milhões, é o que conseguimos apurar com bilheteiras e patrocínios, o Pelouro da Cultura e o Executivo da Câmara irão apreciar as Marchas em Junho e saberão, de longe em longe, o que se vai passando, porque quem faz e quem manda é a EGEAC.----

----- Mas ficam tantos vazios na cidade, tanto a população sem acesso e, sobretudo, sem práticas culturais, que só um trabalho em profundidade dos Eleitos e Serviços da Câmara com as Associações Locais, com os Bairros e Freguesias poderia levar a cabo e que poderá acontecer, basta imaginação, ir para o terreno e uma divisão ou serviço de ligação com as estruturas culturais existentes e que não têm apoio e, apesar de tudo têm práticas e resistem, já houve noutros tempos essa estrutura, mas não há, que alguém se ilumine e o bom senso possa aparecer nesta Câmara Municipal. -----

----- Esperemos os caminhos que tardam para a cultura da fruição e da criação democratizadas em Lisboa. -----

----- Entremos agora na porta da GEBALIS, vamos votar favoravelmente esta proposta. Há uma degradação do parque edificado ao longo dos anos, ao que parece enfrentada, isto é, a ver vamos, e há por exemplo um lote em Marvila, o 561 na Avenida de João Paulo II, aqui lembrado e discutido em 2015, visitado por nós e por quem quis, a convite dos moradores que estava em situação penosa e em perigo para os habitantes e para os passantes nas ruas envolventes. Foi apresentada uma Petição pelos moradores discutida na Assembleia Municipal, o PCP apresentou um Requerimento à Câmara em 30-05-2015 sobre esta questão, nessa altura, a Senhora Vereadora Paula Marques declarou que o estudo e o projeto estavam em andamento e que as urgentes obras de reabilitação e requalificação teriam início em Junho de 2016, não tiveram. -----

----- Para quando Senhora Vereadora essa ação para resolver os problemas das pessoas no lote 561, e noutros, ao mesmo tempo que tratam da cobrança de rendas e de outras situações também importante? Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Eu há bocado quando perguntei à Senhora Deputada Irene Lopes se queria apresentar os Pareceres, a Senhora Deputada é autora de três Pareceres, mas ainda há um quarto Parecer que é o Parecer sobre o Contrato-Programa com a EGEAC, que é da autoria do Senhor Deputado Pedro Cegonho, eu tenho de perguntar se o autor quer apresentar o Parecer? Prescinde de apresentar o Parecer, portanto, eles foram apresentados em tempo toda a gente tem acesso através do *site* e vamos prosseguir com os Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Rocha (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Ora relativamente a estas propostas que dizem respeito às empresas GEBALIS, SRU e EGEAC o PSD tem algumas coisas a dizer, como sejam, que relativamente à GEBALIS aquilo que tinha sido contratado, o Contrato-Programa aquilo que referia era um contrato a ser executado de 25 milhões, para ser executado dentro de 2015/2017, com os gastos a dividir-se desta forma: em 2015 quase 4 milhões de euros, para 2016

estavam previstos um gasto de 10 milhões e meio de euros e para 2017 eram 10 milhões e meio, sensivelmente, arredondando. -----

----- Aquilo que esta proposta traz é uma coisa completamente diferente, diz que os gastos são os mesmos de 25 milhões, diz que houve umas dificuldades e uns chumbos do Tribunal de Contas, mas aquilo que vem a suceder a uma coisa completamente diferente, em 2016 em vez de se gastarem 10 milhões e meio de euros vêm-se a gastar 3 milhões. Em 2017, 12 milhões e em 2018 são 7 milhões, ou seja, aquilo que estava perspectivado para a GEBALIS gastar, que era um género de gasto progressivo em escadinha, de repente começa a ser gastos com altos e baixos, sendo que um alto é o ano das eleições e todos os outros são baixos. -----

----- Portanto, em relação a isto o PSD, como é óbvio, vai abster-se em relação a esta Proposta, porque isto, há pouco o Senhor Presidente da Câmara, que tem um pequeno defeito, quando se exalta deixa de usar substantivos e argumentos sólidos e começa a invetivar as pessoas, é um problema de estilo e começou a dizer o nome e a Senhora assiste-lhe e tal, enfim, não é uma linguagem que eu goste e não a pratico com ninguém, tento ir procurar argumentos que sejam inteligentes e válidos antes de chamar nomes às pessoas, mas ele perguntou-me se eu sabia o nome de qualquer coisa, não é muito elegante a eu não quero fazer, enfim, a mesma figura mas isto de se pôr o gasto todo em 2017, gastar 12 milhões tudo em 2017, isto por acaso tem um nome e é o mais despidorada eleitoralismo. -----

----- Em relação à Proposta da SRU, “mutatis mutandis” é mais ou menos a mesma coisa, o Contrato-Programa também era entre 2015 e 2017, é todo alterado, passa a ser de 2016 até 2018, os Senhores não se assustem porque este caso ainda é mais grave! Em 2016, o que está previsto são 2 milhões, sendo que para 2017 são 18 milhões, portanto, isto é uma questão que fazemos contas e dá-se este caso extraordinária da GEBALIS ir gastar mais em 2017 do que todos os outros anos e com a SRU segue o mesmo caminho. -----

----- Novamente, o PSD vai abster-se, mas com esta indicação, para além do eleitoralismo, só o faz para benefício das populações e, aliás, se estas Propostas passarem aqui hoje eu acho que todos os partidos políticos podem ir para os Bairros ou para a reabilitação a dizer que tem conhecimento e deram o seu apoio a isto para que as pessoas não fiquem prejudicadas, mas, obviamente que é de eleitoralismo que estamos a ficar a falar, não é mais nada! -----

----- Relativamente à EGEAC e por comparação com uma Proposta do Fundo da Repartição de Encargos do Fundo de Desenvolvimento Turístico, eu não posso deixar de comparar a lista das entidades e das atividades que fica num lado e noutro e os Senhores têm convosco a lista, se nós olharmos para a lista do que é a EGEAC e depois para a lista do que é o Fundo de Desenvolvimento Turístico, meus Senhores apetece dizer que a carne do lombo fica para o Fundo de Desenvolvimento Turístico e a EGEAC fica com os ossos. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Vamos prosseguir, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, se algum Senhor Deputado quiser usar da palavra agradeço que sinalizem à Mesa para gerimos o tempo o melhor possível. A Senhora Deputada Irene Lopes está-se a inscrever. Muito bem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde de novo Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

----- Sobre os Contratos Programa com as Empresas Municipais de Lisboa para 2017, “Os Verdes” gostariam de destacar algumas questões. -----

----- Estas Empresas Municipais, tanto a EMEL, como a GEBALIS e a Lisboa Ocidental SRU, preveem, em princípio, vir a conseguir resultados positivos, de acordo com os seus Planos de Atividades e Orçamentos para 2017. -----

----- Quanto à Proposta nº 541/2016 - Contrato-programa celebrado com a GEBALIS. --

----- No caso da GEBALIS (Empresa de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa), a Proposta nº 541/2016 prevê, para o período de 2015 a 2018, a realização de um conjunto de reabilitações em edifícios de habitação municipal e frações devolutas, que totalizam um custo global de 25 milhões euros. -----

----- O ano passado, a empresa apontava para um resultado positivo de 153 mil euros para 2016, estimando-se agora, para 2017, rendimentos e ganhos a rondar os 30 milhões e um resultado líquido, mais contido, na ordem dos 18 mil euros. -----

----- Entretanto, já o ano passado se anunciara uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de 2020, em complemento dos cerca de 40% das receitas da empresa resultantes dos subsídios à exploração provenientes dos contratos-programa rubricados com a Câmara, pelo que gostaríamos de conhecer o ponto de situação desta candidatura. -----

----- Também, Senhora Vereadora, no anexo da proposta, são listados os bairros onde a intervenção se encontra prevista e constatamos que, apesar de vir referida a zona da Alta de Lisboa (e deveria usar-se a expressão correta Alto do Lumiar), não conseguimos identificar se já estão ou não contemplados os degradados edifícios das Ruas Maria Albertina e Maria Margarida, no Bairro da Cruz Vermelha. E, se estão, gostaríamos de saber se foi equacionada a demolição das habitações mais problemáticas, como se fez no Bairro Padre Cruz, qual o custo e o financiamento previstos, e para quando a prometida apresentação do projeto aos moradores. -----

----- A Proposta nº 598/2016 - Contrato-programa a celebrar com a EGEAC. -----

----- No caso da EGEAC e da Proposta nº 598/2016, continuamos a destacar um progressivo esvaziamento do pelouro da Cultura, com a transferência de espaços entre a Câmara e a empresa. Em 2017, a EGEAC, terá sob sua gestão direta 15 equipamentos com atividades permanentes, para além de um conjunto de núcleos museológicos e teatros concessionados, bem como a programação em espaço público. -----

----- Ao contrário da apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional efetuada no ano transato, onde as vendas e prestações não cobriam pelo menos 50% dos gastos

totais, estima-se, para o próximo ano, que tanto os valores dos resultados operacionais, como do resultado líquido, permitam um equilíbrio quase milimétrico das contas.-----

----- O Contrato Programa para 2017 será de 10 milhões de euros, ou seja, mais 1,4 milhões que em 2016. A situação financeira da empresa aponta agora para um resultado nulo, com um orçamento global de 27 milhões de euros, sendo relevante salientar um aumento de receita de 3,8 milhões de euros, oriunda, sobretudo, de receitas próprias.-----

----- No que diz respeito aos gastos e à diferença na variação entre os orçamentos de 2006/2017, existirão 1,9 milhões de euros, referente em grande parte aos novos museus, a que se juntam mais de 300 mil euros em conservação e reparação, somando ao investimento de 1,2 milhões de euros que se prevê fazer. E existe um rendimento a mais de cerca de 3,8 milhões de euros, que advém essencialmente das bilheteiras e, em particular, dos 2,3 milhões de euros oriundos das entradas no Castelo de São Jorge.-----

----- Sabemos que a tendência é de um significativo acréscimo contínuo de visitantes, sobretudo no Castelo de São Jorge, onde se verificou um aumento de quase 70% entre 2013 e 2016. E é aqui que “Os Verdes” gostariam de aproveitar para colocar uma questão relacionada com o estudo em curso da definição de um novo sistema de bilhética.-----

----- Constata-se que existe um valor diferenciado no custo do bilhete de acesso para moradores em Lisboa e não residentes. Sabemos que a União Europeia discorda do estabelecimento de diferenciações deste teor. Aliás, a administração da Parques de Sintra - Monte da Lua já está a pensar reverter uma situação similar. Perguntamos: o que está a pensar fazer a EGEAC sobre esta questão?-----

----- Questionamos também se está em estudo algum tipo de bilhética integrada para acesso aos vários museus da cidade.-----

----- Propostas nº 599/2016 - Contrato-programa a celebrar com a Lisboa Ocidental SRU e nº 606/2016 - Aditamento ao contrato-programa celebrado com a Lisboa Ocidental SRU.-----

----- No caso da Lisboa Ocidental SRU, Propostas nº 599 e 606/2016, enquanto para o ano em curso o Contrato Programa previa, inicialmente, a atribuição de uma comparticipação pelo Município de 230 mil euros, a que se veio juntar uma verba adicional de 20 milhões de euros de subsídios à exploração, para 2017 estima-se, na atual minuta de Aditamento ao Contrato Programa, uma comparticipação do Município de perto de 19 milhões de euros, constituindo essa verba a quase totalidade das receitas da empresa. E enquanto para 2016 se apontava para um lucro de 3 mil euros, aguarda-se agora um resultado positivo a rondar os 770 mil euros.-----

----- O que “Os Verdes” estranham é o facto de a área de intervenção da Lisboa Ocidental SRU continuar a alargar-se a outras zonas da cidade, que não a óbvia e inicial zona ocidental. Inclui, por exemplo, e para além da reabilitação de edifícios municipais e do espaço público, o MUDE bem no coração da capital, o Posto de Segurança Avançado no Martim Moniz, o antigo teatro Luís de Camões, uma futura biblioteca em Alcântara e intervenções em 6 escolas.-----

----- E, independentemente do bom trabalho realizado, por exemplo, no caso da Calçada da Ajuda, “Os Verdes” não acompanham este alargamento do âmbito territorial da SRU Ocidental, pois são dois objetos de intervenção que requerem recursos muitos diferenciados. -----

----- Em suma, será que afinal o que executivo pretende é que a SRU se substitua à recém-extinta EPUL para intervenções um pouco por toda a cidade? Então, porque foi extinta a EPUL? Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Penso que temos ainda mais uma inscrição, Senhora Deputada Irene Lopes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte informação: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Secretários, Caros Colegas. -----

----- Como Presidente da 1ª. Comissão Permanente desta Assembleia, a Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, quero manifestar o meu reconhecimento e congratular-me pela intensa e qualificada intervenção nas Reuniões da Comissão, pelos seus Membros e pelo Relator dos Pareceres das Propostas, dos quais obviamente me excludo das propostas em apreciação na última Reunião Plenária, no âmbito dos documentos provisionais para 2017 e na Reunião de hoje. -----

----- Portanto, foi um vasto conjunto de propostas que tiveram que ser apreciadas, montanhas de reuniões, grande trabalho e, portanto, eu não podia deixar de dar aqui esta palavra como Presidente da Comissão. -----

----- Também quero agradecer os esclarecimentos prestados pelos Vereadores, Dirigentes Municipais e de Empresas Municipais as audições setoriais realizadas quer em linhas da 1ª Comissão Permanente, quer das reuniões conjuntas desta com outras Comissões Permanentes. -----

----- Não posso também deixar de proferir uma palavra de apreço pelo apoio prestado pelos trabalhadores do NAC, que é o Núcleo de Apoio às Comissões, o seu Coordenador Arquiteto Pedro Formosinho Sanchez, apesar de alguns condicionalismos de pessoal de se fizeram sentir. -----

----- Quanto às Propostas 529 e 606/2016, referentes a Contratos- Programa da SRU Ocidental e à Proposta 541/2016 referente a Contrato-Programa da GEBALIS de cujos Pareceres fui Relatora, concluiu-se por unanimidade estarem estas propostas em condições de ser apreciadas e votadas em Plenário, reservando os diferentes Grupos Municipais e Deputados Independentes a sua posição para essa ocasião. -----

----- Queria aqui também frisar que relativamente à Proposta 606/2016 da SRU e 541 da GEBALIS o que se trata porque se trata não é de haver uma alteração do montante global, o montante global é exatamente o mesmo, o que acontece é que tanto num caso como noutro em 2015 foi quando foram assinados esses contratos, houve um atraso na implementação desse contrato, portanto, muita coisa em 2015 que poderia ter sido feita não chegou a ser feita. No caso da SRU porque houve vários processos em Tribunal, que se atrasaram, no caso da GEBALIS também porque houve além do visto prévio do

Tribunal de Contas ter atrasado, também houve algumas alterações metodológicas, a classificação da empresa a nível europeu que fizeram com que as taxas de execução quer numa quer noutra em 2015 fossem bastante baixas e daí ter que se prolongar o Contrato-Programa por mais um ano, o montante global é justamente o mesmo, é natural que no último ano já não se gaste tanto como o penúltimo, se as coisas se atrasam, pelo menos é o que a minha experiência de alguma vez também ter estado a gerir algumas obras, enquanto autarca, a minha experiência é que, no final, não é quando os gastos são maiores, é precisamente a meio e 2017 é precisamente o que está a meio. -----

----- Era só essa a situação que eu queria aqui deixar e portanto obrigada pela vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente. Vamos então prosseguir, não sei se a Câmara quer usar da palavra? A Senhora Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, não tomando muito tempo, a Senhora Deputada Irene Lopes acabou por esclarecer a Assembleia, mas queria já que me é dada a oportunidade de dizer que primeiro tenho muita pena que o PSD não comuniquem entre si e que não tenha e que, eventualmente a Senhora Deputada não tenha ouvido, ou se calhar ouviu, em Sede de Comissão as explicações que quer eu, quer o Senhor Vereador João Paulo Saraiva demos a propósito deste aditamento, volto a dizer, aditamento ao Contrato-Programa celebrado com a GEBALIS. -----

----- Também tenho muita pena que o PSD e as outras Forças Políticas não tivessem aceite o meu desafio, que foi feito várias vezes para acompanharem mais de perto a execução deste programa e fiz vários desafios à Assembleia para estarem mais presentes, nunca foram aceites! Estou à espera ainda que da resposta, tenho muita pena, passado um ano, mas dizer que 1, uma coisa é a execução física, outra coisa é pagamento reembolsa de Câmara Municipal de Lisboa à GEBALIS; e 2, o montante do Contrato-Programa não altera em nada, o valor é exatamente o mesmo valor, 3, houve uma reclassificação da empresa, no início do ano, em janeiro no início deste ano, que obrigou a novos procedimentos do Tribunal de Contas, nós tínhamos visto prévio geral ao Contrato-Programa que se atrasou, cada empreitada a superior a 300 mil euros tem que ir toda cada uma a Tribunal de Contas, portanto, houve uma série de novas configurações de relacionamento com o Tribunal de Contas que nos tem atrasado bastante algumas das nossas execuções, temos inclusive feito uma reorganização das empreitadas para não ser tão, para o atraso não ser tão grande e mais para não ser tão prejudicial para com a população e em relação, aproveito também para responder ao Senhor Deputado Modesto Navarro. Aquilo que aconteceu com o Bairro do Condado é exatamente decorrente desta nova reclassificação da empresa e da necessidade de novos procedimentos com o Tribunal de Contas e, portanto, a Senhora Deputada fará

intervenção que entender e fará a assunção que entender sobre se é uma medida eleitoralista ou não.-----

----- Cá estaremos todos nós e os cidadãos também para apreciar o trabalho da Câmara, mas deixar claro que não houve nenhuma alteração do valor, uma coisa é execução financeira, outra coisa é execução e pagamentos e aquilo que este aditamento prevê é uma repartição daquilo que é a execução financeira e não, portanto, pagamentos reembolso da Câmara Municipal de Lisboa à GEBALIS e não da execução física. -----

----- Em relação à resposta ao Senhor Deputado Sobreda Antunes, aquilo que se reporta em particular ao Alto do Lumiar e ao Bairro da Cruz Vermelha dizer-lhe que,1, a intervenção de emergência vai avançar, foi já comunicado à população há um mês e meio. A solução de futuro para o Bairro da Cruz Vermelha será apresentada na próxima semana à população conforme o meu compromisso da primeira vez que estive com a que o Bairro e ponderará aquilo que é a proposta da Câmara em conjunto com a apreciação dos moradores, mas não é este contrato-programa que, no fundo, enforma essa decisão futura é sim, como dizia e bem, aquilo que o BEI nos permite com esta nossa, com o investimento que foi protocolado entre Câmaras Municipal de Lisboa e o Banco Europeu de Investimentos. Já agora tenho muita pena que algumas Forças Políticas desta Assembleia não tenham acompanhado, ao contrário do que agora eventualmente acompanharão nesta proposta, não tenham acompanhado aprovando o empréstimo do BEI permitindo, inclusive, fazer a intervenção na Cruz Vermelha. Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. O Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa-tarde a todos.-----

----- Muito rapidamente também, a primeira resposta ao Senhor Deputado Modesto Navarro, é uma resposta dado que a questão que coloca sobre a Gestão Municipal e sobre a capacidade dos Órgãos Municipais acompanharem toda a gestão das Empresas Municipais, eu também sou obrigado a dizer basicamente a mesma coisa que tem dito sempre, que é nas Empresas Municipais atuam segundo as orientações da Câmara Municipal de Lisboa, podem ser escrutinadas segundo as orientações estratégicas, sectoriais, de gestão financeira e patrimonial, essas orientações são vertidas nos Orçamentos, nos Planos Plurianuais, nos Orçamentos que são aprovados pela Câmara e nos relatórios que são de contas, que são espelhadas e são avaliadas todas essas, que tivemos todo o desenvolvimento e a concretização daquilo que está nos Planos Plurianuais e nos Orçamentos e nos planos de atividades e tudo isto pode ser escrutinado pelas Comissões, pela Assembleia Municipal em Relatórios trimestrais e anuais e, portanto, eu sei que é diferente, mas em nada do meu ponto de vista, e empenhar-me-ei em mostrar que assim é, ao longo nomeadamente do próximo ano, como o temos feito no ano anterior, em nada diminui o papel da Assembleia Municipal

e a possibilidade da Assembleia Municipal e dos Órgãos Municipais escrutinarem a atividade municipal. -----

----- A prova provada de que a EGEAC, agora passando às coisas mais em concreto, que a EGEAC não tem uma abordagem mercantilista é estarmos a fazer este Contrato-Programa e a colocar lá 10 milhões de euros, que vão dar o subsídio à exploração de tudo aquilo que não é rentável e de tudo aquilo que não é coberto pelas receitas, isso é, digamos, é o plano mais, é uma das maiores a transferências dos últimos anos decorre evidentemente também de passar para lá mais, a gestão de mais equipamentos, mas, de facto, assim é, esta é a prova provada de que é necessário subsídio à exploração, há atividades que não são mercantis, que não são lucrativas e, portanto, precisam de ser financiadas pelo Município e é o que está aqui a acontecer e hoje estamos perante essa mesma situação que os Senhores vão ser chamados a pronunciar-se sobre ela e votar. ---

----- Para terminar, Deputada Sofia Vala, isto é que foi uma estreia, em grande, eu gostava de lhe dizer, reafirmar algo que me parece importante, que decorre daquilo que disse a minha colega Paula Marques, a Empresa foi vítima, as Empresas, aliás, destas áreas foram vítimas de uma reclassificação que, aliás, e já agora para ser sempre numa abordagem nacional, os partidos da direita europeus fizeram vingar na Comissão Europeia e fizeram com que todas as empresas que não tenha uma abordagem mercantil ou seja que as suas rendas, neste caso, não estão sujeitas a abordagem do mercado viessem a ser reclassificadas e que viessem a ser tratadas com mais uma entidade da Administração Pública e, portanto, sujeitas a um conjunto de regras e restrições que as empresas normalmente não estavam sujeitas e, portanto, criando-lhes dificuldades à sua operacionalização e quebrando aquilo que era uma mais-valia nas próprias empresas.-----

----- Não vamos ficar atemorizados com isso, mas obviamente que causou aqui um atraso e causou aqui uma dificuldade, não vamos baixar os braços e vou-lhe dizer mais o que não percebo na sua argumentação é que nós tínhamos, de facto, um calendário, que na sua ótica era bem mais eleitoralista do que este e, portanto, não percebo a sua argumentação, porque o que estava definido e que nós em 2016, tivéssemos 10,4 milhões de execução da Gebalis e 10,5 em 2017, portanto, as pessoas mais cedo iriam sentir os benefícios e mais pessoas, mais cedo iriam sentir os benefícios da requalificação das suas habitações, ora o que aconteceu em virtude daquilo que eu disse, é que em 2016 foi só possível executar cerca de 3,1 e em 2017 e transferindo para 2018 uma parte, e portanto as pessoas já passaram as eleições e haverá pessoas que vão só ter essa vantagem um pouco mais tarde! Não percebo, sinceramente, a argumentação de eleitoralismo, não é possível argumentar eleitoralismo a não ser que se argumento eleitoralismo por tudo e por nada e, portanto, deve ser esse o caso. -----

----- Agora também lhe vou dizer muito sinceramente, e de alguma maneira a dando-lhe a nota para terminar a minha intervenção, aquilo que os Senhores fizeram e que os Senhores votaram aqui, os Senhores vão lá para os Bairros e vão para a Cidade de Lisboa dizer o que quiserem sobre o que pensam fazer no futuro pela Cidade e quais são vosso projeto futuro, porque, de facto, o projeto até agora foi coisa que não vimos, ideia e visão de futuro, mas eu admito que o venham a construir, mas vão ter muito

mais dificuldade em explicá-lo quando votaram contra aquilo que eram os meios financeiros que toda a gente, porque toda a gente nos dá os parabéns, pelo facto de os termos conseguido, o primeiro Município Europeu a consegui-lo no âmbito do Plano Junckers e os Senhores votaram contra, isso não vai apagar-se, essa memória não vai apagar-se tão depressa, votaram contra! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, acho que estamos em condições de votar, creio eu, então vamos passar em primeiro lugar à proposta 541/2016. -----

----- **PONTO 2.1- PROPOSTA 541/CM/2016 – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA 2015-2017 CELEBRADO COM A GEBALIS, E.M.,S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS SEGUINTE DISPOSIÇÕES CONJUGADAS: N.º. 3 DO ARTIGO 32º, ALÍNEA A) DO N.º. 1 DO ARTIGO 42 E N.º. 1 E 5 DO ARTIGO 47º DA LEI N.º. 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; N.º.1 DO ARTIGO 62º. DO DECRETO-LEI N.º. 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º. DO MESMO DIPLOMA: ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, ALÍNEA C) DO ARTIGO 20º. E ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 24º. DOS ESTATUTOS DA GEBALIS EM VIGOR; E ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6º. N.º.8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- (A Proposta 541/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 3ª. Comissões Permanentes, foi anexada a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- “Vamos pôr à votação a **Proposta 541/CM/2016**. Não há votos contra. Abstenções do PSD, MPT, CDS-PP e BE. Votos a favor do PS, PCP, PEV, PAN, PNPn e 6 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- **PONTO 2.2 – PROPOSTA N.º. 598/CM/2016 - PONTO N.º. 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 598/CM/2016 – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M. PARA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º. 3 DO ARTIGO 32º. DA ALÍNEA A) DO N.º. 1 DO ARTIGO 42º, DOS N.º 1 E 5 DO ARTIGO 47º DA LEI N.º. 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DO N.º. 1 DO ARTIGO 62º. DO DECRETO-LEI N.º. 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA, DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, E AINDA DO ARTIGO 24º E ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 27º DOS ESTATUTOS DA EGEAC;**-----

----- (A Proposta 598/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 7ª. Comissões Permanentes, foi anexada a esta Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- “ É apenas o Ponto 3 da Parte deliberativa da **Proposta 598/CM/2016** que está à votação. Votos contra do CDS-PP e MPT. Abstenções do PSD, PCP, BE, PEV e PAN. Votos a favor do PS, PNP e 6 IND. Foi **aprovada por maioria**.-----

----- Antes de passar à proposta seguinte temos ainda a Recomendação nº. 11/125 que vem diretamente do Parecer da 1ª. e 7ª. Comissões sobre a EGEAC, portanto, foi aprovada nas duas Comissões e vamos pôr então à consideração a Recomendação 11/125. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 11/125 RESULTANTE DO PARECER DA 1ª. E DA 7ª. COMISSÕES PERMANENTES SOBRE A PROPOSTA 598/CM/2016;** -----

----- (A Recomendação nº. 11/125 foi anexada a esta Ata , como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. A **Recomendação 11/125 foi aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO 2.3 – PROPOSTA Nº. 599/CM/2016 - PONTO Nº. 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 599/CM/2016 – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU, PARA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO Nº. 3 DO ARTIGO 32º. DA ALÍNEA A) DO Nº. 1 DO ARTIGO 42º, DOS Nº 1 E 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº. 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DO Nº. 1 DO ARTIGO 62º. DO DECRETO-LEI Nº. 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA, DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E DAS ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 24º, BEM COMO DO ARTIGO 26º DOS ESTATUTOS DA LISBOA OCIDENTAL, SRU;** -----

----- (A Proposta 599/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 3ª. Comissões Permanentes, foi anexada a esta Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos votar a **Proposta nº. 599/CM/2016**. Votos contra do PCP, BE e PEV. Votos de abstenção do PSD, CDS-PP, MPT e PAN. Foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 2.4 – PROPOSTA Nº. 606/CM/2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA/SRU, CELEBRADO COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A. NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO Nº. 3 DO ARTIGO 32º. DA ALÍNEA A) DO Nº. 1 DO ARTIGO 42º, DOS Nº. 1 E 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº. 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DO Nº. 1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO-LEI Nº. 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA, BEM COMO DOS ARTIGOS 65 E 66 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES, E DO ARTIGO 26º DOS ESTATUTOS DA SRU EM VIGOR;** -----



----- (A Proposta 606/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 3ª. Comissões Permanentes, foi anexada a esta Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 606/CM/2016**. Votos contra do PCP, BE e PEV. Abstenções do PSD, PAN, MPT e CDS-PP. **Foi aprovada por maioria.** -----

----- Senhores Deputados, temos duas Repartições de Encargos e nesta fase do campeonato, próxima já do final do ano, as Repartições de Encargos são muito importantes e, portanto, eu pedia, para não paralisar os serviços, tem a ver com o problema do apoio informático, quer do Software Microsoft, quer do Software Oracle, portanto, eu ia pedir a possibilidade de pôr à consideração as pontos 3.1 e 3.2 da nossa Ordem de Trabalhos. Não há inscrições e então vamos pôr à votação o Ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos.-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS (1,5 X GRELHA-BASE – 51 MINUTOS);** ---

----- **PONTO 3.1 – ALÍNEA G) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 615/CM/2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO E ALUGUER OPERACIONAL (SEM OPÇÃO DE COMPRA) DE LICENÇAS E DE SERVIÇOS CONEXOS NA ASSISTÊNCIA PÓS-VENDA DE SOFTWARE MICROSOFT, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI N.º. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta 615/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 615/CML/2016**. Não há votos contra. Abstenções do BE. Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Foi aprovada por maioria.** -----

----- **PONTO 3.2 – PONTO 8 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 616/CM/2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE (ORACLE), NA MODALIDADE DE ALUGUER OPERACIONAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DOS N.º. 1 E 6 DO ARTIGO 22º. DO DECRETO-LEI N.º. 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta 616/CM/2016 foi anexada a esta Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 616/CML/2016**. Não há votos contra. Abstenções do BE. Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Foi aprovada por maioria.** -----

----- Senhores Deputados, terminamos aqui a Ordem de Trabalhos, lembro os Senhores Deputados, só um segundo, só para ouvirem isto, dia 12 às 18 horas, segunda-feira às 18 horas temos aqui a Sessão Comemorativa dos 40 anos do Poder Local. -----

----- No dia 13 temos uma Sessão Extraordinária, vamos ter que fazer uma última Sessão Extraordinária, que eu não contava fazer, mas vou ter que fazer no dia 20. Contem com isso na vossa agenda e a razão é porque veio um pacote importante de delegações de competências para as freguesias que só faz sentido... -----

----- Eu sei, Senhor Deputado, mas eu estou transmitir aquilo que eu, como Presidente da Assembleia tenho a obrigação de vos transmitir isto, a Assembleia poderá não querer fazer, mas eu tenho a obrigação, eu também fiz, chamei a atenção da Câmara para que deveria ter apresentado as propostas todas mais cedo, de qualquer maneira, temos Conferência de Representantes na segunda-feira, se essa Conferência de Representantes entender que não se faz sessão no dia 20 as freguesias não terão as suas delegações de competência, é um assunto que fica nas vossas mãos. -----

----- Já está neste momento e para vosso sossego, já está a mesma equipa que fez a análise daquele grande pacote de transferência de competências do verão a verificar estas propostas todas. Eu sei que o Senhor Deputado Sobreda Antunes, que é sempre supercuidadoso nesta análise, ela já está a ser feita, já foram identificadas várias gralhas e já foi pedida a correção e, portanto, estamos através dos Serviços da Assembleia a evitar que se ponha os problemas que habitualmente os problemas que se têm colocado nestas propostas, sendo assim, Senhores Deputados, tenham uma boa semana.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE-----